

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Patrícia Pereira Xavier

**O Dragão do Mar na “Terra da Luz”: a construção do herói jangadeiro (1934-
1958)**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2010**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Patrícia Pereira Xavier

O Dragão do Mar na “Terra da Luz”: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em História Social, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

SÃO PAULO
2010

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho a Mirtes e Adilson, pela educação, amor e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo financiamento desta pesquisa.

A todas as professoras do curso de mestrado em História Social da PUC-SP, em especial à Prof^a. Dr^a Maria Odila, pelas ótimas indicações de leitura e discussões produtivas durante a disciplina História e Cultura, e à Prof^a Dr^a Denise Bernuzzi, pelas contribuições na banca de qualificação.

À Prof^a Dr^a Márcia D'Aléssio, que, com sua organização, disponibilidade e profissionalismo, se disponibilizou à árdua tarefa de orientação logo no início do curso, colaborando, depois, com sugestões como convidada na banca de qualificação.

Um agradecimento mais que especial à querida orientadora, Prof^a Dr^a Estefânia Knotz Canguçu Fraga, que, com sua doçura peculiar, aceitou continuar o trabalho de orientação, sempre disponível para trocar *e-mails*, tirar as dúvidas e diminuir as minhas angústias, encorajando-me a seguir em frente.

A todos meus companheiros de turma, em especial a Tony, Washington (pelas caronas para o Rio), Cássio, Aline Paiva, Eber, Guilherme, Zé, Eliane, enfim, a todos que tornaram as aulas em São Paulo muito mais interessantes e divertidas. O meu muito obrigado, principalmente, a Aline Medeiros, que fez com que o Ceará estivesse mais perto durante o ano de 2008.

Aos meus tios, Ailson e Rosalba, Aleuda e Daniel, que tornaram possível minha permanência em São Paulo ao longo de 2008, recebendo-me com muito carinho e atenção, diminuído, consideravelmente, a saudade de casa. A todos os meus primos (Adriana, Marcelo, Renata e Paula), que, definitivamente, fizeram com que meus finais de semana fossem bem mais alegres e animados. Agradeço também às minhas queridas irmãs, Valéria, Rejane, pela força e incentivo, e, especialmente, à Maria da Penha, por ceder sua casa em várias ocasiões durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos professores do Departamento de História da UFC, especialmente ao Prof. Dr. Régis Lopes, que, com sua prática pedagógica, me auxiliou a sempre duvidar do óbvio, e ao Prof. Dr. Frank Ribard, pela tutoria nos anos de bolsa no Programa de Educação Tutorial (PET-UFC), onde eu aprendi a escrever um relatório e a ter gosto pela pesquisa.

A Paulo Régis, Renata, Cícera, Jana, Ana Carla, Raquel Alves, Afonsina, Jofre, Rafael Ricarte, Joaquim, Keile, Lorym, Sarah, aos Tiagos, Kleiton, Barbara, Vanessa, Igor Pinto, Priscila, Ricardo, Cristiê, Renan, Paulo Roberto, Breno, Jorge, Karuna, Amandita, Lara, Iran, Daniel (barba), a todos os companheiros conquistados durante os anos da graduação em História na UFC e que, de alguma maneira, acompanharam e contribuíram com o nascimento, desenvolvimento e término desta dissertação. Especialmente ao grande amigo Mário Júnior, que me ensinou tantas coisas sobre amizade, convivência e cooperação, ao qual uma página seria pouco para dizer obrigado.

Por último, mas não menos importante, agradeço às pessoas especiais com quem pude contar nos últimos dois anos a qualquer hora do dia e da noite. À Luciana (sempre perto mesmo longe), à Aline Lima e ao Xande o meu agradecimento incondicional na medida do carinho que sinto por vocês.

RESUMO

XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

A província cearense foi a primeira a libertar seus cativos em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea. Por esse motivo, recebeu o epíteto de “Terra da Luz”. Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, entrou para a escrita da história do Ceará como o jangadeiro que teria liderado seus companheiros em 1881, fazendo com que suas embarcações não transportassem os escravos que seriam enviados para as fazendas no sul, no episódio que ficou conhecido como a greve dos jangadeiros. O objetivo deste estudo é entender de que forma foi construída a memória sobre o Dragão do Mar no período compreendido entre as comemorações do cinquentenário da abolição, em 1934, até a divulgação do livro *Um herói sem pedestal*, de Roberto Átila do Amaral Vieira, publicado em 1958.

Palavras-chave: Memória e História. Dragão do Mar. Abolição da escravidão.

ABSTRACT

XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

Ceará was the first province to free its captives in 1884, four years before the “Lei Áurea” (Abolitionist law), for this reason it received the epithet of “Land of the light”. Francisco José do Nascimento, known as “Dragon of the sea”, entered the written history of Ceará as the fisherman who would have lead his fellowmen in 1881, so that his rafts would not transport the slaves that would be sent to the farms in the south, in the episode that became known as the fishermen’s strike. The goal of this study is to understand how the memory of Dragão do Mar was built, between the period of the celebrations of fifty years of abolition in 1934 until the release of the book *A hero without a pedestal* by Roberto Átila do Amaral Vieira, published in 1958.

Key words: Memory and History. Dragão do Mar. Abolition of slavery.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	08
1	“NO CEARÁ NÃO SE EMBARCAM MAIS ESCRAVOS”: AS FESTAS CÍVICAS DO CINQUENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ EM 1934	17
1.1	25 de março: a “data magna” do Ceará	17
1.2	Documentos, escritas e testemunhos: o Instituto Histórico, a imprensa e os sobreviventes da campanha abolicionista	28
1.3	A instrução pública e a comemoração do cinquentenário	39
1.4	A Legião Cearense do Trabalho e as celebrações do cinquentenário da Abolição	51
2	ESCRITAS EM DISPUTA: AS NARRATIVAS SOBRE FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO	57
2.1	José do Nascimento ou José Napoleão: as disputas pelo posto de herói	57
2.2	A escrita da história da abolição no Ceará: Edmar Morel e o jangadeiro da abolição	66
3	UM LUGAR NO MUSEU HISTÓRICO: MEMÓRIA NOS OBJETOS E NA ESCRITA DA HISTÓRIA	96
3.1	O Dragão do Mar no Museu Histórico do Ceará	96
3.2	O Museu da Abolição do Ceará e as narrativas da história da abolição	112
	CONCLUSÃO	131
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	134
	FONTES	140

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é entender o processo de construção da memória em torno do personagem histórico conhecido como Dragão do Mar entre as comemorações do cinquentenário no Ceará, em 1934, e a publicação do livro *Um herói sem Pedestal*, de Roberto Átila Amaral, em 1958. Francisco José do Nascimento foi rememorado como o grande líder da greve dos jangadeiros em 1881. Essa paralisação foi considerada o acontecimento mais importante para a libertação precoce da província. A problemática central do estudo, portanto, tem como função principal perceber o quanto a escrita da história sobre Chico da Matilde foi influenciada pela memória edificada e, ao mesmo tempo, quanto a própria memória foi alimentada por esses escritos.

Em 1884, o Ceará aboliu a escravidão no seu território. Esse feito, ocorrido quatro anos antes da libertação total dos escravos no Brasil, concedeu à província, castigada pela seca de 1877¹, o epíteto de “Terra da Luz”.²

Em janeiro de 1881, alguns escravos seriam vendidos para a província do Rio de Janeiro. Os cativos esperavam no porto pelo embarque, quando os jangadeiros, responsáveis pelo transporte entre o cais e o navio³, se negaram a embarcar os negros. Entre os “lobos do mar”, estava Chico da Matilde⁴, como era conhecido, na época, o Dragão do Mar. Assim, o jangadeiro entrou para a escrita da história, sendo considerado, até hoje, o grande líder da greve dos praieiros e o maior herói da campanha abolicionista.

Francisco José do Nascimento nasceu em Aracati (CE), em 1839. Filho e neto de pescadores, com oito anos de idade ficou órfão de pai. Sua mãe, sem condições de criar os filhos sozinha, conseguiu um emprego para Francisco, como garoto de recados num dos navios que fazia o percurso entre Fortaleza, Pernambuco e Maranhão.

¹ Em 1877, o Ceará passou por uma grande seca. Nesse ano, muitos sertanejos foram para a capital em busca dos socorros públicos. A cidade se transformou: doentes, famintos, pedintes abarrotavam as ruas. Como se não bastasse, um ano depois, em 1878, uma epidemia de varíola contagiou os já debilitados retirantes, chegando a matar mil pessoas em um dia, o que ficou conhecido como “o dia dos mil mortos”.

² A denominação de Terra da Luz foi dada pelo famoso abolicionista José do Patrocínio (1874-1905). Segundo ele, o Ceará teria irradiado a luz da liberdade, pois tinha sido a primeira província do império a abolir o cativo em 1884, quatro anos antes da abolição total dos escravos no Brasil em 1888.

³ O porto do Ceará, naquele período, era incipiente. Os fortes ventos, desde o período colonial, causavam problemas, de forma que, muitas vezes, as embarcações eram impedidas de atracar com segurança. Com o aumento do movimento portuário, em fins do século XIX, as naus eram atracadas longe da praia e os jangadeiros eram responsáveis pelo transporte de pessoas e objetos, entre a embarcação e a terra firme.

⁴ Francisco José do Nascimento era o nome de batismo do Dragão do Mar, que era conhecido, também, como Chico da Matilde, pois Matilde era o nome da sua mãe. O apelido Dragão do Mar surgiu, provavelmente após a viagem do jangadeiro ao Rio de Janeiro em 1884, para participar das festas em comemoração a libertação dos escravos cearenses na corte.

Entre um trabalho e outro, Chico da Matilde aprendeu muito. Com vinte anos, sabia ler e escrever. Segundo Edmar Morel⁵, tinha noções de inglês e alemão. Nessas viagens, conheceu e tornou-se conhecido. No ano de 1874, Francisco do Nascimento é nomeado 2º Prático da Capitania dos Portos, além de direcionar os navios para que atracassem sem maiores transtornos, possuía duas jangadas que faziam o transporte entre as embarcações e a praia.

Em agosto do mesmo ano de 1881, houve outra tentativa de embarque. Novamente, os jangadeiros, desta vez chefiados pelo Dragão do Mar, barraram o envio de cativos para as províncias do sul (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, que, naquele período, necessitavam de mão de obra para a cultura crescente do café). Após a segunda paralisação, o movimento abolicionista considerou o porto do Ceará definitivamente fechado ao tráfico interprovincial de escravos.

Esse acontecimento foi uma oportunidade para os intelectuais da época afirmarem o quanto à província do Ceará, mesmo marcada pelas intempéries climáticas, estava em dia com o que havia de mais progressista na época. A escravidão era considerada por muitos um atraso, do qual o Brasil deveria estar livre. Dessa forma, libertar os cativos sem grandes revoluções, num momento em que a corte ainda discutia as condições nas quais deveria ocorrer a libertação dos escravos, era a demonstração do avanço perante todas as províncias do império.

Na formação da pátria brasileira, o Ceará entra para a escrita da história como a primeira província a libertar seus escravos. Apoiados nas teorias modernas, em voga na época, muitos abolicionistas construíram seu discurso em defesa, não apenas da liberdade dos cativos, mas, sobretudo, da modernização do país, que deveria estar em dia com o modelo liberal importado da Europa. O cearense, além de pioneiro, era um forte, pois, mesmo com tantas dificuldades, havia sido o primeiro a libertar seus escravos.⁶

É importante lembrar que as inquietações que por hora determinam o olhar para o passado surgiram a partir da observação do tempo presente. A cidade de Fortaleza está repleta

⁵ Edmar Morel nasceu em Fortaleza em março de 1912. Exerceu a profissão de repórter, trabalhando em importantes jornais no Rio de Janeiro. Em 1949, publicou *Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição*, única biografia escrita sobre Francisco José do Nascimento.

⁶ Essa relação entre o meio físico e as atribuições morais está presente nos escritos dos intelectuais cearenses do final do século XIX, influenciados pelas leituras deterministas, *O Lugar da identidade cearense com base na produção historiográfica foi a definição de um tipo humano caracterizado pelas modificações da natureza*. (OLIVEIRA, 2001, p. 205). Toda essa construção estava inserida em um contexto de criação da pátria cearense. Esse discurso ganhou força com as sociedades letradas (Academia Francesa, Padaria Espiritual, Gabinete de Leitura, Academia Cearense de Letras) e, principalmente, com a fundação, em 1887, do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará, que concentrava, na época, a elite letrada da província.

de “lugares de memória”⁷ que lembram o jangadeiro Nascimento. Com o nome do Dragão do Mar, há uma rua, um Centro de Arte e Cultura (CDMAC), um restaurante, uma empresa de ônibus etc. O que se pretende, portanto, é compreender como se dá a construção desse imaginário sobre o jangadeiro Nascimento, percebendo em que momentos e com que objetivos ele foi lembrado.

O período delimitado para o estudo vai de 1934 a 1958. Tanto nas comemorações, em 1934, como nos escritos sobre a abolição, até 1958, a imprensa, os sobreviventes da campanha abolicionista, a instrução pública, políticos, pesquisadores, dentre outros, voltam os olhares para o passado em busca dos traços que explicassem o fato de o Estado ter sido o primeiro a libertar seus cativos. As fontes produzidas entre 1880 e 1884 são retomadas de acordo com o presente, produzindo, assim, várias memórias acerca de Francisco José do Nascimento e sobre sua atuação no movimento abolicionista.

As celebrações que foram realizadas durante o mês de março de 1934 são significativas. Principalmente por meio dos jornais que divulgaram os festejos, percebe-se como os setores da sociedade, como a Instrução Pública, a Legião Cearense do Trabalho, a Igreja Católica ou a própria imprensa, lembraram e construíram uma imagem do Dragão do Mar.

O período de 24 anos entre as comemorações do cinquentenário e a publicação do livro de Roberto Átila do Amaral, em 1958, é importante para o presente estudo, pois, ao longo dele, são escritas três narrativas que tratam da abolição no Ceará e de seus heróis. O primeiro livro, de 1949, é a biografia do Dragão do Mar, escrita pelo jornalista Edmar Morel; o segundo, *Abolição no Ceará*, de 1956, escrito pelo historiador Raimundo Girão; e, finalmente, em 1958, Roberto Átila Vieira do Amaral publicou o livro intitulado *Um herói sem pedestal*. Sua intenção foi fazer justiça à memória de Isaac Amaral, um abolicionista que, segundo o autor, não havia sido devidamente homenageado, ou seja, Isaac Amaral, mesmo prestando significativos serviços à campanha abolicionista, não tinha o merecido reconhecimento por parte dos cearenses.

Partindo do cinquentenário em 1934, pretende-se compreender como a lembrança de Chico da Matilde vai emergindo em momentos específicos por intermédio de determinados grupos ou indivíduos que, constantemente, procuram homogeneizar e heroicizar a figura do Dragão do Mar.

⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

“O grande desafio da década de trinta foi estudar e conhecer o Brasil, cada recanto do norte ao sul, deveria voltar ao passado e identificar suas glórias, seus heróis, o resultado dessa investigação deveria contribuir com o reconhecimento da história nacional.”⁸ Após um período de adaptação ao regime republicano, característica geral do momento da República Velha, fase em que foram forjados os principais símbolos nacionais (como bandeira, letra do hino, brasão etc.), o Estado Novo procurou investir no fortalecimento do sentimento de unidade nacional. É nesse instante que surgem instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, por exemplo. As unidades da federação seguiram essa tendência e contribuíram mediante estudos de suas particularidades históricas. Dessa forma, os anos 1930 e 1940 forjaram o brasileiro, mas também foram importantes para a definição do cearense, do paulista, do mineiro, do carioca etc. Portanto, refletir acerca da edificação da memória sobre o Dragão do Mar entre as comemorações em 1934 e a publicação de dois livros no final da década de 1950 é significativo, pois acompanha o processo de produção de uma história que privilegiou alguns personagens ou fatos, de acordo com as necessidades apresentadas pelo presente vivido pelos escritores, jornalistas, intelectuais, historiadores etc. num período em que a discussão a respeito das identidades nacionais e regionais ocupavam um espaço importante nos meios intelectuais e políticos.

A leitura das fontes, desse modo, está atenta ao momento em que os documentos foram produzidos. Não importando se o que foi dito aconteceu ou não como foi narrado, mas como, por que e quem recorda naquele período em que o documento foi produzido. Nesse sentido, compactua-se com Jacques Le Goff (1994) no que diz respeito ao uso das fontes. Para o autor:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994, p. 545).

Também aqui não se tomam os discursos sobre o Dragão do Mar como verdade, mas sim como monumentos da construção da ideia de herói da abolição. Assim, como se deu

⁸ FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, n. 3, 1989. Sobre as ações do governo Vargas com relação ao passado histórico consultar: LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papirus; Campinas: Ed. UNICAMP, 1986; CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: FAPESP; Papirus, 1998; GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

a construção da memória sobre o Dragão do Mar? Quem lembra e o que se lembra do jangadeiro? Quais são os escritos produzidos sobre ele, e o que dizem?

Partindo dessa preocupação, será importante para este estudo, uma revisão da historiografia brasileira e cearense que trate, principalmente, do período Vargas, levando em consideração a atmosfera de produção desses sujeitos históricos. Para tanto é necessário entender o governo de Getúlio Vargas e sua relação com os estados da federação, principalmente com o Ceará. Historiadores como Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes, Maria Helena Capelato, Alcir Lenharo e outros serão referenciais importantes para o entendimento das políticas do governo naquela época. Principalmente no que diz respeito às políticas de recuperação da história do passado nacional. Refletir sobre a importância dada às comemorações cívicas nesse período e a forma como o passado foi edificado, dando ênfase a determinados acontecimentos e personalidades, é significativo para o trabalho em questão.

A pesquisa dialoga com o campo de estudo da História Social da Memória, que se concentra, principalmente, na forma pela qual as sociedades lembram e esquecem os fatos do passado. O que se guarda nos museus e arquivos? Como se nomeiam suas praças e ruas? Que datas figuram como feriados nacionais, ou são festejadas? Quais figuras são eleitas como heróis e por quê?

Estudos que objetivam entender como a memória de um grupo é construída são fontes de diálogo com o trabalho em questão. O clássico *Memória Coletiva* (2004), de Maurice Halbwachs, é importante na medida em que afirma que toda memória é social, ou seja, para o autor nunca se lembra algo que não tenha relação com o meio social no qual se vive. Mesmo que a construção dessa memória seja estritamente pessoal, ela sempre vai depender das relações com a sociedade, tanto no passado quanto no presente.⁹ A historiadora Márcia Mansor D'Aléssio (2001, p. 55-71) alerta: “Com efeito, para Maurice Halbwachs é sobre a história vivida que se constrói a memória e a história vivida é a fusão entre o mundo interior individual e a sociedade.”¹⁰ A socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos (1998), refletindo sobre o trabalho de Halbwachs, afirma:

Se passarmos a compreender que nossas lembranças se relacionam a quadros sociais mais amplos, compreenderemos também que o passado só aparece a nós a

⁹ HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. Ver também: LE GOFF, Jacques. Documento monumento; Memória; Calendário. In: _____. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996; NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993; D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Projeto História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 97-103, 1993.

¹⁰ D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. **Revista Brasileira de História Oral**, São Paulo, v. 4, p. 55-71, 2001.

partir de estruturas ou configurações sociais do presente, e que memórias, embora pareçam ser exclusivamente individuais, são peças de um contexto social que não só nos contém como é anterior a nós mesmos.¹¹

Importante esclarecer que, neste estudo, não se acredita que a memória possa ser vista como única ou homogênea; pelo contrário, como as próprias fontes parecem indicar nesse caso. Apesar de haver uma tentativa de construir uma memória única sobre o Dragão do Mar, vários grupos e indivíduos edificam sua própria recordação dos fatos ou personagens do passado, baseados nas suas experiências do presente. Há, contudo, alguns fatos passados que, apesar de serem lembrados de diferentes formas, fazem sentido para um grupo. Isso acontece com o jangadeiro Nascimento, que, mesmo sendo lembrado de diferentes formas, parece estar ligado à identidade do cearense.¹²

Refletir sobre a constituição da figura do jangadeiro Francisco José do Nascimento significa entender como a sociedade cearense, enquanto grupo, organiza seu passado. Essa percepção é importante na medida em que se localiza, no tempo e no espaço, a fabricação de mitos e personagens históricos, percebendo como e por que determinados grupos, em momentos históricos específicos, edificam e fazem uso dessas imagens do passado.

Há diferentes formas de conhecer e recordar o que passou. A memória e a história, tanto uma como a outra, por meio das experiências vividas no presente estabelecem com o passado um diálogo permanente. A história fundamentada em materiais documentais, leituras teóricas, método. Já a memória, de maneira vivida e experimentada.¹³ Porém, existe algo em comum entre elas, memória e história sempre partem do presente para vislumbrarem o que passou. Portanto, é difícil estabelecer uma linha divisória precisa entre história e memória, pois ambas estão marcadas pelo elo do presente em direção a um futuro.

Em suma: se não se quiser cair numa posição cientificista, tem de se aceitar o cariz ambíguo e “indeciso” das relações entre a memória e a história. É que, por mais esforços de auto-análise que o historiador faça para aplicar a sua metodologia crítica e para evitar a dimensão subjectiva na interpretação histórica, a sua *epoché* será sempre *epocal*, porque as relações ambíguas com a memória (e o

¹¹ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38. 1998.

¹² “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 476.).

¹³ “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado.” (NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993.).

recalcamento) e com o que, dentro dela, é a presença do coletivo impedem-no de se colocar, totalmente, “entre parêntesis”. (CATROGA, 2001, p. 65).

É assim também com a lembrança de Francisco José do Nascimento. Por isso, este trabalho investiga as relações entre a história e a memória, já que, ao mesmo tempo em que existe a tentativa de inserir o Dragão do Mar como ícone da história cearense, há também várias memórias construídas ao longo do tempo.

No primeiro capítulo, intitulado *No Ceará, não se embarcam mais escravos: as festas cívicas do cinquentenário da abolição no Ceará em 1934*, discute-se como as festas dos cinquenta anos da libertação dos cativos no estado contribuíram para a rememoração do Dragão do Mar. A fonte privilegiada foi a imprensa, órgão responsável pela divulgação das festas, principalmente o periódico *O Nordeste*, que, além de publicar uma edição especial em 25 de março de 1934, imprimiu em suas páginas várias notícias sobre a efeméride durante todo o mês de março e abril de 1934.

A data, como lugar no tempo, parece assim contribuir para a primeira polarização dos fenômenos mnemônicos divididos entre o hábito e a memória propriamente dita. Ela também é constitutiva da fase reflexiva ou, como dizem, declarativa da recordação; esforço de memória é em grande parte esforço de datação: quando? Há quanto tempo? Quanto durou? [...] ¹⁴

As afirmações de Paul Ricoeur (2007) apontam a relevância em datar os acontecimentos para que, mais tarde, possam ser lembrados. Assim como se lembram os acontecimentos que marcam a história pessoal, como os dias em que se nasce, se casa, se entra na faculdade etc., as datas que festejam eventos importantes para as nações, Estados, vilas, grupos fazem parte de um calendário cívico, que, na maioria das vezes, foi edificado pelas forças políticas no poder. Com relação ao cinquentenário da abolição em 1934, é importante lembrar que a data não foi instituída apenas cinquenta anos depois. Nesse sentido, procura-se compreender quando e por que a “data magna” do Ceará é estabelecida como feriado estadual e comemorada com o passar dos anos.

É conveniente observar como o praieiro Chico da Matilde, cinquenta anos depois, em um contexto histórico bem diferente do final do século XIX, é apropriado pelos grupos envolvidos com a organização das festas em março de 1934. Assim, os intelectuais do Instituto Histórico, a instrução pública ou a Legião Cearense do Trabalho retomam a narrativa

¹⁴ RICOEUR, Paul. Parte I - Da memória e da reminiscência. In: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007. p. 58.

da libertação dos escravos, elegendo os personagens e fatos que mereciam ser destacados naquele momento.

No segundo capítulo, *Escritas em disputa: as narrativas sobre Francisco José do Nascimento*, reflete-se sobre os debates em torno de quem deveria ser considerado o grande herói da greve dos jangadeiros. Em 1949, o jornalista Edmar Morel publicou a primeira e única biografia sobre o Dragão do Mar. Embora sua narrativa aponte para a glorificação de Chico da Matilde como único e maior responsável pela paralisação do porto de Fortaleza em 1881, essa versão não esteve livre de calorosas discussões. Em 1923, no jornal *O Nordeste*, foi iniciada uma contenda sobre quem merecia o posto de herói. A briga foi provocada por um artigo de Alba Valdez. Foi apenas o começo de uma disputa que estará presente, mais tarde, nos escritos produzidos sobre o Dragão do Mar e sobre a abolição do Ceará.

A obra *Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição do Ceará* apresenta uma narrativa livre de contradições. A iniciativa de Edmar Morel em escrever a história do Dragão do Mar em 1949 assinala a escolha feita pelo autor. A forma como o escritor prioriza os fatos e personagens, como enfatiza ou silencia sobre os detalhes dessa narrativa farão parte das análises do segundo capítulo.

No terceiro capítulo, intitulado *Um lugar no Museu Histórico: memória nos objetos e na escrita da história*, discute-se sobre o espaço do Museu do Ceará enquanto grande guardião da memória regional. Quais objetos guardados no Museu Histórico lembram o Dragão do Mar? Quando e como chegaram ao museu? Os objetos ligados à figura de Francisco José do Nascimento fizeram parte do acervo do museu desde a administração de seu primeiro diretor, Eusébio de Sousa, que, na falta de material sobre o herói, chega inclusive a encomendar uma pintura a óleo do Dragão do Mar.

Em 1954, é montado o Museu da Abolição do Ceará. Quais as relíquias guardadas, quanto tempo dura o museu, quais são os fatos e personagens lembrados? Nesse mesmo período, o Museu do Ceará está sob a direção de Raimundo Girão, que, em 1955, pede a transferência do Museu da Abolição para o Museu Histórico do Ceará. No ano seguinte, ou seja, em 1956, publica *A história da abolição do Ceará*. Dois anos após a impressão do livro de Raimundo Girão, em 1958, Roberto Átila do Amaral Vieira deu a sua contribuição ao debate, levando a público *Um herói sem pedestal*. Nesse sentido, qual a relação entre o museu, lugar privilegiado da memória, e a escrita da história da abolição?

As fontes utilizadas, além dos dois livros anteriormente citados, são artigos de jornais sobre o museu, os anais do Museu Histórico do Ceará e documentos oficiais do

governo. Todas essas fontes fazem parte da coleção *Memória do Museu do Ceará*, volume 1, Boletim do Museu Histórico do Ceará, e volume 2, Museu do Ceará 75 anos.

Os livros publicados sobre a abolição no Ceará no período compreendido pela pesquisa: *Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição*, de Edmar Morel, publicado em 1949; *A abolição no Ceará*, de Raimundo Girão, publicado em 1956 e *Um herói sem pedestal*, de Roberto Átila Viera, publicado em 1958, são tomados como fonte. Desde o século XIX, muitos intelectuais se ressentem do fato de não haver sido escrita a história da abolição do Ceará. Em 1956, Raimundo Girão toma a tarefa para si. Apóia-se em fragmentos (artigos, documentos de época, jornais), cita Edmar Morel e escreve sua narrativa sobre a abolição.

Dois anos mais tarde, em 1958, Roberto Átila do Amaral Vieira dá sua contribuição. Em seu livro *Um herói sem pedestal*, cita Raimundo Girão e Edmar Morel. Os três livros, cada um com seu objetivo, tratam do episódio da abolição dos escravos no Ceará. Existe entre eles, principalmente entre os livros de Edmar Morel e Átila do Amaral, uma narrativa antagônica sobre quem havia sido o verdadeiro herói da abolição no Ceará.

1 “NO CEARÁ NÃO SE EMBARCAM MAIS ESCRAVOS”: AS FESTAS CÍVICAS DO CINQUENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ EM 1934

1.1 25 de março: a “data magna” do Ceará

25 de março lembra um feito homérico e por demais glorioso dos nossos antepassados, e que a bruma inexorável do tempo parece querer supplantar impiedosamente, devido ao descaso que a nova geração ingratamente faz de um feito de tão honrosas e gloriosas tradições.¹⁵

A abolição dos escravos no Ceará foi considerada pela historiografia local um dos eventos de maior importância para a história do estado. Assim, a comemoração dos cinquenta anos da libertação total dos escravos em 1934 deveria ser um momento de celebração, em que os grandes líderes da campanha abolicionista não deveriam permanecer no esquecimento.

Refletindo sobre as comemorações, Fernando Catroga por meio do livro *Memória, história e historiografia* (2001)¹⁶ trata da importância das festas cívicas como momentos significativos para o entendimento da memória de um determinado período. Para ele tanto as celebrações cívicas quanto a escrita historicista da história são um exercício de rememoração, assim:

A esta luz, explica-se que elas se objetivassem em ritualizações que enaltecessem figuras modelares, ou momentos de fastígio, para, escondendo o lado mais sombrio das coisas, exorcizar (e criticar) decadências do presente e alentar crenças na redenção futura, marcando, assim, os ritmos ascendentes (e por contraste, os descendentes) da história. (CATROGA, 2001, p. 61).

O cinquentenário da Abolição no Ceará foi o momento de exaltar os feitos pretéritos, operando uma ligação entre o presente, o passado e o futuro. Isso significa dizer que, na visão dos organizadores dos festejos, o passado glorioso serviria como exemplo para a educação cívica da juventude, redimindo o presente, mas, sobretudo, educando as novas gerações para construírem o futuro.

¹⁵ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. Fortaleza, CE, 26/03/29. p. 3.

¹⁶ CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. Ver também: SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002; _____. “Os sentidos da comemoração”. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 20, 2000.

O jornal católico *O Nordeste*¹⁷, além de publicar uma edição especial ilustrada no dia 24 de março de 1934, acompanha a organização das festas e dá notícias sobre o andamento destas. O incomparável feito histórico, como aponta o jornal, precisava ser revivido. De fato, no dia 24 de março de 1934, *O Nordeste* circulou dedicando suas páginas à grande festa cívica. Foram mais de 15 laudas contendo artigos sobre a libertação, fotografias de ilustres abolicionistas, transcrição de documentos e uma entrevista com um dos sobreviventes da campanha. Isso demonstra, não só a importância do acontecimento, mas ainda a necessidade de lembrar-se dos feitos e de seus principais responsáveis.

Naquele período, vários estratos da sociedade, como a igreja, o estado, a escola e o operariado, pareciam falar uma só língua e, em seu vocabulário, as palavras família, pátria e religião nunca vinham desacompanhadas, mas sim caminhavam juntas na tentativa de construir uma memória sobre a abolição no Ceará: “Bem digamos a Deus a honra de descender dessa estirpe de brasileiros e cristãos dignos da nossa Religião e da nossa Pátria, tomando a peito o propósito de não desmentirmos nunca o patrimônio moral que nos legaram os nossos magnânimos e bravos ancestrais.”¹⁸

A valorização do passado está sempre ligada às necessidades e aos questionamentos do tempo presente. A década de 1930 será marcada por uma forte crítica à Primeira República. Muitos intelectuais farão julgamentos severos ao modelo liberal instituído com a nova forma de governo. Dentre esses intelectuais, estão os pensadores católicos, que, indo de encontro ao Estado laico desfraldado pela Constituição Republicana, se manifestarão exigindo mudanças, como o retorno ao catecismo nas escolas, o casamento religioso e a presença do nome de Deus na Constituição.¹⁹

Essa atenção dispensada ao passado imperial correspondia também a uma negação de um passado recente, o da República Velha, momento em que haviam sido criados os principais símbolos nacionais. Assim, apesar do absolutismo ser visto como um modelo a ser superado, como de fato o foi, o Império é rememorado como um momento de estabilidade na história do país. Graças à monarquia o país havia mantido sua centralização, além disso, tinha

¹⁷ O jornal *O Nordeste* foi fundado em junho de 1922, pertenceu à Arquidiocese de Fortaleza e serviu como veículo de propagação das ideias do catolicismo no Ceará. “Por estar ligado à Igreja Católica, preocupava-se com as mudanças de ordem social e de comportamento que pudessem ameaçar os preceitos do catolicismo, levando-o a produzir renitentes discursos de condenação a tudo que representasse possibilidades de ruptura da ordem moral católica estabelecida.” (SEMEÃO E SILVA, 2000, p. 44). Além disso, o jornal abriu espaço, em suas colunas, para a publicação de artigos, divulgação de eventos e outros acontecimentos que tivessem relação com a História do Ceará. Adiante, perceber-se-á a importância dada pelo jornal para a formação moral e cívica por meio da rememoração dos grandes feitos, grandes homens e grandes datas do Ceará.

¹⁸ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/34, p. 1.

¹⁹ MIRANDA, Júlia. **O poder e a fé: discurso e prática católicos**. Fortaleza: Edições UFC, 1987. p.42.

garantido a abolição da escravidão sem que para isso houvesse luta armada ou derramamento de sangue.

A abolição, tanto no Ceará, como mais tarde no restante do país, foi proclamada em clima de festa. Ao contrário da Guerra Civil ocorrida nos Estados Unidos, a libertação no Brasil aconteceu sem derramamento de sangue, mais um motivo para as instituições e todos os cearenses propagarem os festejos do dia 25 de março, a “data magna” do Ceará. Ao lembrar os fatos e personagens de 1884, são esquecidas as decepções provocadas pela Primeira República, e, sobretudo, reforçados os exemplos de coragem e heroísmo necessários para a estruturação de uma “Nova República”²⁰.

Vale ressaltar que o dia 25 de março foi a data da primeira constituição do Império, proclamada em 1824. Dessa forma, o dia escolhido para a abolição dos escravos na província do Ceará em 1884 fazia referência direta à data da primeira constituição imperial. Isso demonstra a tentativa do movimento libertador em atrelar suas atividades à ordem instituída. Ou seja, mesmo querendo mudanças políticas com relação à mão de obra, era preciso demonstrar ao monarca, mediante escolha da data em que os escravos do Ceará passariam a ser livres, que os participantes desse movimento não estavam contra a monarquia.

Com a proclamação da República em 1889, foram instituídos símbolos que tinham como função principal representar a nação. Nesse momento, são criados a bandeira nacional, o hino nacional, o brasão nacional etc. Alguns, como o hino nacional, já existiam, contudo, com a República, os símbolos nacionais ganharam destaque e passaram a ser reafirmados e consagrados em todas as comemorações cívicas e instituições públicas.²¹

As datas comemorativas são institucionalizadas por lei e transformadas em feriados nacionais e estaduais, para que toda a sociedade – trabalhadores em geral, servidores públicos, estudantes da rede pública e particular etc. – rendesse a devida homenagem ao acontecimento a ser comemorado.

Em 28 de fevereiro de 1890, alguns meses após a proclamação da República, um decreto estadual declara feriado os dias 25 de março e 16 de novembro. Segundo a

²⁰ “Projetar um novo Estado é buscar sua legitimidade, isto é, incursionar por sua origem, por seus inícios revolucionários. Um novo princípio não se faz sem história, pois o traçado da origem é também uma volta para o passado. Por isso, construir um novo modelo de Estado é também reescrever a história do país, é debruçar sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição/permanência do tempo. Projetar o futuro é escrever o que deve acontecer através daquilo que já aconteceu. O presente é um ponto de interseção em que a história é constituída pela seleção da presença do passado no futuro.” (OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Maria Ângela Maria Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.).

²¹ “Os estados nacionais foram pródigos em definir hinos, bandeiras, imagens e símbolos que ‘personificam’ a nação, fornecendo-lhes o sentido de identidade e expressando sua soberania.” (OLIVEIRA, Lucia Lippi. *As festas que a República manda guardar*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, 1989/2.).

determinação do então governador estadual, João Cordeiro²², “considerando o intuito patriótico que” inspirou o decreto do Governo Federal declarando os dias de festa que deveriam ser feriados nacionais:

Ao Estado do Ceará são particularmente gratas as recordações gloriosas que despertam as datas de 25 de Março e 16 de Novembro, resolve: São considerados dias de festa no Ceará e como taes feriado os dias: 25 de março, destinado a comemoração da redempção dos captivos pela vontade do povo cearense; 16 de novembro, destinado à comemoração da proclamação da República no Ceará.²³

Desde 28 de fevereiro de 1890, o dia 25 de março passou a ser feriado estadual. Todos os cearenses deveriam, ou melhor, a partir de então, eram obrigados por lei a celebrar o dia. Como todo feriado determinava que o comércio e as repartições públicas não funcionassem, todo o Estado deveria programar solenidades que lembrassem o passado ilustre do “pioneirismo” cearense. Assim, o dia 25 de março foi declarado feriado logo após a proclamação da República e instituído como data comemorativa com o passar dos anos. No periódico *Diário do Ceará*, em 25 de março de 1924, é publicado “Um famoso artigo de Justiniano de Serpa.”²⁴ O texto publicado em Manaus no dia 25 de março de 1893, três anos após a lei que decretou o dia 25 de março como feriado estadual, demonstra as magoas do abolicionista, que reclama o esquecimento dos heróis da abolição: “Onde estão os heroes que o povo aclama e a mocidade engrinalda de louros?”²⁵

A “data magna” do Ceará ora é lembrada, ora é esquecida, mas sempre é reforçada a importância do acontecimento e a necessidade de não cair no olvido os heróis do povo cearense, pois estes representam a tradição que faz a ligação com o passado de glórias. Embora existisse uma lei que determinava a comemoração, segundo o artigo de Justiniano de Serpa, os responsáveis pelos acontecimentos não estavam sendo devidamente homenageados por seus feitos.

O passado não podia ser esquecido e ainda se tornava mais digno de exaltação, pois o Ceará era uma terra castigada pelo clima, as várias secas enfrentadas pelo cearense teriam feito dele um forte, um corajoso, e elas haviam contribuído para que a abolição no Ceará fosse possível.

²² João Cordeiro (1845-1931) participou ativamente do movimento abolicionista. Era comerciante e ocupou vários cargos públicos, dentre eles Senador, Deputado Federal e Estadual, Inspetor Geral de Socorros Públicos, Diretor da Caixa Econômica, dentre outros.

²³ COLEÇÃO LEIS DO CEARÁ, 1890, Setor de Microfilmagem, Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

²⁴ Justiniano de Serpa (1856-1923) é o único abolicionista que ganhou um monumento em Fortaleza. Formado em direito, ocupou vários cargos públicos, dentre eles: Deputado Provincial e Federal, Presidente do Estado do Ceará.

²⁵ JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ. Fortaleza, CE, 25/03/24. p. 1.

Nascido sob o céu mais ingrato do Brasil, o cearense nunca foi um predilecto da fortuna. No berço, embalou-o o éco plangente de passadas catastrophes e como as demais creanças nem sempre ouviu os contos de fadas, alegres e encantadores, narrados à luz do luar. A actividade que o caracteriza tem abalroado contra freqüentes caprichos da natureza. D’ahi talvez, a sua índole afoita e generosa.²⁶

O clima seco é apontado por muitos estudiosos do tema como o grande responsável pelo pioneirismo cearense. O fato de o Ceará ter sido a primeira província a libertar seus escravos quatro anos antes do restante do Brasil, mesmo com todas as adversidades climáticas, fez com que o título de “Terra da Luz” fosse ainda mais merecido.

O discurso do problema climático do Ceará desde a seca de 1877, conforme aponta o historiador Frederico de Castro Neves, tomou proporções nacionais. É, principalmente, após essa grande seca que os políticos e intelectuais farão uso do drama climático conforme as necessidades do momento. Em anos de crise, a fome, a fraqueza e as doenças serão utilizadas para angariar recursos no sentido de assistir as populações sertanejas. Contudo, essa mesma população flagelada, muitas vezes degradada moralmente, chegando a se prostituir ou roubar por causa da fome, é, ao mesmo tempo, representada como o sertanejo forte. Dessa forma, definições como a de Euclides de Cunha, “o sertanejo é antes de tudo um forte”, encontraram eco, principalmente, nos intelectuais locais, que procuram criar um tipo regional que representasse perante a nação o ser cearense. Segundo a lógica desses pensadores, o caráter psicológico do homem do sertão foi forjado pelo clima estéril.²⁷

Por outro lado, outras interpretações da história da abolição no Ceará afirmavam que a seca de 1877 havia provocado uma venda em massa dos escravos cearenses para as províncias do sul e que o Ceará, por ter um pequeno número de escravos em 1884, havia feito a abolição.

E diziam - e ainda há pouco foi reproduzida a injúria – que a Província do Ceará só fez a campanha abolicionista depois de haver vendido para o Sul todos ou quase todos os seus escravos! Infamante aleivosia. Para provar quanto o é, basta accentuar que até o dia 25 de março de 1884 foram libertos, aqui, 31.000 captivos.²⁸

Essa visão da história cearense, contudo, não foi lembrada ou narrada, pelos autores que lutavam contra o esquecimento dos fatos e personagens ligados à libertação dos

²⁶ VALDEZ, Alba. Uma data cearense. In: NOGUEIRA, Joaquim da Costa (Org.). **Ceará intelectual**: extrato do “ano escolar”. Fortaleza: Typografia Escolar, 1910.

²⁷ NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

Euclides da Cunha começa a publicar suas reportagens sobre Canudos em 1898. O livro *Os sertões*, onde o jornalista faz a famosa citação sobre o sertanejo, foi publicado em 1902.

²⁸ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 15/03/34. p. 4.

escravos no Ceará durante as festas em comemoração ao cinquentenário.²⁹ Dizer que o Ceará havia abolido seus escravos porque na província já não havia cativos não fazia do ato um exemplo de heroísmo. Assim, contra essa argumentação, o jornal *O Nordeste* publica, dias antes da comemoração do cinquentenário, o texto intitulado *A abolição no Ceará e os escravistas do sul*. O autor pretende esclarecer que essa versão, que considera uma farsa, foi criada pelos escravagistas do sul, os quais, receosos com a libertação sem indenização realizada pelos cearenses, teriam propagado essa versão com o intuito de diminuir o feito cearense.

Alba Valdez³⁰ fala, com empolgação, sobre a campanha abolicionista, citando as dificuldades enfrentadas pelo grupo, mas também a maneira rápida como a propaganda atingiu grande parte da elite na época, que logo se juntou ao grupo, comprando alforrias, vendendo joias, roubando escravos etc. Há um episódio, entretanto, que não poderia cair no esquecimento: “Também não é para esquecer o gesto sublime e commovente dos rudes jangadeiros, confundindo a voz stetorea com a das verdes vagas tumultuosas: – No porto do Ceará não embarcam mais escravos.”³¹

O que era constantemente lembrado e reforçado, como apontado na narrativa de Valdez, era a ação dos jangadeiros no trancamento do porto. Segundo os defensores da história da abolição no Ceará, proibir o tráfico de escravos interprovincial havia sido uma atitude de coragem, digna desses cearenses forjados pelas adversidades climáticas. Assim, o trancamento do porto com seu grito “No Ceará não embarcam mais escravos” havia possibilitado a construção de um sentimento humanitário que culminou com a liberdade dos escravos. A greve dos jangadeiros, portanto, justifica a atitude humanitária e o pioneirismo cearense, tornando a narrativa da história da abolição do Ceará uma epopéia que deve ser constantemente lembrada pelas novas gerações.³²

As mágoas e as reclamações para com o esquecimento dos abolicionistas e do dia multiplicam-se. A publicação de documentos ou artigos, como o de Justiniano de Serpa no

²⁹ Existe um estudo estatístico, publicado na Revista do Instituto do Ceará, em 1934, que tenta provar por meio de números que a população escrava no estado em 1884 ainda era de 31.000 escravos. Todo esse esforço mostra a necessidade de ir contra a ideia de que, quando o Ceará aboliu a escravidão, já não havia mais escravos, por isso o Ceará teria abolido seus escravos em 1884.

³⁰ Alba Valdez (1874-1962) foi professora e escritora. Pertenceu ao Instituto Histórico de Ceará. Como sócia efetiva, integrou a Academia Cearense de Letras e a Sociedade Cearense de Geografia e História.

³¹ VALDEZ, Alba. Uma data cearense. In: NOGUEIRA, Joaquim da Costa (Org.). **Ceará intelectual**: extrato do “ano escolar”. Fortaleza: Typografia Escolar, 1910.

³² No segundo capítulo, os pormenores sobre a greve dos jangadeiros serão discutidos. No momento, deve-se destacar a importância que esse fato assume na narrativa memorialista da história da abolição no Ceará.

Jornal *Diário do Ceará* em 1924, ou pequenos textos publicados em um compêndio didático, como no caso do produzido por Alba Valdez em 1910, parecem não ser suficientes.

Por isso, novamente no dia 25 de março de 1925, no Jornal *O Nordeste*, é publicado o artigo: *Vinte e Cinco de Março a Cesar o que é de Cesar*. O texto estava impregnado de cobranças. A primeira delas, a de que era urgente e necessária a publicação de um livro contando a história da abolição do Ceará, pois para o autor muitos aguardavam o relato, que, segundo ele, havia repercutido nacionalmente e influenciado a libertação total em 1888. “É de admirar, pois, o silêncio em que jaz sepultada a actuação de valentes filhos do Ceará, em acontecimentos que constituem a preocupação culminante de uma época, e o sonho encantador de uma geração.”³³

O texto assinado com as iniciais de A. M. demonstra a indignação com o fato de ainda não ter sido escrita a história da abolição do Ceará. Questiona também como, até aquela data, nenhum poeta tenha escrito uma ode “à memória do Marinheiro aldez, que, trancando nossos mares aos negreiros, transformou a tosca jangada dos pescadores em symbolo da liberdade?”³⁴ O episódio do fechamento do porto ao embarque de cativos é, novamente, realçado como a principal ação do movimento abolicionista, levando à liberdade total em 25 de março de 1884.

Nascimento trancou nossos portos ao embarque dos escravos, matando assim o vil commercio de carne humana, cujos horrores teve de presenciar muitas vezes, quando as jangadas transportavam maridos arrebatados às mulheres e filhos arrebatados às mães!... Foi esse o feito glorioso de Nascimento cognominado Dragão do Mar, porque num golpe de grande audácia, não permitiu que de nossas praias, sahissem mais jangadas carregadas de escravos.³⁵

Entre tantas ações do movimento abolicionista, como a compra de alforrias, o roubo de escravos, a publicação do jornal *Libertador*, o autor escolheu falar sobre a greve dos jangadeiros, não se esquecendo de frisar a ação do jangadeiro Francisco José do Nascimento, considerado por ele o comandante da ação. Porém, o texto lembra que, por trás da ação dos homens do mar, alguém havia planejado o combate, ou seja, alguém havia tido a ideia de trancar o porto: “O Dragão do Mar é uma gloria authentica do movimento abolicionista no Ceará. Não obstante ser elle, porem, umas das figuras mais gloriosas da cruzada abolicionista, não quer dizer isso que não houvesse sido soldado às ordens de um chefe que o

³³ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 25/03/25, p. 1.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

descobriria...”³⁶ O próprio jangadeiro Nascimento não poderia ter tido a idéia. Por isso, o autor afirma: “mas quem fora o general dessa milícia, na campanha mais patriótica e humanitária que ainda se levantou no Brasil, é o que não está confirmado.”³⁷

A narrativa publicada no jornal *O Nordeste* na comemoração de mais uma data magna do Ceará permite explicitar duas questões sobre a construção da história da abolição. A primeira questão diz respeito à memória do dia. Por meio dos protestos do autor, nota-se a urgência em tirar do esquecimento uma data tão significativa. Nesse sentido, mesmo que o dia 25 de março tenha sido proclamado feriado por lei, isso não era garantia de que o dia seria lembrado e respeitado, como exigia a norma – e como esperavam os porta-vozes do passado.

Em segundo lugar, fica explícito que para o autor havia dois grandes heróis da libertação dos escravos no Ceará. O Dragão do Mar estava atrelado à chefia da greve dos jangadeiros, acontecimento de maior destaque na campanha. O outro herói eleito pelo autor, depois de analisar a ata da sessão magna da associação Perseverança e Porvir, celebrada no dia 20 de maio de 1888, havia sido José do Amaral, diretor da Libertadora Cearense, o homem que teve a ideia de trancar o porto. Nesse caso, é possível identificar uma construção que perpassa outras fontes, ou seja, no movimento abolicionista alguns pensaram e planejaram, enquanto outros receberam ordens e agiram. Nenhum herói exclui o outro, melhor dizendo, nenhum é melhor ou mais importante do que o outro, há lugar para os dois. Assim como na sociedade existem os que fazem e os que pensam, no movimento abolicionista cada um executou as tarefas que correspondiam às suas habilidades e ao seu lugar social.

Considerado feriado desde 1890, o dia da abolição dos escravos no Ceará enfrentou alguns percalços. Em 25 de março de 1926, o jornal *Diário do Ceará* publicou a nota *O Dia de hoje (Feriado Estadual)*: “Hoje, por ser dia de feriado estadual, o commercio não abrirá suas portas, sob penas da Lei. Pelo mesmo motivo esta folha não circulará amanhã – são ao direito que se pretende sacrificar.”³⁸ Porém, no dia 27, dois dias depois, o jornal publica outra nota com o título *O feriado de ante-ontem*:

Quarta-feira à tarde o serviço nesta redação era frequentemente interrompido por telephonemas do comércio, pedindo informações sobre se poderia funcionar no dia seguinte. Como é do nosso costume, communicamo-nos com a Prefeitura donde nos responderam que o commercio não poderia abrir razão pela qual fizemos a divulgação, respondendo igualmente aos que indagavam de nós. Com real espanto vimos no dia seguinte o commercio de portas abertas e soubemos depois que o dia não fora feriado, contando também, que o aviso que recebemos fora feito a revelia

³⁶ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 25/03/25, p. 1.

³⁷ Ibidem.

³⁸ JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ, Fortaleza, CE, 25/03/26. p. 3.

do Sr. Prefeito. Como era de se esperar, muitos negociantes ficaram prejudicados, porém, de nossa parte nenhuma culpa existe, à vista desta explicação.³⁹

No almanaque do Ceará, para o ano de 1926 o dia 25 de março está presente no item referente aos feriados do estado, constando “25 de Março – Consagrado à comemoração da redenção dos captivos no Ceará 1884”⁴⁰. Ainda assim, vários comerciantes da cidade resolveram confirmar se o dia seria ou não feriado, ligando para a redação do jornal, que, por sua vez, tomou a decisão de confirmar a informação ligando para prefeitura. Segundo o periódico, o dia não havia sido feriado, porém a informação partiu de um funcionário da prefeitura que teria cometido um erro ao confirmar o feriado.

Conforme os documentos indicam, de fato o dia era feriado estadual, porém, com o passar dos anos, outros interesses, que não o de exaltação ao passado, parecem ter suplantado os motivos pelos quais a data foi proclamada feriado por um decreto de 1890. As necessidades comerciais apresentavam suas justificativas, fazendo frente aos festejos da “data magna” do Ceará, e as prefeituras tomavam liberdade de manipular o calendário oficial do estado.

Um decreto estadual de 1932 vem acabar com as dúvidas relacionadas ao feriado de 25 de março. Dois anos antes da efeméride do cinquentenário, o decreto nº 719, de 13 de agosto de 1932, “[...] reconhece como únicos feriados os dias 19 e 25 de março e 15 de agosto e em cada município o de sua fundação”⁴¹. Vale ressaltar que os dias 19 de março e 15 de agosto são dias de comemoração religiosa, o primeiro deles dedicado a São José e o outro dedicado à Nossa Senhora da Assunção. O dia 25 de março, portanto, é o único dia dedicado a um acontecimento histórico do estado. Verifica-se uma necessidade política em regularizar a comemoração. Conforme analisou o historiador Fernando Catroga, no livro *Nação, mito e rito* (2005), para o caso da comemoração da Revolução Francesa, que, segundo ele, passou de festa-instituinte para festa-instituída, aqui também se percebe o esforço em oficializar a data.⁴²

No ano seguinte, em 1933, ou seja, um ano antes da comemoração do cinquentenário, outro decreto de nº 956, de 24 de março, um dia antes da “data magna”, o

³⁹ JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ, Fortaleza, CE, 27/03/26. p. 4.

⁴⁰ ALMANAQUE DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 1926. Setor de Obras Raras Biblioteca Menezes Pimentel.

⁴¹ COLEÇÃO LEIS DO CEARÁ, 1932, Setor de Microfilmagem, Biblioteca Menezes Pimentel.

⁴² “Em suma: com a passagem de festa-instituinte a festa-instituída, perdeu-se em espontaneidade o que se ganhou em intenção comemorativa, uso da história empenhada em legitimar e em revivificar uma dada ordem. [...] Com os ritos cívicos, produzia-se um suplemento simbólico capaz de levar as consciências a interiorizarem, como imperativos ético-cívicos, os direitos e os deveres para com a sociedade.” (CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC; Museu do Ceará, 2005.).

interventor federal decide, em homenagem ao dia da libertação dos escravos no Ceará, comutar as penas dos presos, a citação é longa, porém esclarecedora:

O capitão Roberto Carneiro de Mendonça, Interventor Federal no Estado do Ceará, considerando que o dia 25 de março assinala a passagem de uma das mais notáveis datas de nosso calendário político, quando, há quarenta e nove anos passados, a antiga província do Ceará declarou ao país e ao mundo não haver, em seu território, mais escravos; considerando que a idéia da libertação dos escravos no Ceará, não obstante a opressão então existente, não conseguiu amortecer o ardor dos seus valorosos batalhadores, mas antes frutificou, exemplificado com o procedimento de Acarape que, numa explosão de gloriosa generosidade, foi o primeiro município do Brasil a libertar os seus escravos; considerando que cada município, seguindo a diretriz de seu co-irmão, motivou que, em pouco mais de um ano, alcançasse seu termo final a campanha em prol da libertação, proclamando-se a 25 de março de 1884 a manumissão total dos escravos no Ceará; considerando que cabe ao Governo, por qualquer manifestação pública, cultuar as datas memoráveis da História; considerando que, em geral, nos dias feriados, o Poder Executivo exerce em benefício dos detentos a faculdade constitucional do indulto ou da comutação das penas; considerando que essa faculdade no Ceará está prescripta no art. 56, n.21, da Constituição Política; considerando que, assim, à semelhança do que fez o Estado pelo decreto n. 1979, de 29 de agosto de 1922, é justo que, em homenagem à data de amanhã, fique o Poder Executivo investido da faculdade de conceder perdão ou comutação de penas, durante determinado prazo [...]⁴³

O texto da lei foi publicado no jornal *O povo*, de 27 de março de 1933. O jornal costumava publicar um pequeno anexo com as resoluções, leis e decretos promulgados pelo interventor federal, contudo a disposição referente à comutação dos detentos veio impressa em primeira página.

O interventor federal, em um ato de “benevolência”, resolve diminuir, ou até mesmo perdoar, as penas impostas a alguns réus do estado. Segundo o texto da lei, essa não era a primeira vez que o governo comemorava uma data histórica. Em 1922, no centenário da independência, alguns presos foram perdoados. Essa dádiva, porém, não seria concedida em uma data qualquer – e muito menos por um motivo qualquer. O dia escolhido para a liberdade era o dia em que o Ceará havia abolido seus escravos. A comemoração não se restringia apenas a discursos, festas, reuniões. A comemoração se caracterizava também por meio de um importante ato que reafirmava o sentido humanitário do cearense. Era como se a libertação dos escravos novamente fosse possível por intermédio da liberdade dos detentos.

O perdão e a comutação das penas, contudo, não seria dado a qualquer preso. Havia algumas restrições previstas pelo decreto. Para que fosse agraciado com a lei, o detento deveria ter cumprido mais da metade da pena, ter tido bom comportamento no tempo em que esteve preso, não ter sido criminoso reincidente, não ter praticado o crime em circunstâncias

⁴³ COLEÇÃO LEIS DO CEARÁ, 1933, Setor de Microfilmagem, Biblioteca Menezes Pimentel.

que revelassem instintos perversos e perigosos. Também não mereciam a liberdade “[...] os condenados por crime de furto, roubo, estelionato, abuso de confiança e outras fraudes.”⁴⁴

A liberdade, muito antes de 1932, esteve atrelada a algumas condições. Também, em 1884, a abolição foi considerada uma dádiva dos senhores de escravos. Em muitos casos, as alforrias estiveram ligadas ao bom senhor, mas, sobretudo, ao bom escravo, aquele que não havia cometido crimes, que não se rebelava e era subserviente. Joseli Nunes Mendonça, no livro *Cenas da abolição* (2001), aborda o assunto mostrando de que forma os embates entre cativos e senhores acabaram criando leis, como a do Ventre Livre, de 1871. Essa lei, além de determinar a “liberdade” dos negros nascidos depois daquela data, determinava também a possibilidade de alforria por indenização ao senhor, muitas vezes paga pelo próprio escravo. O valor dessas indenizações que produzia a alforria forçada, ou mesmo a liberdade concedida pelos senhores, sem a necessidade de pecúlio, estava relacionado não só às disputas e aos interesses dos escravocratas em manter ou não aquele cativo em sua propriedade, mas também às pressões exercidas pelos próprios escravos. “Nessa argumentação, desponta a mesma questão tantas vezes presente na concepção da liberdade: os bons libertos só se constituiriam como tais se fossem encaminhados ao mundo da liberdade pelas mãos senhoriais.”⁴⁵

A data de 25 de março foi sendo lembrada ao longo dos anos por intelectuais que participaram ativamente da campanha abolicionista, bem como por decretos e leis estaduais que procuraram regulamentá-la, tornando as comemorações responsabilidade não apenas de um grupo de ex-abolicionistas, mas de toda a sociedade, a qual deveria cultuar o dia e os personagens envolvidos com a efeméride. O clímax da comemoração da “data magna” do Ceará foi, sem dúvida, o momento do cinquentenário em 1934. No entanto, a data esteve presente no calendário de feriados cearenses desde a proclamação da República, passando por lembranças e esquecimentos. O dia 25 de março foi motivo até mesmo para diminuição das penas impostas aos presos.

⁴⁴ COLEÇÃO LEIS DO CEARÁ, 1933, Setor de Microfilmagem, Biblioteca Menezes Pimentel.

⁴⁵ MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no parlamento. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 98.

1.2. Documentos, escritas e testemunhos: o Instituto Histórico do Ceará, a imprensa e os sobreviventes da campanha abolicionista

Comemorando o 25 de março “O Nordeste” circulará sábado, 24, véspera da grandiosa data cívica cearense, em edição especial, ilustrada, com selecta collaboração e revivendo páginas do incomparável feito histórico o mais importante da nossa terra. Como órgão da imprensa, um dos mais poderosos factores da victoria do movimento de 84, sentimo-nos no dever de honrar os nossos maiores, na justa exaltação da gloriosa epopéia da libertação dos escravos. É um dever, aliás de todo o cearense.⁴⁶

Na ocasião das comemorações do cinquentenário da abolição em 1934, os jornais da capital do Ceará publicaram reportagens, artigos, imagens e documentos que lembraram a libertação dos escravos em 1884. Entre eles, o jornal *O Nordeste* figurou como o principal noticiário das solenidades que estavam sendo preparadas para o grande dia. Suas páginas estavam cheias de informações sobre as festas cívicas, desde o início do mês de março até fins de abril de 1934.

O periódico assume o compromisso de rememorar o grande acontecimento, reforçando que esse era o dever de todo cearense. O jornal, não apenas rememorava a grande data, mas fazia também um trabalho de ampla divulgação, publicando diariamente informações sobre todo e qualquer evento em homenagem à “data magna” do Ceará.

O diário indica ainda que a imprensa desempenhou um papel importante na campanha abolicionista. O jornal *Libertador*, fundado pela Sociedade Cearense Libertadora em 1881, divulgou as ações do movimento, usando as páginas do periódico para alfinetar seus adversários e proclamar suas vitórias. A greve dos jangadeiros, por exemplo, foi uma das atividades desenvolvidas pelo grupo, que esteve estampada nas páginas do *Libertador*, contribuindo assim para a propagação das atividades da Sociedade. Assim, da mesma forma que o *Libertador* em 1884, o jornal *O Nordeste*, cinquenta anos depois, deveria imprimir em suas páginas as manifestações em respeito ao fausto acontecimento.

Além das notas diárias desde o dia 12 de março de 1934, dando notícias sobre a organização do grande dia, o jornal programou uma edição especial “[...] ilustrada, com selecta collaboração e revivendo páginas do incomparável feito histórico o mais importante da nossa terra.”⁴⁷ No dia 24 de março de 1934, o periódico circulou com mais de 15 páginas tratando da abolição precoce no Ceará. Uma série de artigos, o programa geral das festas,

⁴⁶ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 15/03/34. p. 1.

⁴⁷ Ibidem.

imagens de abolicionistas ilustres, documentos de época estavam presentes na edição feita especialmente para a comemoração do cinquentenário.

Não se fez ainda, nem parece que tão cedo se faça, história do grande movimento cívico humanitário que foi a abolição da escravatura no Ceará. História total, completa. Porque felizmente há fragmentos que, coordenados, constituem o grande todo desse movimento. Um desses, e de summa importância, está contido na famosa “Acta da Sessão Magna que celebrou a Associação da Perseverança e Porvir em 20 de maio de 1888, pela extinção do elemento servil no Brasil”, lavrada pela penna mestra do “poeta da abolição” [...] ⁴⁸

A “acta da sessão magna de 20 de maio de 1888” foi um dos documentos publicados no jornal. A falta de uma história “total, completa” sobre os acontecimentos que culminaram com a abolição no Ceará fez com que o periódico, além de divulgar e lembrar os acontecimentos, publicasse também fontes históricas. Esses documentos eram divulgados para que os leitores, desprovidos do livro de história, pudessem ter acesso aos fatos passados. Ainda que fragmentada, a fonte desempenhava um papel pedagógico, como uma prova de que tudo havia acontecido como era narrado pelas páginas do jornal.⁴⁹ *O Nordeste*, portanto, garantiu aos cearenses o acesso a uma parte da história da libertação dos escravos do Ceará por meio da edição especial publicada em 24 de março de 1934.

A exposição desses documentos em um jornal diário revela o esforço feito pelo periódico em propagar a história da abolição do Ceará. O texto “Terra da Luz”, publicado na capa do exemplar em homenagem ao grande dia, esclarece qual era a relevância do feito histórico para o jornal, bem como a maneira pela qual o periódico se apropria dos fatos e personalidades para construir um discurso que liga religião e liberdade. Sabe-se que o jornal era impresso pela Igreja Católica cearense, de forma que todos os assuntos divulgados por esse meio de comunicação deveriam seguir os preceitos morais e religiosos do catolicismo. Muito mais que um informativo diário, o jornal *O Nordeste* era um propagador da doutrina católica no Ceará.

A emancipação dos escravos entre nós obedeceu ao ritmo do imperativo dos nossos sentimentos de *fé religiosa*. Foi a inspiração da *caridade evangélica* que fez ruir a senzala negra, apagando do quadro da nossa civilização aquela mancha desabonadora. A *idéia santa*, de que falava na Câmara o primeiro Rio Branco, nascia ao calor daquele⁵⁰ *Credo* que faz a todos irmãos, porque filhos do mesmo Pae que está no Céu. A palavra de *Deus* representa o código dos códigos, não podendo

⁴⁸ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 25/03/34. p. 11.

⁴⁹ Foram publicados, na edição especial, além da referida ata, os seguintes documentos: sessão da Câmara Municipal de Fortaleza de 25 de março de 1884, carta de Joaquim Nabuco a José do Amaral e reprodução do *Libertador* de 2 e 3 de abril de 1884, entre outros.

⁵⁰ *Ibid.*, 26/03/34, p. 1.

deixar de exercer maior influencia nos actos de uma sociedade, que rasga as directrizes do porvir.⁵¹ (Grifo meu).

Para o autor a abolição dos escravos no Ceará havia ocorrido por uma ação humanitária, acompanhada de um sentimento cristão. A forma como o passado foi narrado, desse modo, estava condicionada ao lugar de quem descrevia os acontecimentos, ou seja, o jornal se apropriou dos fatos, estabelecendo um discurso que elegeu a Igreja Católica como instituição indispensável para que a libertação dos escravos fosse possível no Ceará.

Essas diferentes maneiras de contar a história de um determinado fato ou personagem histórico podem ser observadas pela forma como as várias instituições (escola, igreja, movimento operário, instituto histórico) edificam o passado da abolição, utilizando os detalhes para estabelecer uma relação entre passado e presente nas comemorações dos cinquenta anos da libertação dos escravos. Cada um interpreta os fatos conforme os objetivos do tempo presente, construindo assim várias narrativas que mudam de acordo com o lugar intelectual, político e social de quem narra os fatos pretéritos.

Existe um narrador que parece possuir um lugar “sagrado” diante das várias autoridades que durante as festas cívicas se manifestaram escrevendo sobre os “gloriosos” dias em que o Ceará libertou seus escravos. O testemunho de quem presenciou os fatos com os próprios olhos parece estar revestido de uma aura inquestionável. Os sobreviventes da campanha abolicionista no Ceará foram considerados pelas instituições que organizaram as solenidades verdadeiros baluartes: “Sobreviventes da campanha abolicionista, como figuras de evidência da célebre Libertadora Cearense existem no Ceará, os srs. Issac Amaral, Alfredo Salgado, padre dr. João Augusto da Frota e professora Elvira Pínho e, pertencente a uma outra instituição, o dr. Barão de Studart.”⁵²

A narrativa proferida por quem presenciou os acontecimentos de 1884 foi revestida pelo manto da verdade. Nesse aspecto, a entrevista de Isaac Amaral, publicada no jornal *O Nordeste*, de 24 de março de 1934, foi um testemunho do abolicionista baseado em sua memória pessoal. Isaac era irmão de José do Amaral (um dos fundadores da primeira sociedade abolicionista do Ceará, a Perseverança e Porvir) e viveu sua juventude envolvido com o movimento abolicionista até o seu desfecho em 1884, tornando-se um dos diretores da Sociedade Cearense Libertadora.

⁵¹ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/34, p. 1.

⁵² Ibid., 13/03/34, p. 1.

O que disse ao “O Nordeste” o cel. Issac Amaral, um dos sobreviventes do movimento emancipador de há cinquenta anos. Quando das comemorações da abolição do cinquentenário da abolição no Acarape e em São Francisco (1º de janeiro e 2 de fevereiro de 1933), publicamos interessante e minuciosa entrevista que nos concedeu o venerando cel. Isaac Amaral. Hoje completamos esse trabalho, que é, todo ele, uma fonte histórica de valia.⁵³

A “interessante e minuciosa” entrevista concedida por Isaac Amaral não é um documento como os outros publicados no jornal pelo simples fato de que os episódios narrados foram vividos pelo entrevistado. Ele não era um intérprete da história da abolição, mas sim um sobrevivente da “batalha” pela libertação dos escravos. Desse modo, sua descrição ganha ares de epopeia, e suas respostas têm a garantia da veracidade.

Com o prestígio de diretor da campanha abolicionista e testemunha ocular dos fatos, Amaral narra os primórdios da campanha, exaltando seus líderes e, principalmente, seus feitos. Em um dado momento da entrevista, porém, ele é incitado a falar sobre a figura do Dragão do Mar: “A uma pergunta nossa sobre a razão de se destacar sempre o nome do ‘Dragão do Mar’, quando a figura não menos saliente – a do liberto Napoleão – raramente é citada...”⁵⁴

Antes de analisar a resposta do líder abolicionista, deve-se atentar para o caráter provocativo da pergunta. Daí, podem-se inferir algumas hipóteses sobre a memória a respeito de Francisco José do Nascimento. Quando o entrevistador pergunta: “[...] a razão de se destacar sempre o nome do Dragão do Mar”, pode-se imaginar que Nascimento era constantemente lembrado como o líder da greve dos jangadeiros, mesmo que outros tivessem contribuído tanto ou mais.

Continuando sua pergunta, o jornalista questiona o entrevistado: “[...] quando a figura não menos saliente – a do liberto Napoleão⁵⁵ – raramente é citada”, ele aponta uma falha na história, alguém importante estava sendo esquecido, não havia recebido os créditos pelos seus feitos, pois não havia entrado para o panteão de figuras ilustres da História do Ceará.

É necessário lembrar que elucidar tal questão não interessa a este estudo. O importante é refletir sobre a pergunta do jornalista, a qual indica que a consolidação da imagem do Dragão do Mar, enquanto símbolo da greve dos jangadeiros, não foi um processo

⁵³ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/34. p. 5.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ José Napoleão era negro, liberto e havia comprado a própria alforria com suas economias. Assim como o Dragão do Mar, trabalhava no porto e fazia o transporte entre as embarcações e a praia. Além disso, Napoleão também participou da greve dos jangadeiros.

sem disputas, pelo contrário, foi um processo que envolveu questionamentos sobre quem merecia, de fato, o posto de herói. Mas como deveria ser o grande homem do Ceará?

Isaac Amaral inicia sua resposta dizendo que é muito fácil responder a curiosidade do entrevistador. Ele confirma a posição do jornalista, dizendo que José Napoleão havia, na verdade, liderado seus companheiros:

[...] tivemos como principal mentor dos jangadeiros, o liberto Antonio José Napoleão, caráter adamantino de abolicionista, e de altruísmo fora do commum... Mas era de tal modéstia, que ninguém o pôde fazer líder oficial da classe marítima, em cujo meio se tornou venerado. Dizia-nos sempre: “Para esse lugar seus moços, só um home novo e forte como o Chico da Mathilde, que é também jangadeiro, muito sério e amigo dos colegas da praia... Daí nasceu a escolha deste,... bem dizendo esta (a Libertadora) o novo concurso, porque Nascimento entregou-se com devotamento ao seu papel de chefe da grande classe praiera, tornando-se acatadíssimo, graças a sua força moral.⁵⁶ (Grifo meu).

O abolicionista contou que não foi possível fazer do “modesto” liberto José Napoleão o líder dos jangadeiros. Segundo Isaac, o título de líder dos jangadeiros teria sido negado pelo próprio Napoleão. Não importa saber o que de fato ocorreu. O que se sabe é que o mulato Chico da Matilde não era e nem havia sido escravo. Segundo seu biógrafo (Edmar Morel), o Dragão do Mar andava sempre bem vestido, com a barba bem feita, tinha noções de inglês e alemão. Mesmo sendo um jangadeiro, o ex-escravo Napoleão não parecia ter a mesma posição social de Chico da Mathilde.⁵⁷

A “escolha” de Nascimento como líder dos trabalhadores do mar ficou clara quando ele, acompanhado de dois outros jangadeiros, viajou em 1884, a bordo do navio “Espírito Santo” (o mesmo que iria levar os escravos para o Rio de Janeiro, caso a greve dos jangadeiros não tivesse ocorrido), para participar das festas em comemoração à abolição dos escravos do Ceará, na corte imperial. A palavra escolha permite indagar se o “papel de chefe da grande classe praiera” não foi espontâneo, mas sim condicionado por fatores políticos que interessavam ao movimento abolicionista na época. Sobre o surgimento dos heróis, o historiador José Murilo de Carvalho (1990) alerta:

Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiam quase espontaneamente das lutas que precederam à nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. (CARVALHO, 1990, p. 55).

⁵⁶ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/34. p. 5.

⁵⁷ MOREL, Edmar. **Dragão do Mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949.

Essa viagem proporcionou o aumento da popularidade do Dragão do Mar. A corte ficou conhecendo o jangadeiro, que, naquela ocasião, participou de desfiles, concertos, quermesses. Além de ter sido aclamado nas ruas da cidade, vários jornais publicaram edições especiais sobre a libertação dos escravos no Ceará, destacando o Dragão do Mar como grande herói. O “papel” de líder dos marítimos parecia “cair como uma luva” quando encenado por Francisco José do Nascimento. E para a felicidade da Sociedade Cearense Libertadora foi muito bem executado.

Além de ficar conhecido na corte, é provável que a propaganda realizada pelos movimentos abolicionistas em todo o país, no final do século XIX, tenha feito uso da imagem do “humilde” jangadeiro que teria trancado os portos da capital do Ceará com o memorável grito: “No porto do Ceará não embarcam mais escravos”. Para isso contribuíram, sobremaneira, os jornais impressos na corte, pois muitas províncias recebiam exemplares dos opúsculos.

O depoimento que por hora, analisamos se baseia na memória de Isaac Amaral, que apesar de afirmar categoricamente que o responsável pela paralisação do porto havia sido Napoleão, não deixa de apontar a relevância da atuação do Dragão do Mar na campanha. Assim, foi preciso justificar a “escolha” de Nascimento para líder dos jangadeiros. Com esse intuito, o denotado abolicionista traça um retrato do jangadeiro, descrevendo suas características físicas e psicológicas.

Segundo Amaral, o prático-mor da barra era um exímio nadador, tinha “[...] pulmões de tubarão... Pardo de pelle fresca e reluzente, robusto, muito musculoso, olhos vivos, dentadura esplendida, pouco vivaz, entretanto, na conversação...”⁵⁸; era tão solidário às tarefas designadas pela Sociedade Cearense Libertadora, que esta “[...] o premiou com um lugar na sua directoria.”⁵⁹ E, mesmo não sendo “vivaz na conversação”, a entrada para a directoria da Sociedade Cearense Libertadora trouxe para Nascimento maior prestígio, de modo que “[...] sua cor escura mais fazia realçar-lhe os méritos de bom camarada dos abolicionistas, que sempre o cercaram de distinção, e apesar de muito modesto, comparecia a todas as reuniões, festas e até cavalgadas que se faziam nos arrabaldes de Fortaleza.”⁶⁰

⁵⁸ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/1934.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Ibid.



“Francisco Nascimento, o ‘Dragão do Mar’, diretor da Libertadora”
(Legenda e foto publicadas no Jornal *O Nordeste*, em 24 de março de 1934)

A narrativa de Isaac Amaral revela a importância de Francisco Nascimento para o movimento abolicionista no Ceará. Até então, o movimento era comandado pelas elites brancas letradas. Faziam parte dele: médicos, advogados, funcionários públicos, comerciantes. Antes da entrada do humilde jangadeiro, não havia, em sua diretoria, um só trabalhador braçal, muito menos um membro negro. Chico da Matilde, apesar da sua “cor escura”, ou talvez por conta dela, ganhou prestígio entre os sócios da Libertadora Cearense: “Torno-se, assim, Nascimento, por seus relevantes serviços, figura obrigatória, desempenhando o seu mister de homem do mar como um Neptuno empunhando o seu tridente. Veio dessa analogia a alcunha de Dragão do Mar.”⁶¹

Por meio da fala de Isaac Amaral é possível perceber a disputa em torno do posto de líder da abolição. Quem deveria ser lembrado como herói? Mais que isso, é possível perceber o quanto essa memória, que atualmente parece tão sólida, passou por momentos de dúvidas e questionamentos. A narrativa do abolicionista, enquanto testemunha ocular dos fatos reforçou e criou uma imagem sobre Francisco José do Nascimento tomada como verdade até os dias atuais.

O depoimento do abolicionista vivo evidencia o quanto o posto de herói, conquistado por Francisco José do Nascimento, foi influenciado por determinadas características do jangadeiro e, sobretudo, por necessidades do próprio movimento

⁶¹ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/1934.

abolicionista na época. A “escolha” do Dragão do Mar foi condicionada, portanto, por fatores que vão além da participação dele ou não na greve dos jangadeiros.

Na opinião de Amaral, apesar de Napoleão ter liderado as greves, o Dragão do Mar parece ter servido a um propósito bem maior do movimento abolicionista, comparecendo às reuniões, viagens, saraus, desfiles e a todos os compromissos que deveriam ser cumpridos pelo líder dos jangadeiros.

As imagens, reportagens e documentos publicados nos jornais da época, bem como o testemunho dos sobreviventes, foram, sem dúvida, fontes utilizadas para a escrita sobre a história da abolição no Ceará. Além da imprensa e do depoimento dos sobreviventes, outra instituição muito tradicional tomou parte nas celebrações organizadas em prol da comemoração do cinquentenário. O Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará programou uma sessão solene em sua sede e publicou dois textos sobre a efeméride em sua revista no ano de 1934.

O Instituto Histórico e Antropológico do Ceará (IHGCE) foi fundado no final do século XIX com o objetivo muito parecido com o dos seus congêneres no Brasil, inspirados no modelo do Instituto Histórico Brasileiro (IHGB).⁶² Fundada em 1887, a instituição cearense nasceu sob influência do ideal abolicionista e republicano. Os intelectuais⁶³ ligados ao Instituto foram os responsáveis pela guarda e criação da tradição histórica do Ceará. Era preciso definir o perfil da região, para que a história da província fizesse parte da História do Brasil.⁶⁴

A concepção da escrita da história, produzida pelos intelectuais no Instituto naquele período, esteve ligada a um rígido trato das fontes. No entanto, como lembra Manuel Luis Salgado, essa aparente vitória da concepção moderna da história não apagaria por completo resquícios da visão antiquária e de uma tradição que era definida por alguns

⁶² “Todos os institutos locais procuraram se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB – o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas, e intercâmbio entre seus membros -, por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional.” (CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 40, p. 60, 2000).

⁶³ Nas cadeiras do Instituto Histórico do Ceará, sentaram figuras de prestígio da sociedade cearense: políticos, médicos, advogados, escritores e poetas, comerciantes, dentre outros, ocuparam desde o século XIX os postos no Instituto Histórico.

⁶⁴ “A fundação desta agremiação é derivada da atuação do grupo na sociedade, do papel que pretendiam preencher enquanto intelectuais e de seu projeto de firmarem-se enquanto guardiões e intérpretes de uma tradição histórica a ser construída na província.” (AMARAL, Eduardo Lucio Guilherme. **Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002. p. 23.).

intelectuais. Ou seja, o que era ou não considerado tradicional na historiografia cearense passava, necessariamente, pelo crivo dos sócios do Instituto Histórico.

A vitória desta cultura histórica que ao interesse erudito pelas coisas passadas busca conferir um sentido presente ao esforço de reflexão sobre o passado, viabilizou a criação de diferentes formas institucionais capazes de pôr em marcha o projeto de uma história, que ao mesmo tempo que apropriava-se da tradição e dos métodos de pesquisa erudita, buscava submetê-los agora a exigências de uma cultura histórica modificada.⁶⁵

A história do Ceará, portanto, foi o grande tema dos pesquisadores ligados ao Instituto Histórico cearense. Nesse sentido, a abolição do Ceará foi considerada parte importante da tradição histórica cearense, sendo um assunto constantemente analisado pelos sócios do Instituto, presente nas revistas da instituição ao longo dos anos.⁶⁶ O fato de a luz da liberdade ter partido do Ceará quatro anos antes do restante do Brasil, dando ao estado o epíteto de “Terra da Luz”, por si só, era motivo para que os intelectuais reafirmassem o pioneirismo cearense. Além disso, o fato de alguns sócios terem participado ativamente da campanha abolicionista também levou o grupo a pesquisar e escrever sobre o tema, pois, ao narrarem os acontecimentos envolvendo a libertação dos escravos, estavam, de certa maneira, descrevendo a própria atuação no movimento que culminou com a abolição. Assim o Instituto Histórico do Ceará, como outras instituições na época, contribuiu com as festas em comemoração aos cinquenta anos da abolição no estado.

Convite do Instituto do Ceará. Recebemos, agradecidos, o seguinte, honroso convite: O “Instituto do Ceará”, pela sua diretoria abaixo assinada, convida V. Excia. E exma. Família para, com a suas presenças, abrilhantarem a sessão solene que levará a efeito, às 14 horas, do dia 25 do corrente em sua sede social, no edifício do Arquivo Público do Estado, à Praça da Sé, desta capital, em comemoração à passagem do 50º aniversário da abolição total dos escravos, no Ceará.⁶⁷

Na solenidade do Instituto Histórico, estava presente a elite da sociedade cearense. O jornal *O Nordeste*, de 03 de abril de 1934, descrevendo a celebração, informa: “Salão

⁶⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. In: RIO, Kenia Sousa; FURTADO, João Ernani (Org.). **Em tempo**: história, memória e educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 57.

⁶⁶ “Ao Instituto do Ceará coube a construção dos traços identitários do povo cearense a partir dos aspectos etnográficos, da geografia local, sobretudo dos estudos realizados em boa parte da produção historiográfica daquela geração, sobre os fatos heróicos do Ceará. Nesse sentido, foram destaque nos números da Revista do Instituto do Ceará os movimentos políticos de 1817, 1824 e, principalmente, a abolição de 1884, realizada em boa medida pelos integrantes da Mocidade Cearense.” (PASSOS, Gleudson. Literatura, imprensa e política. In: SOUSA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 52.).

⁶⁷ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/34. p. 1.

repleto de convidados especiais, transbordando o público pelo corredor e pelas salas adjacentes.”⁶⁸ Entre os convidados “especiais”, estavam: desembargadores, presidente do Supremo Tribunal, secretário da Justiça, procuradores, o prefeito de Fortaleza, padres, arcebispo, diretor da Instrução Pública etc.

A festividade organizada pelo Instituto seguiu, como em outras celebrações do grande dia, um protocolo em que se revezaram oradores. O Barão de Studart, enquanto diretor do Instituto e abolicionista vivo, abriu a sessão: “O venerando historiador traçou, em palavras fluentes, animadas mesmo, o histórico do movimento libertador, dando viva impressão do que foi o notável feito cívico do último quartel do século XIX, na Província do Ceará...”⁶⁹ Nessa mesma ocasião, foram lidos os dois estudos preparados especialmente para a data do cinquentenário publicados na revista. Conforme indica o historiador Almir Leal (2001, p. 130): “É importante ressaltar que, em Fortaleza, o movimento abolicionista do início dos anos 1880, e do qual a grande maioria dos historiadores do Instituto Histórico do Ceará participou, teve como prática comum suas manifestações públicas, o uso dos discursos que evocavam uma memória para o Ceará como Terra da Luz e da liberdade.”⁷⁰ Essa prática parece ter continuidade em 1934, principalmente em ocasiões que rememoravam um feito tão importante como o que estava sendo celebrado.

O primeiro estudo lido durante as celebrações do Instituto Histórico foi um trabalho estatístico intitulado: *A libertação no Ceará da população escrava*, escrito por Sousa Pinto. O autor inicia o texto movido pela seguinte questão: Qual era a população escrava em 25 de março de 1884? Baseado em censos realizados no Brasil até o ano de 1871, quando é realizado o último censo do Império, “e após cálculos meticolosos”, ele chega à conclusão de que o Ceará, no dia 25 de março de 1884, tinha 31.754 escravos. Fica a questão: qual a necessidade de conhecer com exatidão o número de escravos contemplados pela abolição no Ceará?

Como dito anteriormente, algumas interpretações sobre a história da abolição cearense diziam que a província só havia libertado seus escravos, porque, em 1884, já não existiam cativos no estado. Sem dúvida, essa explicação não confirmava o espírito humanitário cearense, e muito menos tornava o episódio da abolição um feito glorioso. Daí a

⁶⁸ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 03/04/34. p. 4.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ OLIVEIRA, Almir Leal. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**: memória, representações e pensamento social (1887-1914). 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 130.

necessidade de provar por meio de evidências irrefutáveis que, no momento em que ocorreu a abolição, a província ainda possuía 31.754 escravos.

Julio Abreu⁷¹, sócio correspondente do Instituto, escreveu o outro texto sobre a abolição publicado em 1934 na revista dessa instituição. O artigo *A epopéia do Ceará* é dedicado ao “Exm. Sr. Barão de Studart, operoso paladino da causa abolicionista do Ceará.”⁷² Assim como o texto de Sousa Pinto, o escrito procura resguardar o heroísmo do movimento abolicionista. Porém, nesse caso, é preciso reforçar a atuação de alguns personagens envolvidos na trama da libertação dos escravos do Ceará.

Organizada em moldes excepcionaes, de verdadeiro terror, sob juramento de – matar e morrer em bem da abolição dos escravos, a Libertadora Cearense installou-se em sessão magna de 8 de Dezembro de 1880, no salão de honra da Assembléia Provincial... Mas, no dizer de Julio César da Fonseca Filho, “a Libertadora Cearense era a torrente torva, precipitando-se caudalosamente, em fervidos borbotões, despenhando-se em catadupas”. Era preciso oppor um dique a esse modo de agir, de effeito contraproducente, que não era certamente o mais efficaz e de resultados mais seguros. Creou-se então o Centro abolicionista 25 de Dezembro (1882), que também no conceito de Julio Cesar, “era a torrente que deslizava suavemente no seu álveo, tranquillã e mansa, na doçura hyalina e transparente de seu crystal.”⁷³ (Grifo do autor).

As associações abolicionistas, Cearense Libertadora e Centro Abolicionista, foram criadas com os mesmos objetivos. Contudo, a maneira como atingiram seus fins foi completamente oposta. A Cearense Libertadora não media esforços para que fossem livrados do cativeiro o maior número possível de escravos. Dessa forma, foram responsáveis por ações ousadas, como a greve dos jangadeiros, ou pela fuga de escravos. Já o Centro Abolicionista agia com moderação e dentro dos parâmetros permitidos pela lei, assim a principal atividade de seus membros concentrava-se na compra de alforrias.

A maioria dos sócios do Instituto Histórico, os quais tomaram parte no movimento abolicionista em fins do século XIX, pertencia ao Centro Abolicionista. Daí o tom pejorativo com que Julio Abreu descreve a Libertadora Cearense e, ao mesmo tempo, elogia a ação do Centro Abolicionista. Vale lembrar ainda que o diretor do Instituto Histórico do Ceará, em 1934, o Barão de Studart, foi um dos fundadores do Centro Abolicionista 25 de março. O autor não se esquece disso, dedicando o texto ao Barão: “É a partir dessa disputa de memória, da memória abolicionista e então de toda uma gama de representações que esse feito evoca, que o programa narrativo do Instituto do Ceará é confeccionado. Em muitas passagens, seus

⁷¹ Júlio Abreu (1871-1951) era comerciante, jornalista e historiógrafo. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico do Ceará. Residia em Ilhéus (BA).

⁷² REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Fortaleza, ano XLVIII, 1934. Pág. 135.

⁷³ Ibid., Pág. 141.

membros fundadores colocam-se claramente como os heróis da abolição.”⁷⁴ Cinquenta anos depois dos “magníficos” feitos da abolição, há mais uma contenda sobre quem merecia ser lembrado.

Mesmo criticando as ações da Sociedade Cearense Libertadora, Julio Abreu faz referência ao trancamento do porto pelos jangadeiros cearenses. Não se esquece de citar a figura que ganhou notoriedade com o evento, o Dragão do Mar:

Chefiados pelo intrépido Chico da Matilde - o Dragão do Mar (Francisco José do Nascimento), os homens do mar cerraram fileiras contra o embarque de escravos, mantendo, até o final, a decisão arrojada do práctico-mor (Nascimento) de que – no porto do Ceará não se embarcam mais escravos -, porventura o facto de maior transcendência e de maior heroísmo de toda a campanha.⁷⁵

Julio Abreu aponta o Dragão do Mar como grande chefe dos jangadeiros, dando-lhe o posto de herói da paralisação do porto. Além disso, tende a direcionar a organização da greve aos próprios jangadeiros, mesmo que a ideia tivesse partido da direção da Sociedade Cearense Libertadora. Por último, ele considera o episódio do trancamento do porto o fato de maior importância e heroísmo do movimento abolicionista. Assim, também pelo esforço dos intelectuais do Instituto Histórico, além dos sobreviventes da campanha e dos jornais da época das comemorações em 1934, Francisco José do Nascimento passou a ser referência de força, coragem e liberdade.

1.3 A Instrução Pública e a comemoração do cinquentenário

*Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta [...]
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.[...]
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!
Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?⁷⁶*

⁷⁴ AMARAL, Eduardo Lucio Guilherme. **Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

⁷⁵ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, ano XLVIII, 1934. Pág.144.

⁷⁶ O hino do Ceará, música do Maestro Alberto Nepomuceno e letra de Thomaz Lopes, foi cantado pela primeira vez nas festas do Tricentenário do Ceará, em 31 de julho de 1903, por 80 alunas da escola normal com o

A escola deveria exercer um papel importante nas comemorações do cinquentenário, pois, acima de qualquer objetivo, as cerimônias tinham como principal finalidade ensinar e, sobretudo, lembrar aos jovens cearenses como e quem havia feito a libertação dos escravos no Ceará. Inspirados no pioneirismo dos cearenses de 1884, a juventude de 1934 teria um estímulo moral e cívico para continuar o progresso almejado pelas instâncias de poder naquele período.⁷⁷

A valorização da história Nacional ou Regional foi significativa no momento histórico vivido pelo país naquele período. O governo de Getúlio Vargas apoiava e incentivava a recuperação do passado com o objetivo de formar o cidadão. Desse modo, a escola exercia um papel fundamental no sentido de proporcionar o amor pelo passado histórico. Circe Bittencourt (1990) destaca a importância das datas nacionais. Segundo a autora, esses “rituais cívicos” eram acompanhados de hasteamento de bandeiras, execução de hinos, aulas etc.: “Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizavam e fiscalizavam tais práticas escolares e seguindo o conteúdo das denominadas ‘festas cívicas’, é possível verificar que o conteúdo não era exclusivo da ação dos professores em sala de aula.”⁷⁸ Isso significa dizer que as autoridades federais, estaduais e municipais influenciavam diretamente a organização das festividades cívicas.

Composto em 1903, o hino que canta as glórias do Ceará faz referência direta à libertação precoce protagonizada pelos abolicionistas. A letra menciona também os jangadeiros embalados pelo “vento feliz” que direciona a “vela ousada”, levando “heróis marinheiros”. Desse modo, no hino, estão presentes os símbolos que rememoram os acontecimentos dignos de serem constantemente lembrados por todos os cearenses. A antiga província passa a ser então a “Terra da Luz”, e, no lugar do “sangue ardente dos escravos”, deverão “florar rosas e cravos”.

acompanhamento da orquestra do Batalhão de Segurança, sob a direção do maestro Zacharias Gondin. A letra foi publicada na Revista do Instituto do Ceará de 1903 e encomendada pelo diretor do Instituto, na época o Barão de Studart. Enaltecia o Ceará como o berço da liberdade que iluminou o país com a sua luta pela abolição dos escravos, confirmando assim o elo entre as efemérides clássicas de sua história, símbolo de sua missão nacional diante do processo evolutivo. (OLIVEIRA, 2001, p. 248).

⁷⁷ Sobre as comemorações cívicas, o historiador Fernando Catroga alerta para a sua função “pedagógico-cívica”. Isso significa que os fatos deveriam ser lembrados com o objetivo de servirem de exemplos. Era preciso não esquecer o passado, porque só assim pode ser construído o elo com as tradições de um determinado povo: “A esta luz, explica-se que elas (as comemorações) se objetivassem em ritualizações que enaltecessem figuras modelares, ou momentos de fastígio, para, escondendo o lado mais sombrio das coisas, exorcizar (e criticar) decadências do presente e alentar crenças na redenção futura, marcando, assim, os ritmos ascendentes (e por contraste, os descendentes) da história”. (CATROGA, 2001, p. 61).

⁷⁸ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

Abrindo ou encerrando as solenidades, junto com o Hino Nacional, o Hino do Ceará esteve presente em todas as ocasiões durante as comemorações do cinquentenário da abolição. Composto para lembrar a maior glória cívica do estado, foi executado num tom de respeito e reverência por músicos e estudantes nas celebrações organizadas pela instrução pública. As músicas nacionalistas ou patrióticas, como os hinos nacionais e estaduais, bem como, mais tarde, o canto orfeônico, ajudaram a garantir o respeito e a devoção a um passado construído por fatos e personagens excepcionais, que deveriam ser tomados pela juventude como exemplos de virtude a serem seguidos: “A música nacionalista expressada por palavras e sons adquiriu um significado ímpar, indo além dos ritos e performances nas cerimônias cívicas públicas e no cotidiano escolar.”⁷⁹

As datas, os fatos, e principalmente os heróis, foram considerados grandes faróis que iluminavam o passado, dando um direcionamento ao futuro. Nesse sentido, os grandes heróis da abolição eram lembrados pelos jornais, nos compêndios didáticos, nas aulas de história, no hino e, finalmente, em comemorações como a do cinquentenário da abolição no Ceará, momento propício para a instrução do cidadão cearense. Interessante notar a forma pela qual o ensino de história se desenvolveu no país, priorizando, desde o período republicado, os fatos e personagens singulares, ou seja, enfatizando a história episódica e biográfica. Com o novo regime instaurado a partir de 1930, os modelos a serem cultuados ou os episódios a serem reforçados sofreram algumas modificações. Contudo o culto aos vultos pretéritos que serviam como modelos de coragem, patriotismo e respeito à ordem e à nação foram cada vez mais utilizados nas solenidades públicas em comemoração aos grandes feitos da pátria e de suas regiões.⁸⁰

No dia 13 de março de 1934, o jornal *O Nordeste* publicou uma nota assinada por Moreira de Sousa, então diretor geral da Instrução Pública, com algumas recomendações de como deveria ser comemorado o grande dia. Chamava a atenção para a importância de se relembrar o dia da libertação dos escravos no Ceará: “[...] acontecimento que marca na História Pátria a passagem mais brilhante do espírito liberal da nossa raça e assinala, ao mesmo tempo, gesto de profunda humanidade dos nossos maiores para com a classe dos deserdados da sorte...”⁸¹ Mesmo sendo um fato localizado, a libertação dos escravos do Ceará, quatro anos antes da Lei Áurea, era um evento significativo não apenas para o estado, como

⁷⁹ UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e as cerimônias cívicas de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 125, 2009.

⁸⁰ “O governo de Getúlio Vargas, desde 1930, entendeu a importância do cultivo de uma história e de uma memória nacionais para a construção da identidade nacional.” FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Exaltar a pátria ou formar o cidadão. In: _____. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 72.

⁸¹ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 13/03/34, p. 1.

também para a nação. O dia não poderia ser esquecido e, como tal, deveria servir de exemplo para os que não tinham tido a “sorte” de ver com os próprios olhos o fausto acontecimento:

A Diretoria da Instrução recomenda a todas as diretoras de Grupos Escolares, Escolas reunidas e isoladas, aos Inspectores regionais e locais do Estado que aproveitem o ensejo, para comemorar o feito, em classe, como lição de moral e de civismo, mandando que, por todos os meios, cooperem os alunos na comemoração, com deveres escritos, correspondência interescolar, desenho e outra qualquer atividade, com que possa associar o fato, não esquecendo as excursões e visitas a lugares e pessoas, que, de qualquer modo, lembrem o acontecimento. Para essas demonstrações de alegria e de solidariedade humana devem ser convidadas as famílias dos alunos e as autoridades, em geral.⁸²

A nota explica os objetivos da atividade proposta pela Instrução Pública. A lição de moral e civismo, abordada no parágrafo acima, deveria ser desenvolvida mediante “cooperação” desses alunos nas festas. Partindo das orientações da Instrução Pública para os festejos de março de 1934, é possível refletir sobre a maneira como a história da abolição no Ceará deveria ser festejada: Quais os personagens e fatos rememorados? Qual a função e importância do dia 25 de março? A abolição dos escravos era um tema tratado nas escolas naquele período?

Ao comemorarem a data, os alunos não só conheciam o seu passado, mas, principalmente, tomavam consciência de que faziam parte de uma unidade, de um estado e de um país; e que, para tornarem-se cidadãos, tinham o dever de aprender e orgulhar-se de sua história. No entanto, a narrativa da História do Brasil foi fortemente marcada pelo discurso das elites intelectuais e políticas nacionais, que privilegiaram uma versão em que prevaleceu a influência européia por meio do colonizador português e, mais tarde, do imigrante europeu, em detrimento dos índios e negros. Assim, a civilização teria vindo de fora, e, mesmo com tantas diferenças sociais e culturais, foi edificada uma noção de colaboração entre as três raças, apagando as contradições entre as classes, raças, línguas, condições de trabalho etc. A lição de moral e civismo vinha acompanhada dessas concepções sobre a história do Brasil e sobre o processo de libertação dos escravos, o qual foi visto como uma dádiva dos senhores e não a partir do esforço dos próprios cativos.⁸³

Segundo a recomendação do diretor da instrução pública, era necessário que todos os professores preparassem atividades, que poderiam ser escritas, desenhadas, ou qualquer

⁸² JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 13/03/34. p. 1.

⁸³ “Veiculou-se, assim, um discurso histórico que enfatizava de um lado, a busca do equilíbrio social, e, de outro, a contribuição harmoniosa, sem violência ou conflito, de seus variados e diferentes habitantes (e grupos sociais) para a construção de uma sociedade democrática e sem preconceitos de qualquer tipo.” (NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 149, set. 1992/ ago. 1993.).

outra proposta, o importante era que o exercício não fosse desassociado do grande feito da abolição e que os abolicionistas vivos fossem visitados. Para isso deveriam ser convidados não apenas os alunos, mas “as famílias dos alunos e autoridades em geral”. A nota aconselha ainda que todas as escolas deveriam comunicar à Instrução Pública o que haviam organizado para os festejos do grande dia.

A nota da Instrução Pública foi publicada em outros dois jornais da época: *Correio do Ceará* e *A rua*. O esforço de comunicar todos os professores e inspetores de ensino era significativo. Nenhuma escola poderia deixar os cinquenta anos da abolição no Ceará transcorrer sem que fossem organizadas atividades que demonstrassem respeito e orgulho ao fato e aos responsáveis pela liberdade na “Terra da Luz”.

No dia 17 de março de 1934, nas páginas do jornal *O Nordeste*, lê-se a informação de que o Colégio Joaquim Távora, “[...] tendo muito em conta as recommendações do Sr. Diretor da Instrução Pública, promoverá à noite de sábado, 24, uma sessão solenne, com o concurso do Círculo de Paes e Professores.”⁸⁴

Sessões solenes, sessões cívicas, festejos, esses foram alguns títulos dados aos eventos promovidos pelas instituições escolares, que contaram com a presença de alunos e professores, autoridades públicas, sobreviventes da campanha abolicionista e, finalmente, com a comunidade de familiares dos alunos e professores, extrapolando os muros das instituições de ensino. A programação das escolas contava com execução de hinos (do Ceará, da Libertadora, da Abolição e Nacional), declamação de poesias, preleção, ou seja, aula sobre a História do Ceará, apresentações musicais, encenações teatrais etc.

As comemorações da abolição pelas escolas em 1934, sem dúvida ultrapassaram os limites dos professores em sala de aula. Os colégios Cearense e São Luis uniram-se para festejarem os cinquenta anos da abolição. A atividade organizada pelos colégios mereceu figurar no programa oficial das festas, publicado no jornal *O Nordeste*, de 24 de março de 1934, dia da publicação especial destinada às comemorações do cinquentenário.

Programma com que os collegios “Cearense” e “S. Luis” pretendem comemorar a passagem do cincoentenario da abolição da escravatura no Ceará. Os festejos realiza-se-ão no pateo principal do Collegio Cearense, por ser, actualmente, o mais apropriado. I - Himno do Ceará, pelos orpheons “Carlos Gounod”, do Collegio Cearense, e “Bonorino, do Collegio São Luis”. II - Prelecção allusiva à data, pelo dr. Hugo Victor. III - Himno da “Sociedade Libertadora”, pelos orpheons. IV - O “Guarani”. V - Côro abolicionista, pelos orpheons. VI - Alegoria à abolição por um grupo de gymnastas e os orpheons. VII - Himno nacional, cantado pelo orpheon “Bonorino”, acompanhado pela orchestra vocal orpheon “Carlos Gounod.”⁸⁵

⁸⁴ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 17/03/34. p. 1.

⁸⁵ Ibid., 24/03/34., p. 1.

No pátio principal do colégio Cearense, houve apresentação do hino do Ceará; “preleção”, ou seja, uma conferência didática, sobre a abolição no Ceará, proferida pelo dr. Hugo Victor, então diretor do Círculo de Pais e Professores; apresentação do hino da Sociedade Libertadora⁸⁶ e, finalmente, alegoria da abolição por um grupo de “gimnastas” e os “orpheons”.

As festas do cinquentenário configuravam um momento de elevação do passado. Por meio das apresentações dos hinos, de alegorias, mas também de uma conferência didática, ou seja, uma aula de História do Ceará, os alunos aprendiam a venerar as tradições históricas do estado. Essa celebração alterava o cotidiano escolar, unindo festa e educação, modificando assim, o formato habitual em que professor, cada um em sua sala de aula, ensinava os conteúdos à pequena assembleia, que o escutava e acatava suas ordens. Nas festas, a atividade era coletiva, de todos os alunos, dos professores, enfim, de todos os cearenses. Essa atividade não estava livre, contudo, do controle rígido dos mestres, que faziam questão de se certificarem de que todos os alunos estivessem uniformizados, soubessem as letras dos hinos a serem cantados, enfim tivessem um comportamento de reverência e respeito diante dos colegas, familiares, professores e autoridades convidadas a fazer parte das solenidades. Assim, mesmo que o cotidiano escolar fosse alterado, prevalecia a rigidez e o sentimento de obediência e disciplina.

Das comemorações realizadas pelas instituições de ensino, as “preleções”, ou “conferências didáticas”, merecem destaque. Professores, funcionários do estado, como o diretor da Instrução Pública, alunos, diretor do círculo de pais e mestres, abolicionistas vivos e intelectuais tinham autoridade suficiente para, por meio de suas conferências, palestras, aulas e discursos, “[...] rememorar o grandioso feito cearense... Assim, sabbado, em todos os Grupos Escolares de Fortaleza, promoveram-se preleções sobre a data.”⁸⁷

O jornal *A rua* publicou, no dia 28 de março de 1934, trechos da exposição do professor Leonardo Mota no auditório da Escola Normal Pedro II. Antes de refletir sobre as palavras do professor, devem-se observar dois pontos importantes: primeiro, o fato de o discurso ter sido proferido na Escola Normal, instituição especializada na formação dos

⁸⁶ A Sociedade Cearense Libertadora foi fundada em dezembro de 1880. Tinha como objetivo libertar os escravos independentemente dos meios. Um de seus artigos conclamava: “Matar e morrer em bem da abolição dos escravos”.

⁸⁷ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 27/03/1934. p. 8.

professores primários do Estado; segundo, o significado de um intelectual como Leonardo Mota o ter pronunciado.⁸⁸

[...] No Rio de Janeiro, em São Paulo, em todos os grandes centros urbanos e culturais do país, repeti, com orgulho, o que dissera Idelfonso Albano: “Quem vive no Nordeste calcinado não é Jeca Tatu, é Mané Chique-Chique! E Mane Chique-Chique não vive de cócoras, porque acororado ninguém dá vivas a liberdade, nem abate ditadores, nem funda Republicas, nem desbrava florestas... E Mane Chique-Chique, quatro anos antes do 13 de maio quebrou os grilhões e fechou as senzalas aos cativos [...] Esse empenho em dizer lá fora as primazias desta terra de dor e glória me assegura um pouco de idoneidade para aqui erguer a minha voz, no instante em que, unguídos de emoção cívica, genufletimos enternecidamente ante a memória dos heroes desaparecidos que nos deram o esplendor do 25 de março de 84, e cortejamos, respeitosos, a ancianidade veneranda, de seus correligionários sobreviventes.”⁸⁹

O convite para participar da programação de comemoração na Escola Normal havia partido do “ilustrado” diretor da Instrução Pública, e, segundo Leonardo Mota: “Eu não poderia jamais esquivar-me [...] para ser o interprete da alma cearense na ocasião em que se festeja o Dia do Ceará, a efeméride mais fulgida de nosso calendário.”⁹⁰ Para o palestrante, ao celebrar o dia 25 de março, “[...] mostram as gerações contemporâneas ser dignas dos compatriotas que, há meio século, espantaram a Nação com a sua bravura tenaz e erguido patriotismo”. Desse modo, comemorar era também religar, reaproximar os contemporâneos aos homens e fatos decorridos, demonstrando que a substância que havia forjado os homens de 1934 carregava o gene dos “intrépidos” abolicionistas de 1884.

Os personagens citados pelo discurso de Leonardo Mota foram criados no início da República. Monteiro Lobato, em 1914, publicou, no jornal *O estado de São Paulo*, o artigo *Urupês*. Nele, o personagem principal era o Jeca Tatu, que, muito diferente do romantismo indianista de José de Alencar, caracterizava o sertanejo paulista do vale do Paraíba como: “[...] bonito no romance e feio na realidade! [...] Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro e o aborígine de tabuinha no beijo, existe uma a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso.”⁹¹ Já o livro *Jeca Tatu e Mane Xiquexique*, do escritor cearense

⁸⁸ Leonardo Mota (1891 -1948) foi escritor, professor, advogado, promotor de justiça, secretário de governo, tabelião, jornalista e historiador. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Ceará no ano de 1916. Publicou diversos estudos, dentre eles destaca-se seu interesse pelo homem do sertão, pesquisando seu folclore, costumes, cotidiano.

⁸⁹ JORNAL A RUA, Fortaleza, CE, 28/03/34. p. 1.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 167-168.

Ildefonso Albano⁹², publicado em 1919, era uma resposta ao tipo criado por Monteiro Lobato, nas palavras do autor de Mané Xiquexique: “Mané é sempre o mesmo, forte e destemido, quer no inverno diluvial, quer na seca tremenda.”⁹³

Tanto Jeca Tatu quanto Mané Xiquexique foram criados num momento em que as discussões acerca de uma nacionalidade única estavam em pauta.⁹⁴ Os tipos desenhados pelos autores acabaram sendo apropriados por vários outros intelectuais que fizeram uso dessas criações, ora para explicar a não capacidade de desenvolvimento do homem do interior, ora para elogiar o seu caráter. Essas interpretações estavam de acordo com a posição social e política dos intelectuais, escritores, políticos etc. que produziram esses discursos sobre o homem sertanejo. Na década de 1930, com a nova forma de governo, os parâmetros da identidade brasileira foram revisados e a problemática sobre a definição do sertanejo, que foi considerado o tipo mais brasileiro por estar mais isolado e livre das influências estrangeiras vindas do litoral, voltam a estar na pauta do dia: “Nos anos 30, e nesses autores em particular, a idéia nacional era uma exacerbação, uma radicalização. Os historiadores pensavam a identidade nacional brasileira na perspectiva essencialista e construíram fantásticas fábulas e mitos nacionais.”⁹⁵

Leonardo Mota fazia parte desse grupo de escritores preocupados com as peculiaridades do homem brasileiro. No entanto, ao contrário da elite produtora dos grandes modelos de interpretação, que tinha origem, em sua grande maioria, no eixo sul e sudeste (paulistas, mineiros e cariocas), Leonardo Mota era cearense. E o Ceará, estado localizado dentro do polígono das secas, tinha problemas em se afirmar perante a nação, desde o século XIX, como um local capaz de contribuir com o desenvolvimento do país. Sua obrigação, portanto, era chamar atenção para o pioneirismo e a força nordestina, admitindo o problema climático e reforçando a qualidade sertaneja: “Quem vive no Nordeste calcinado não é Jeca Tatu, é Mané Chique Chique”. E para Leonardo Mota “Jeca Tatu” não teria a capacidade de libertar os escravos quatro anos antes do restante do Brasil. Os responsáveis pela abolição no Ceará eram autênticos cearenses, nordestinos, pioneiros. Por isso, deveriam ser respeitados e

⁹² Ildefonso Albano (1885-1957) nasceu em Fortaleza (CE) e era filho de um rico fazendeiro e neto do Barão de Aratanha. cursou a Faculdade de Direito do Ceará, porém não chegou a ser bacharel. Seus estudos primários e secundários foram realizados na Inglaterra. Exerceu alguns cargos políticos (Prefeito de Fortaleza, Governador do Ceará, Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Deputado pelo Ceará etc) e foi professor de línguas no Colégio D. Pedro II.

⁹³ ALBANO, Ildefonso. **Jeca Tatu e Mané Xiquexique**. 3. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

⁹⁴ “O discurso da cultura nacional construía imaginariamente uma identidade comum, ligando passado ao futuro, lembrando as glórias passadas e buscando a modernidade.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 16.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 22.

lembrados. Os cearenses de 1934 deveriam, portanto, ter orgulho de seus antepassados, dos “heróis desaparecidos”, bem como dos “correligionários sobreviventes”. Mais uma vez é afirmado que as características físicas do homem que vive nas regiões da seca são formadas pelo clima.

Em um dos últimos trechos do texto, o orador aponta os personagens que deveriam receber dos cearenses a devida veneração. Desenrola um rosário de abolicionistas, não esquecendo os jangadeiros: “José Napoleão, tristemente esquecido, mas que eras o braço direito do Dragão do Mar... espírito de Francisco José do Nascimento, que foste no litoral cearense o antemural em que quebrou dentes a caíçalha do torpe comercio escravagista...”⁹⁶ Ildefonso Albano, quando formula seus Manés (Mané Lavrador, Mané Vaqueiro, Mané Jangadeiro, Mané Seringueiro etc.), também não deixa de citar o maior exemplo de Mané Jangadeiro: “De uma feita estavam no porto um vapor, e na praia um grande carregamento de escravos aguardava a ordem de embarque. Repetiam-se as mesmas cenas aflitivas, de cortar o coração. ‘Aqui não embarca mais escravos!’, exclamou num rasgão de coragem e energia, Mané Xiquexique o ‘Dragão do Mar’ [...]”⁹⁷

Ao lembrar os nomes dos abolicionistas, o historiador elenca os personagens que devem ser homenageados, reservando um lugar aos jangadeiros cearenses e ao episódio da greve. Em sua fala, Leonardo Mota cita os grandes paladinos da campanha abolicionista no Ceará (Issac Amaral, José Amaral, Carlos Jatahy, Antonio Martins, entre outros). Entre eles, está o Dragão do Mar, apontado por ele como o grande responsável pela greve dos jangadeiros. A paralisação do porto, portanto, era um episódio significativo para a compreensão dos fatos ligados à abolição. Esse capítulo da história era lembrado e reforçado por muitas narrativas, como se verá no decorrer deste trabalho.

Citando Silvio Romero, Leonardo Mota (1934, p. 1) escreve:

[...] os povos têm dois jazigos de relíquias: um no espaço, o cemitério; outro no tempo, a tradição. O espaço é precário e tudo que nele assenta perece. O tempo é perene e eterniza o que recolhe... assim como acendemos círios nos cemitérios devemos fazer luz no tempo, para que, pela claridade do estudo, nossa tradição exsurja.⁹⁸

Com esse trecho, o orador reforça a importância do estudo da tradição, pois só partir do estudo desse passado glorioso seria possível estabelecer uma condição de eternidade,

⁹⁶ JORNAL A RUA. Fortaleza, CE, 29/03/1934. p. 1.

⁹⁷ ALBANO, Ildefonso. **Jeca Tatu e Mané Xiquexique**. 3. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p. 64.

⁹⁸ JORNAL A RUA. Fortaleza, CE, 29/03/1934. p. 1.

conhecendo e preservando o pretérito, valoriza-se o que, segundo ele, é eterno, não muda nem morre, deve estar sempre presente.

Era preciso, assim, lembrar para que não ficassem esquecidos os grandes heróis da abolição. Iluminando o passado, concretizavam e justificavam o presente. Quanto mais longe no tempo, portanto, mais é preciso rememorar. Os cinquentenários e centenários são oportunidades de festejar para, por meio da solenidade, lançar luz à memória que precisa ser constantemente alimentada, sob risco de caducar. Não conhecer sua tradição significava para os cearenses de 1934 não conhecer a si próprio.

Importante lembrar que a aula de Leonardo Mota foi realizada na Escola Normal D. Pedro II. Essa instituição de ensino era responsável pela formação das professoras de primeiras letras do estado. Isso demonstra a importância de uma palestra que teria um alcance bem maior do que o auditório da Escola Normal podia suportar, contribuindo assim com a propagação do ideal de moral e civilidade desde os anos 1920: “A política empregada nas escolas na década de 20 direcionava o patriotismo, como sentimento coletivo, dentro das instituições de ensino, primando pelas práticas nacionalistas de culto à nação e de celebrações cívicas.”⁹⁹

No Grupo Escolar Farias Brito, o programa contou com a execução dos hinos do Ceará, da Abolição e Nacional, com aula sobre a história da abolição, canções, poesias e com uma homenagem: “Em homenagem à memória do grande abolicionista Francisco Nascimento, ‘Dragão do Mar’, a directoria do Grupo ofereceu à sobrinha do mesmo, d. Alda Nascimento, presente à festa, um bouquet de dhalias brancas.”¹⁰⁰

O “grande abolicionista” escolhido para receber a homenagem foi Francisco José do Nascimento, o jangadeiro que havia chefiado o trancamento do porto. Representado por sua sobrinha, que, de certa maneira, materializava a figura do jangadeiro diante dos alunos, era lembrado pelos serviços prestados em sua “humilde” embarcação. Como no discurso de Leonardo Mota, percebe-se que, tanto o personagem como seus feitos, não foram esquecidos nas celebrações organizadas pelas repartições de ensino no cinquentenário da abolição.

As atividades realizadas pelas escolas em março de 1934 evidenciaram uma determinada interpretação da abolição no Ceará, elegendo seus heróis e acontecimentos marcantes. Dentre eles, figuram a greve dos jangadeiros e seu personagem central, o Dragão

⁹⁹ ALVES, Raquel da Silva. “**Mães da pátria: educadoras na terra da luz**”: o ensino primário no Ceará na década de 1920. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. p. 31.

¹⁰⁰ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 27/03/34. p. 8.

do Mar. No entanto, restam as questões: A abolição era um tema tratado nas escolas para além da comemoração da data? De que forma?

Em 1931, Cruz Filho¹⁰¹ publica um compêndio didático, intitulado *História do Ceará, resumo didático*. O conteúdo do livro é cronológico, o índice vai desde “A época das grandes navegações” até o “Ceará atual”. A começar pelo título do livro *História do Ceará resumo didático*, fica evidente que o objetivo do opúsculo era atender às necessidades pedagógicas das aulas de História do Ceará. Segundo o diretor da Instrução Pública da época, Moreira de Sousa, os professores tinham dificuldade em lecionar a história local por falta de material didático adequado para determinado fim.¹⁰²

Nesse sentido, a obra de Cruz Filho era dividida em pequenos capítulos e tinha a pretensão de tratar de toda a história do estado, desde o período colonial até 1931, data da publicação do compêndio. Além disso, o livro era recheado de ilustrações, fotografias, gravuras, “Taboa Chronologica (1603-1931)”, o que evidencia o esforço em adequar o material aos objetivos pedagógicos, já que as figuras, mapas e outras imagens seriam mais um subsídio além do texto escrito para o ensino da disciplina.

No capítulo nomeado “A redenção dos captivos”, o autor comenta o fato que, segundo ele, seria: “[...] uma das mais refulgentes páginas da nossa história é, sem duvida, a que se refere à abolição do elemento servil, na então Província do Ceará.”¹⁰³ A Abolição, portanto, figurava como um assunto digno de merecer um capítulo do livro. A História do Ceará, dessa forma, não deveria ser ensinada sem que nela estivesse inserido o episódio da abolição dos escravos.

O capítulo, por sua vez, era dividido em sete pequenos tópicos. Esses pequenos parágrafos procuravam, de modo muito reduzido, dar conta dos acontecimentos que culminaram com a abolição na província do Ceará em 1884. No primeiro tópico, o autor trata do início da campanha abolicionista, afirmando que, no Ceará, o número de escravos não havia sido tão grande se comparado com outras províncias, já que, no Ceará, não houve, como em Pernambuco ou na Bahia, grandes lavouras açucareiras. Para o autor esse fato teria sido o

¹⁰¹ Nasceu em Canindé em 1874, onde fez seus estudos, chegando a lecionar no colégio dos Padres Capuchinhos. Estudioso das Letras Clássicas, não chegou, contudo, a se formar em nenhum curso superior. Ocupou os cargos de Inspetor Escolar Regional, Oficial de gabinete da Presidência do Estado, na gestão de Justiniano de Serpa, Diretor Geral da Secretaria do Interior e da Justiça e Diretor da Hospedaria Getúlio Vargas. Foi professor de Português e Literatura no Liceu do Ceará. Exerceu, por fim, as funções de secretário na Faculdade de Direito da UFC. Poeta reconhecido, membro da cadeira n° 29 da Academia Cearense de Letras, foi eleito príncipe dos poetas cearenses.

¹⁰² SOUSA, Moreira de. **Sistema educacional cearense**. Recife: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1961.

¹⁰³ CRUZ FILHO, José. **História do Ceará**: resumo didático. São Paulo: Ed. Proprietária Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1931.

responsável pelo tratamento menos rude dos senhores cearenses “Tratados sem o excessivo rigor de que eram vítimas seus irmãos de captiveiro nos latifúndios do sul, quedavam-se eles na sua humilhante e triste condição na Província cearense...”¹⁰⁴ Contudo, a seca de 1877 havia modificado esse quadro, pois os fazendeiros cearenses, segundo Cruz Filho, na miséria, tiveram que se desfazer de seus escravos, vendendo-os para as províncias do sul.

No segundo tópico, ele aponta tal acontecimento como o grande responsável pelo início da campanha abolicionista no Ceará: “A exploração da mercadoria humana foi, a pouco e pouco, despertando justa repulsa no espírito público, resultando disso o movimento emancipador iniciado em Fortaleza desde 1879.”¹⁰⁵ Para o autor, portanto, o movimento de libertação dos escravos tinha partido não dos escravos, mas da opinião pública, que, com o envio de cativos para as províncias do sul, passou a repudiar a instituição escravocrata. Nesse mesmo tópico, o autor fala da criação das sociedades libertadoras (*Perseverança e porvir e Libertadora cearense*), citando os nomes dos intelectuais que faziam parte das associações.

No terceiro tema tratado pelo capítulo sobre a redenção, o autor ressalta a ação dos jangadeiros cearenses. Ao referir-se a greve dos jangadeiros, Cruz Filho (1931) comenta:

Os jangadeiros cearenses, que desde janeiro do mesmo anno (1881), tendo a sua frente Francisco José do Nascimento, alcunhado Dragão do Mar, haviam fechado o porto da capital à saída de escravos, recusaram-se, em 30 de agosto, a transportar duas captivas para bordo do vapor Espírito Santo [...]¹⁰⁶

O livro de Cruz Filho, disponível para professores e alunos da rede de ensino, provavelmente foi consultado de maneira ávida pelos alunos na ânsia de desenvolver os trabalhos passados pelos professores, obedecendo a uma sugestão do diretor da Instrução Pública para lembrar o 25 de março de 1884. Interessante observar que a narrativa de Cruz Filho, em 1931, faz referência ao jangadeiro como responsável pelo fechamento do porto. Isso evidencia que para a historiografia oficial Nascimento era considerado o grande líder da greve dos jangadeiros e que, em 1934, já havia se firmado como tal.

Nos outros tópicos, Cruz Filho faz referência ao Centro Abolicionista, outra associação fundada em dezembro de 1882, afirmando que a campanha foi crescendo até chegar às cidades do interior, como o município de Acarape, mais tarde batizado de Redenção, que libertou seus escravos em 1883: “Afim, após três annos de lutas sem tréguas,

¹⁰⁴ CRUZ FILHO, José. **História do Ceará**: resumo didático. São Paulo: Ed. Proprietária Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1931.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

raiou o dia 25 de março de 1884, data memorável para a nossa historia, pois assinala a extinção integral do captivo no território cearense.”¹⁰⁷

Volta-se, então, à “data magna” do Ceará. A narrativa de Cruz Filho é interessante na medida em que possibilita entender a importância do estudo da abolição para a educação dos jovens em 1934. Percebe-se a necessidade em reafirmar a primazia ou a ideia do Ceará “Terra da Luz”. Além disso, a reafirmação dos heróis e personagens que não deveriam ser esquecidos. Dentre eles, figura Francisco José do Nascimento, o líder dos jangadeiros.

Analisar os livros didáticos, sob a perspectiva da produção da memória, pode revelar a forma como essa produção esteve envolvida com os projetos ligados ao ensino de história no início da República e durante a década de 1930, momento em que a história episódica e biográfica foi privilegiada. Portanto, a escolha dos fatos e personagens passados que deveriam fazer parte dessa história presente no livro didático era baseada, na maior parte das vezes, em acontecimentos que já haviam passado pelo crivo de intelectuais e estudiosos – e, por isso, aceitas como verdade. Thais Nivia (2006, p. 76), em seu estudo sobre o ensino de história, tece algumas considerações com relação ao conteúdo do livro didático:

É fundamental, portanto, discutir as suas dimensões como lugar de memória e como formador de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum.¹⁰⁸

Nesse sentido, para o autor do livro didático aqui analisado o responsável pela greve era Francisco José do Nascimento. Assim, pode-se inferir que essa versão sobre a paralisação do porto era majoritária.

1.4 A Legião Cearense do Trabalho e as celebrações do cinquentenário da Abolição

*Esteve reunido ontem o Conselho Legionario, presidindo aos trabalhos o chefe do Triunvirato, Sr. Manoel dos Santos. [...] Finda a leitura do expediente, o presidente communica que as Escolas Legionarias irão commemorar o cincoentenario da abolição, exigindo a presença de todos os Sindicatos a essa solenidade.*¹⁰⁹

¹⁰⁷ CRUZ FILHO, José. **História do Ceará**: resumo didático. São Paulo: Ed. Proprietária Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1931.

¹⁰⁸ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Exaltar a pátria ou formar o cidadão. In: _____. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 73.

¹⁰⁹ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 17/03/34. p. 4.

A Legião Cearense do Trabalho (LCT), fundada em 1931, pelo tenente Severino Sombra, surge num momento em que a Igreja Católica busca conquistar o espaço perdido com as modificações na Constituição republicana (laicização do ensino público, casamento civil, livre culto). A Legião reúne os vários sindicatos do Ceará e, em 1932, junto com a Liga Eleitoral Cearense (LEC), irá indicar os seis únicos parlamentares da LEC que foram eleitos e participaram da elaboração da Carta Constitucional de 1933. O interesse principal da LCT era o combate às organizações comunistas, que pregavam a mudança na estrutura econômica, visando solucionar os problemas entre as classes sociais. A LCT, sob influência de um catolicismo social, pregava a solidariedade entre patrões e empregados, seguindo as diretrizes do pensamento cooperativista¹¹⁰.

Isso evidencia a forte influência da Igreja Católica e da Legião Cearense do Trabalho sobre o eleitorado cearense naquele período. Por meio do jornal *O Nordeste*, garantia-se a representação da LEC no parlamento para participar da constituinte de 1933. O jornal concitou a população, principalmente as mulheres, a votarem nos candidatos que seguiam a doutrina da Igreja¹¹¹. Sobre a Legião, Julia Miranda (1987, p. 50) esclarece: “Nele estavam presentes a fundação religiosa e a proposta corporativista que, neste início da década de 30, farão convergir os interesses da hierarquia católica e do integralismo, oficialmente criado em 1932, por Plínio Salgado”¹¹².

O jornal *O Nordeste*, enquanto órgão oficial da Igreja Católica no Ceará, publicava, constantemente, as sessões do Conselho Legionário. No dia 17 de março de 1934, a Legião Cearense do Trabalho publicou o resumo da reunião do Conselho, que havia sido realizada no dia anterior. Durante essa reunião foi abordado como a Legião iria comemorar o cinquentenário da abolição no Ceará.

A memória do trabalho, do operariado e das questões trabalhistas no geral, esteve ligada à memória e à história da abolição. As atenções dadas às festas do cinquentenário fazem muito sentido para o presente vivido naquele período e para o significado do trabalho no início da década de 1930. Nesse sentido, com a abolição e o advento da República, houve

¹¹⁰ “[...] o movimento católico se opôs à interpretação classista elaborada pelo movimento sindical de orientação socialista, pregando invariavelmente a colaboração entre capital e trabalho e refutando *incontinenti* a tese da luta de classes proposta pelos comunistas.” (CORDEIRO JUNIOR, Raimundo Barroso. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 322.).

¹¹¹ “A igreja, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico, criou a Liga Eleitoral Católica, que, independentemente da filiação partidária, pedia votos para os candidatos comprometidos com sua doutrina social.” PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, v. 2. p. 13-38

¹¹² MIRANDA, Julia. **O poder e a fé: discurso e prática católicos**. Fortaleza: Edições UFC, 1987. p. 50.

uma mudança na visão do trabalho, que passa a ser encarado não mais como castigo e serviço imputado somente aos escravos, mas sim como tarefa virtuosa e positiva. Dessa forma, comemorar a abolição dos escravos significava, antes de tudo, a valorização de um novo país, que se constituía naquele momento enquanto nação voltada para o progresso material¹¹³.

Para que esse progresso material fosse possível, era indispensável a força de trabalho. Portanto, refletir sobre o papel dessas associações de classe no aniversário de cinquenta anos da abolição do Ceará significa, mais uma vez, perceber como a história é escrita e apropriada por grupos específicos, com objetivos que são determinados pelas questões postas pelo tempo presente.

Sobre o assumpto manifesta-se o sr. José Cursino de Senna, alvitando que a comemoração da data da abolição não ficasse restricta apenas á Instrução Legionaria. A ela devia se associar, oficialmente, toda a Legião, rendendo assim um preito de homenagem aos proletários abolicionistas que foram Antonio José Napoleão e Francisco Nascimento o “Dragão do Mar”, sendo a indicação acceita¹¹⁴.

Ficou decidido pelo Conselho Legionário que não apenas as escolas legionárias¹¹⁵ deveriam lembrar o acontecimento, mas também todos os sindicatos deveriam tomar parte nas solenidades. A Instrução Legionária deveria se unir ao Conselho na organização de parte das festas que caberiam aos trabalhadores cearenses. A instituição não poderia se esquecer da data. Mais do que isso, deveria render homenagens a quem considerava os “proletários abolicionistas” da campanha pela libertação dos escravos no Ceará.

O movimento trabalhista, desde as primeiras comemorações do dia 1º de maio (dia mundial do trabalho), utilizou as datas festivas como um meio de tonar visível suas reivindicações, já que o dia havia sido instituído em Paris em homenagem à greve geral ocorrida em 1º de maio de 1886 nos EUA. A LCT, contudo, modificou o significado do primeiro de maio, transformando o dia em uma grande festa, de forma que a data perdesse o seu caráter político: “A legião, portanto, reinventa uma tradição elaborada pela esquerda,

¹¹³ “O intelectualismo estéril, visto como herança negativa do passado escravista, deve ser combatido em prol da necessária ‘revalorização das mãos’. [...] O sentido principal, o núcleo da proposta de renovação e humanização do Estado encontravam-se ligados a um esforço consciente de atribuição de um valor positivo e intrínseco ao trabalho. Este deveria deixar de ser visto como um castigo ou como simples instrumento para atingir objetivos que se definiriam fora de seu universo. O trabalho deveria ser encarado como uma atividade central à vida do homem e não como um meio de ganhar a vida.” (GOMES, Ângela Maria de Castro. O Redescobrimto do Brasil: novo estado/estado novo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi.; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.pág. 115

¹¹⁴ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 17/03/34. p. 4.

¹¹⁵ Uma das iniciativas da Legião Cearense do Trabalho foi a criação das escolas legionárias, que deveriam estimular a educação dos trabalhadores para o aperfeiçoamento de suas funções.

aproveitando o momento para ressaltar a necessidade de colaboração entre as classes sociais e destituir aquele ritual de ser conteúdo revolucionário¹¹⁶”.

A comemoração do cinquentenário da abolição pelo movimento operário em 1934 identificou os jangadeiros Francisco José do Nascimento e José Napoleão, como “operários abolicionistas”, construindo, dessa maneira, uma relação entre os trabalhadores de 1934 e os heróis de 1884:

Em todos os grandes feitos que se registram na História Patria, o operariado também desempenhou o seu papel. Ao lado do cérebro que pensa e que traça directrizes, se encontra o braço que executa e do qual não se pode prescindir. O anônimo filho do povo raras vezes aparece como figura de proa nos relatos das epopéias cívicas da nacionalidade! Mas nem por isso, elle deixa de ter a sua participação em todas ellas. No acontecimento que hoje commemoramos, duas figuras saídas do seio do povo se destacam – Antonio José Napoleão e Francisco do Nascimento (Chico da Matilde). Nascimento foi cognominado “Dragão do Mar”. Valiosa foi a sua actuação no movimento abolicionista de 84. Neste porto não embarcam mais escravos.¹¹⁷

No dia 24 de março de 1934, além das inúmeras fotos de personagens históricos, artigos, documentos etc., foi publicado, em jornal, o artigo citado acima, de Manuel dos Santos, na época presidente do Tribunal Legionário. Manuel inicia seu texto, observando que, em todo grande acontecimento histórico, a presença do operariado é imprescindível.

Já foi discutido, anteriormente, que a memória sobre o movimento abolicionista foi dividida entre dois tipos de heróis que deveriam ser lembrados: os heróis que pensaram, ou seja, os intelectuais da campanha, de onde partiam as ideias; e os heróis que executaram essas ideias, ou os “operários” da campanha, como denominou Manuel dos Santos. Essa afirmativa indica que para o presidente havia uma nítida separação entre o trabalho braçal e o trabalho intelectual. Assim, pode-se inferir que também, no movimento abolicionista cearense, havia os que pensavam e os que executavam. Essa perspectiva condizia perfeitamente com o ideal legionário abordado acima. Era preciso haver uma colaboração harmoniosa entre classes, para que o sucesso de qualquer atividade fosse obtido.

Para Manuel dos Santos a história não havia feito justiça aos operários que teriam sido peças importantes para o seu desenrolar. Sem os trabalhadores jangadeiros, a greve não teria acontecido e, provavelmente, o Ceará não teria sido a primeira província a libertar os escravos. Assim, o movimento operário do Ceará, por meio da Legião Cearense do trabalho,

¹¹⁶ CORDEIRO JUNIOR, Raimundo Barroso. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 337.

¹¹⁷ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 24/03/34. p. 6.

não deveria se esquecer dos grandes líderes operários da abolição, os quais, da mesma forma que os intelectuais, tinham tornado o feito possível.

Em seu artigo, Manuel enfatiza que, na história nacional, os filhos do povo raramente merecem destaque. Os operários da abolição eram “duas figuras saídas do povo”, por isso mesmo deveriam figurar no panteão de heróis da pátria, serem aclamados por todos os cearenses, principalmente pelos trabalhadores cearenses, que podiam almejar um dia serem heróis, como o Dragão do Mar, o qual, mesmo não tendo pertencido às altas instâncias do poder, pois era um “filho do povo”, conquistou fama contribuindo para um acontecimento histórico.

Conhecíamos de perto o velho marinheiro, residente à rua da Alfândega, hoje “Dragão do Mar”. Figura simpática e respeitável. Nelle parecíamos ver um desses vultos que esculpidos no bronze e no granito se erguem nas nossas praças, lembrando feitos homéricos!¹¹⁸

Mesmo citando José Napoleão, fica claro que para Manuel dos Santos o verdadeiro líder da greve no porto havia sido o Dragão do Mar. Importante ressaltar que o artigo do presidente da Legião foi publicado no jornal *O Nordeste*, na mesma edição em que foi publicada a entrevista de Issac Amaral, e que, em seu depoimento, o abolicionista vivo esclarece que Francisco do Nascimento não havia liderado a greve, apesar de ter sido muito importante para o movimento abolicionista naquela oportunidade.

A descrição que faz do Dragão do Mar é interessante, pois o líder da Legião Cearense se lembrou do jangadeiro não como uma pessoa de carne e osso, mas como um monumento, que, mesmo antes de morrer, já remetia aos “vultos esculpidos no bronze e no granito”. Ao ver o jangadeiro, lembrava-se imediatamente dos “feitos homéricos” realizados por ele.

A homenagem aos jangadeiros da abolição foi realizada na sede do sindicato da Deus e União, o local não foi escolhido aleatoriamente. A associação sindical Deus e União, associada à LCT, foi fundada em 1912. Congregava todos os sindicatos de trabalhadores marítimos. Assim, não haveria local mais apropriado para os festejos. O jornal *Correio do Ceará*, informando sobre o que havia acontecido nas celebrações do cinquenta anos da libertação dos escravos no Ceará, publica em 26 de março de 1934:

O operariado cearense, filiado à Legião Cearense do Trabalho, festejou condignamente o cinquentenário da abolição, promovendo na sede da “Deus e

¹¹⁸ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 24/03/34. p. 6.

União” uma concentração. [...] Falou em primeiro lugar o gráfico Francisco Cyrino dos Santos, na qualidade de orador oficial da festa, pronunciando um discurso ardoroso, que mereceu francos aplausos. Ao referir-se ao jangadeiro Nascimento, concitou o povo a agitar novamente a ideia da erecção de uma herma ao “Dragão do Mar”, alvitre esse recebido por aclamações entusiásticas.¹¹⁹

A ideia de construção de um monumento ao Dragão do Mar é antiga. Muito antes das comemorações em 1934, já era cogitada a construção de uma estátua. Em 1923, o “historiador farmacêutico” Rodolfo Teófilo publica, no dia 05 de julho, no jornal *O Nordeste*, uma carta resposta à professora Alba Valdez. No documento, Teófilo explica: “A propósito da estátua que querem levantar ao Dragão do Mar, escrevi àquelles sobre a individualidade e serviços de Francisco do Nascimento e as respostas delles pretendo inserir em uma memória sobre o elemento servil no Ceará, que estou escrevendo”.¹²⁰

Nem a estátua ao Dragão do Mar foi levantada, nem a memória do elemento servil foi escrita por Rodolfo Teófilo. Passados 11 anos desde a carta resposta a Alba Valdez, somente a ideia de que é preciso construir um monumento ao líder dos jangadeiros persiste. O movimento operário cearense, no momento das comemorações do cinquentenário em 1934, adverte que é preciso edificar, em praça pública, um símbolo que lembre o herói operário da abolição do Ceará.

Mesmo não havendo uma estátua do Dragão do Mar para ser cultuada naquele momento, havia outra personalidade que possuía um monumento em praça pública e que deveria ser homenageado nessa ocasião: “Finda a sessão, desfilaram os operários em direcção à Praça da Sé, fazendo alto ao pé da estátua de D. Pedro II, discursando então o brigada Romão Ribeiro dos Santos, homenageando assim a memória do grande imperador”.¹²¹

D. Pedro II, o imperador que garantiu a centralização do país, bem como a abolição gradual sem lutas sangrentas, dentro da lei, merecia ser homenageado pelo operariado cearense. A Princesa Isabel, “a redentora”, havia concedido a liberdade em maio de 1888, sem lutas, por meio de um aparente processo de conciliação entre senhores e escravos, da mesma forma como Getúlio Vargas concedia os direitos trabalhistas, para que reinasse a paz entre patrões e empregados. Assim como o primeiro de maio para LCT, a narrativa da abolição do Brasil foi contada sob a perspectiva da dádiva imperial, destituindo o movimento da participação dos escravos na luta pela liberdade.

¹¹⁹ JORNAL CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, CE, 26/03/24. p. 2.

¹²⁰ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 05/07/34. p. 4.

¹²¹ JORNAL CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, CE, 26/03/24. p. 2.

2 ESCRITAS EM DISPUTA: AS NARRATIVAS SOBRE A ABOLIÇÃO NO CEARÁ

2.1 José do Nascimento ou José Napoleão: as disputas pelo posto de herói

Neste porto não embarcam mais escravos! Bradou com voz de estetas o principal dos jangadeiros, Francisco José do Nascimento, que posteriormente teve o apelido de Dragão do Mar. Não embarcam! – repetiam os demais jangadeiros, repetiu a multidão ansiosa expectativa, apinhada na praia. Os mercadores de homens não esperavam por esta e, diante do que acontecia, resolveram temporizar. O episódio aliás, era o golpe final vibrado na escravatura. Esse dia que os trabalhadores do mar ditaram a sua palavra passou a história. Consoante o imperativo brado, nunca mais no porto da capital cearense houve embarque de cativos.¹²²

Em 1923, no jornal *O Nordeste*, uma polêmica interessante foi travada entre alguns intelectuais, sobre quem deveria ser aclamado o grande herói da greve dos jangadeiros levada a cabo em janeiro e agosto de 1881. O trecho acima, publicado em 29 de junho na comemoração do aniversário de um ano do jornal, foi escrito pela educadora Alba Valdez, a mesma que, em 1910, publicou o artigo *Uma data cearense* em um compêndio didático. O texto abordava o significado do dia 25 de março para o Ceará.¹²³

O tema da abolição da escravatura e a ação dos jangadeiros em 1884 são novamente abordados pela autora. Mais uma vez, ela exalta a capacidade cearense em ter abolido a escravidão quatro anos antes da libertação total do Brasil em 1888, não esquecendo a atuação dos homens do mar. O trecho acima demonstra o tom dramático da narração. Nele fica confirmado para Alba Valdez que o principal responsável pela paralisação do porto foi o Dragão do Mar.

Além de Francisco José do Nascimento ter sido aclamado como o principal herói da campanha, seu feito, ou seja, o episódio do trancamento do porto, foi apontado como a ação que teria levado ao fim a escravidão no Ceará. Isso significa que para a escritora, caso a greve não tivesse ocorrido, a libertação dos escravos não teria acontecido em 25 de março de 1884. Assim, o herói responsável pelo principal acontecimento da campanha abolicionista no Ceará era mais uma vez lembrado em uma ocasião especial. Nesse caso, o aniversário de um ano de um importante periódico cearense.

O trecho que gerou toda a polêmica e foi responsável pela publicação de mais quatro artigos ao longo do final do mês de junho e início do mês de julho no jornal *O*

¹²² JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 29/06/23. p. 3.

¹²³ Esse artigo foi trabalhado no primeiro capítulo quando é feita uma reflexão sobre a historicidade do dia 25 de março.

Nordeste não é o citado acima, mas a continuação dele. Depois de apresentar o jangadeiro Nascimento e seus atos heróicos, Valdez trata da viagem do Dragão do Mar à corte imperial nas comemorações pela libertação dos escravos do Ceará em 1884.

Tempos depois (não se haviam extinguido de todo os rumores festivos da abolição da província) as equipagens e passageiros das embarcações que perlustravam as águas litorâneas do Rio, vislumbraram a distancia uma forma branca... Dir-se-ia asa de enorme pássaro, que, fatigado de cortar o éter, baixasse sobre a trêmula ventosa, a deslizar. Ela vencida a extensão oceânica que vai àquelas alturas a ampla curva da incomparável baía da Guanabara – Uma jangada?!- exclamaram os das embarcações, entre duvidosos e surpreendidos. Era de fato a jangada cearense, levando a seu bordo o Dragão do Mar e dois companheiros. Afrontando os obstáculos da travessia desconhecida para eles, aventureira, sem precedentes nos anais da navegação brasileira, iam os impávidos mareantes, epígonos de combate heróico, reafirmar além das fronteiras da praia nativa, o valor adamantino de uma têmpera e inserir mais um motivo de glória na tradição de uma raça.¹²⁴

A viagem de Francisco José do Nascimento, acompanhado de dois companheiros para participar das festas em comemoração à abolição do Ceará na capital do Império em 1884, proporcionou, na época, uma divulgação nacional da personalidade do Dragão do Mar. A corte do Rio de Janeiro recebeu os cearenses em festa, vários artigos foram publicados em jornais e revistas, contendo reportagens e imagens sobre o jangadeiro que era apontado como líder da greve do porto no Ceará.

Consultando os periódicos do período em que Chico da Matilde “desfilou” pelas ruas do Rio de Janeiro, é possível perceber o quanto o texto de Alva Valdez foi influenciado pela narrativa propagandística encontrada nos jornais cariocas do final do século XIX. Ainda que não tenha consultado os opúsculos publicados no Rio de Janeiro, muito provavelmente para escrever o artigo Valdez folheou alguns números do jornal *O Libertador* de 1884, que tratou de transcrever trechos dos jornais da corte, descrevendo a viagem dos cearenses e sua recepção na Baía de Guanabara com riquezas de detalhes.

Alguns dias depois da publicação do texto de Alba Valdez, no dia 05 de julho de 1923, Rodolfo Teófilo¹²⁵ publica um pequeno texto intitulado “O Dragão do Mar”. O texto é dirigido à escritora Alba Valdez. Com a missiva, que não havia sido entregue diretamente à

¹²⁴ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 29/06/23. p. 3.

¹²⁵ Rodolfo Teófilo nasceu em 1853, era farmacêutico, romancista, historiador. Foi professor de Ciências Naturais no Liceu do Ceará e membro de diversas sociedades culturais. Na seca de 1877, combateu a epidemia de varíola, trazendo para o Ceará o processo de fabricação da vacina. O escritor é considerado até hoje um grande benemérito no estado, sua incansável campanha pela vacinação de 1901 a 1910 e sua constante preocupação com os pobres e desvalidos valeram a Rodolfo Teófilo muitas comendas e homenagens. Ver: VALE NETO, Isac Ferreira do. **Batalhas da memória**: a escrita militante de Rodolfo Teófilo. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

escritora, mas publicada em jornal, Rodolfo Teófilo pretendia responder ao artigo escrito por Valdez e publicado no dia 29 de junho de 1923.

Rodolfo Teófilo, logo no início da carta, esclarece que seu objetivo é restabelecer a verdade histórica. O que interessa para o presente estudo, contudo, não é estabelecer a verdade, isto é, não se pretende verificar se, de fato, Chico da Matilde era ou não jangadeiro, ou se o líder da greve foi, em vez de Nascimento, o negro liberto José Napoleão. A pergunta que surge é: Como a imagem do jangadeiro no Ceará foi atrelada ao Dragão do Mar? O jangadeiro (assim como o vaqueiro e o agricultor pobre) é considerado símbolo do Ceará, tipo que, mesmo enfrentando as dificuldades climáticas, é exemplo de força, coragem e bravura¹²⁶. Ou ainda: o que provocou a disputa em torno das memórias sobre José Napoleão e o Dragão do Mar? Por que o liberto José Napoleão não está inscrito na “memória dos cearenses”?

O fato de Alba Valdez ter dado a entender que o Dragão do Mar era jangadeiro e que havia viajado ao Rio de Janeiro em uma jangada foi o motivo da discussão gerada em torno dos heróis. São esses os pontos contestados por carta resposta de Rodolfo Teófilo, publicada em 05 de julho de 1923 no Jornal *O Nordeste*:

D. Alba Vadez. Envio-lhe muito saudar. Peço licença para reestabelecer a verdade histórica sobre Francisco do Nascimento, o dragão do mar. Este nosso companheiro da campanha abolicionista não foi ao Rio de Janeiro em uma jangada, e sim abordo do vapor “Espírito Santo”, com dois companheiros, levando a jangada, a qual, fundeando o navio, foi lançada ao mar e sulcou a Guanabara até o caes. Francisco do Nascimento era prático-mor e não jangadeiro; nunca foi, como reza a lenda, ao Recife roubar escravos. Há uma figura completamente apagada hoje, a do liberto José Napoleão, que grandes serviços nos prestou nos memoráveis dias de nossas lutas contra negreiros. Felizmente os grandes generaes da abolição, José do Amaral, João Cordeiro, João Carlos da Silva Jatahy, Izac Amaral, ainda vivem e podem dizer se é ou não verdade o que affirmo. A propósito da estátua que querem levantar ao dragão do mar, escrevi àquelles amigos sobre a individualidade e serviços de Francisco do Nascimento e as repostas delles pretendo inserir em uma memória sobre o elemento servil no Ceará, que estou escrevendo. Do seu confrade e grande admirador.

Rodolpho Theophilo.¹²⁷

O fato de Rodolfo Teófilo ter publicado em jornal a missiva está relacionado ao seu desejo de “reestabelecer a verdade histórica”. A resposta divulgada no mesmo jornal que Alba Valdez havia exposto seu artigo informava não apenas à escritora seu erro, mas todos os leitores do periódico seriam avisados sobre quem de fato havia sido e o que havia feito o Dragão do Mar. Teófilo cumpria, assim, sua função de esclarecer o acontecimento

¹²⁶ “Na sua luta contra as manifestações hostis da natureza, o homem cearense adquiria os adjetivos de trabalhador heróico, que manifestava suas tentativas de sobrevivência frente às intempéries como se fortalecesse no cumprimento de uma obrigação moral” (OLIVEIRA, 2001, p. 205).

¹²⁷ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 05/06/23.

considerado o mais importante da campanha abolicionista. Além disso, o fato de ser lembrado como abolicionista que havia participado ativamente da campanha conferia ao farmacêutico autoridade suficiente para elucidar os acontecimentos ligados à “data magna” do Ceará.

Além de tratar da viagem de Francisco José do Nascimento ao Rio de Janeiro, o escritor lembra outro herói que, segundo ele, é “figura completamente apagada hoje”, porém importante para que a greve do porto acontecesse: José Napoleão. Ele não havia sido citado em nenhum momento pelo artigo de Alba Valdez, que dá todos os créditos da greve a Francisco José do Nascimento. Interessante perceber que para justificar e legitimar seu discurso Rodolfo Teófilo cita alguns abolicionistas vivos, João Cordeiro, Silva Jatahi, Issac Amaral e José do Amaral, eles poderiam, enquanto testemunha dos feitos passados, confirmarem a “verdade histórica” defendida pelo escritor.

A resposta de Valdez não tarda. No dia 07 de julho de 1923, mais uma vez pelas páginas do jornal *O Nordeste*, a escritora publica o texto intitulado *A verdade histórica*. O documento foi uma resposta a uma carta enviada por João Cordeiro. Com a carta, o famoso abolicionista procurou elucidar alguns pontos tratados por Valdez no artigo *Os jangadeiros*, de 29 de junho de 1923:

[...] Para isso tenho que me ocupar ainda da individualidade do Dragão do Mar, natural de Aracaty e antigo comandante de um “cutter” que transportava carga daquelle porto para o da capital, conforme J.C. [...] Não consta que elle se dedicasse aos serviços inherentes aos jangadeiros, como a pesca e o transporte de bordo para a terra e vice-versa; porque – já foi dito alhures – as suas funções tornavam-no superior àqueles em cujo meio vivia continuamente. [...] Quanto ao Dragão do Mar haver saído na mencionada jangada do porto de Fortaleza para o Rio, cumpri-me declarar que tal não escrevi em “Os Jangadeiros”. [...] Se empreguei expressões travessia desconhecida para elles, aventureira, sem precedentes na navegação brasileira – foi na inteira persuasão de que estava com a verdade. E ainda me mantenho nesse pé. Os destemidos caboclos que tripulavam a jangada “Liberdade” fizeram galhardamente a travessia que vai das proximidades da ilha Rasa ao ponto de desembarque na capital do país, desconhecendo o caminho marítimo que percorriam [...] Já estavam escritas essas linhas, quando se me deparou no número de hontem deste jornal uma carta que me dirigiu o illutre escritor Rodolpho Theophilo. Como o objeto da carta se prende ao assumpto que acabo de tratar, serve esse artigo de resposta a mesma.¹²⁸

Antes de responder a João Cordeiro, Valdez elogia o abolicionista dizendo que o respeitava e tinha uma grande admiração por ele: “[...] João Cordeiro abolicionista e republicano de tradições”. Para a escritora era uma honra receber uma carta assinada com as iniciais J.C. Além disso, a mensagem proporcionava uma oportunidade de a autora esclarecer pontos do polêmico artigo.

¹²⁸ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 29/06/23.

Os pontos abordados por ela tratavam da profissão de Francisco José do Nascimento e da sua viagem ao Rio de Janeiro. Com relação ao primeiro ponto, Alba Valdez parece incorporar as correções de João Cordeiro, justificando, porém, a afirmação de que o trabalhador era jangadeiro. Assim, explica que, mesmo que Chico da Matilde não fosse jangadeiro, trabalhava próximo aos jangadeiros. Como superior, conseguiu a adesão dos trabalhadores para que o porto fosse fechado. Na opinião de Valdez, portanto, o Dragão do Mar deveria ser lembrado como o responsável pela paralisação das embarcações que faziam o transporte de escravos entre a praia e os navios. Na segunda questão, mais polêmica, Valdez alega que foi mal interpretada. Explica sua posição dizendo que não havia dito no artigo anterior que o Dragão do Mar havia feito a travessia entre Fortaleza e Rio de Janeiro a bordo de uma jangada.

Importante atentar para o fato de que ela responde a João Cordeiro e não a Rodolfo Teófilo, mesmo que a resposta já estivesse escrita. Quando a autora leu a mensagem a ela dirigida e publicada em jornal, poderia ter optado por escrever outro texto, até porque o escritor Rodolfo Teófilo não toca apenas nos pontos abordados por João Cordeiro. Teófilo trata de outra figura que teria tomado parte na greve, o liberto José Napoleão. Contudo, em seu novo escrito, Valdez não faz referência alguma ao “herói esquecido”, citado por Teófilo.

A memória acerca de quem havia sido o grande herói da greve dos jangadeiros não foi um processo ameno. As contendas sobre os detalhes do passado, quem, como e quando, eram importantes para a definição de um tipo, que, por suas ações, deveria ser lembrado e glorificado. Mais que isso, os personagens que lembravam ou definiam quem deveria ou não ser eleito como herói estavam travando uma disputa que não ficava restrita aos fatos do passado, mas estavam relacionados também às alterações políticas vivenciadas pelo presente de quem recordava.

No dia 24 de julho de 1923, *O Nordeste* volta a tratar do Dragão do Mar em um texto intitulado *O Jangadeiro Nascimento*. A mensagem é dirigida ao “Sr. Redator d’O Nordeste”.

Lendo um dos últimos números do vosso conceituado jornal deparou-se me interessante “carta bilhete” do Sr. Rodolpho Teophilo, dirigida a escriptora cearense d. Alba Valdez, em a qual elle affirma que Francisco do Nascimento, não era jangadeiro e sim pratico-mor. Bem sabemos em que se funda a asserção de S.S., mas contudo, faz-se preciso esclarecermos o caso em apreço. Francisco do Nascimento, quando em 1863, mais ou menos, chegou a Fortaleza, era um modesto jangadeiro trabalhando em pequenos “cutters” e jangadas, conforme o testamento do velhinho pescador Francisco Costa e outros contemporâneos que ainda hoje residem na cidade de Aracaty. A sua primeira nomeação foi para um logar de 2º pratico do Porto de Fortaleza, por acto de 8 de junho de 1874, do Sr. Conselheiro João Joaquim

Rodrigues Pinto. Mais tarde, isso em 1880, assumia, então o exercício do cargo de prático-mor, do qual fora suspenso em 3 de Fevereiro do anno seguinte, por ter tomado parte nas festas abolicionistas que se realizaram em Pacatuba. Devido a valiosa intervenção de um seu grande amigo, ficou sem efeito o acto arbitrário que o suspendera. Reconhecendo os relevantes serviços prestados pelo legendário “Dragão do Mar”, o governo provisório, por carta Patente de 04 de Dezembro de 1890, nomeou-o para o posto de Major Ajudante d’Ordens, Secretário geral do Commando Superior da Guarda Nacional da capital do Estado do Ceará. Foram estes os cargos mais importantes ocupados por Nascimento. Aqui fica portanto, rectificada a affirmativa do Sr. Rodolpho Teophilo, podendo estes dados servirem para a memória que está escrevendo sobre o elemento servil do Ceará. Com os meus agradecimentos pela publicação desta, sou vosso amo. atto. grto.¹²⁹

A carta não foi assinada, porém mediante outra resposta, datada de 28 de julho de 1923, é possível inferir que o autor da missiva era J. Neto¹³⁰. Apesar de haver sido publicada em *O Nordeste* em 24 de julho, a correspondência é datada de 21 de julho de 1923. O autor defendendo Alba Valdez trata o assunto com ironia, trazendo um novo argumento ao debate. Em sua opinião, Rodolfo Teófilo estava enganado ao afirmar que Francisco José do Nascimento não era jangadeiro, pois, segundo o depoimento oral de um velho pescador, morador de Aracati (município onde o Dragão do Mar nasceu), Chico da Matilde havia iniciado a vida trabalhando em “pequenos cutters e jangadas”.

Além de trazer um novo argumento ao debate, o depoimento de um “velho pescador”, J. Neto apoia sua narrativa na descrição das datas e cargos ocupados pelo Dragão do Mar desde que chegou a Fortaleza. Com isso, o defensor de Alba Valdez provava que, mesmo que não tivesse participado da campanha abolicionista, era conhecedor do assunto debatido. Ao lembrar que Francisco José do Nascimento havia sido nomeado “Major Ajudante d’Ordens” e “Secretário geral do commando da Guarda Nacional do Estado do Ceará”, J. Neto reforça a importância do Dragão do Mar para a abolição do Ceará. De certa forma, esclarece porque ele era lembrado como o responsável pela greve dos jangadeiros, mesmo que outros tenham contribuído tanto, ou mais, para que do porto do Ceará não se embarcassem escravos.

Quatro dias após a publicação do bilhete, J. Neto divulga novamente no jornal *O Nordeste*, uma carta respondendo a um artigo de Rodolfo Teófilo, de 27 de julho de 1923, no

¹²⁹ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 21/07/23.

¹³⁰ Em outro texto intitulado *A jangada abolicionista*, publicado na Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História em 1938, associação da qual a autora fazia parte, Valdez trata da participação dos jangadeiros na greve e lembra a polêmica de 1923: “- O Dragão do Mar não era jangadeiro. – Era jangadeiro. Questão de lana caprina. Diz-me com quem andas... O interessante, porém, é que ao tempo dessa contenda, honrosa para mim por todos os fâcies, surgiu nas colunas de ‘O Nordeste’, a arena em que se desenvolveu a pugna intelectual, um trabalho assinado por J. Neto e intitulado O jangadeiro Nascimento (V. “O Nordeste” de 24 de julho de 1923), em que o autor provou com dados suficientes a razão de ser da minha expressão. Depois soube que J. Neto era o pseudônimo de um parente do Dragão do Mar”.

jornal *Correio do Ceará*.¹³¹ Por intermédio de nova missiva, percebe-se novamente o tom irônico e agressivo, defendendo o fato de o Dragão do Mar ser um jangadeiro.

Voltou, hontem o “general” da abolição dos captivos, Rodolpho Teophilo, pelas collumnas do “Correio”, a ocupar-se da individualidade do legendário jangadeiro José Nascimento. Quer o Sr. R. Teophilo, por força provar que Francisco Nascimento não era jangadeiro; entretanto, affirma que não sabe quando elle aqui chegou da cidade de Aracaty. [...] Enfim, a polémica de s.s. em torno de tão esclarecido assumpto carece de fundamento. O que precisamos no momento é levantar a brilhante idéia do illustre commandante Frederico Villar de erigimos, nas praças de Fortaleza, uma estátua ao mesmo, uma herma ao immortal jangadeiro, monumento cuja execução ficou a cargo da altruística sociedade “Deus e Mar”, e não perdermos o precioso tempo com coisas de menor valor, Portanto, ponto final.¹³²

O pseudônimo de J. Neto esconde a personalidade que contraria as opiniões de um respeitado benemérito cearense da envergadura de Rodolfo Teófilo.¹³³ Enquanto participante ativo da campanha abolicionista, o trabalho de Isaac Ferreira do Vale Neto esclarece:

Esse reconhecimento de Teófilo como abolicionista histórico, somado a suas vivências, dava-lhe o poder de deliberação devidamente autorizado sobre a temática, especialmente quando ele passa a evocar sua presença testemunhal como referencial para pronunciar-se sobre o assunto.¹³⁴

A alteração provocada pelo fato de Francisco José do Nascimento ser ou não jangadeiro está relacionada com uma disputa política ligada ao passado dos interlocutores que pretendiam edificar uma memória do Dragão do Mar e também construírem a narrativa sobre a sua própria participação no movimento abolicionista.

O Ceará foi governado de 1898 a 1912 pela oligarquia de Nogueira Accioli. Ao longo desse período, o farmacêutico Rodolfo Teófilo exerceu ferrenha oposição ao grupo acciolino. Em virtude disso, recebeu fortes críticas nos jornais situacionistas. Com a queda da oligarquia, os jornais passaram a divulgar as ações humanitárias de Teófilo, contribuindo com a divulgação de sua imagem como benfeitor cearense.

Os textos enaltecendo Rodolfo Teófilo eram escritos não apenas por seus amigos e partidários, mas também pelo próprio romancista, que, em idade avançada, utilizava-se da

¹³¹ Não foi possível encontrar tal artigo, pois o único exemplar do jornal se encontra no Instituto do Ceará, porém em péssimas condições de conservação, o que impede a consulta.

¹³² JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 28/07/1923.

¹³³ Não existem outros indícios, além do comentário de Alba Valdez de que J. Neto era o pseudônimo de um parente do Dragão do Mar.

¹³⁴ VALE NETO, Isac Ferreira do. **Batalhas da memória**: a escrita militante de Rodolfo Teófilo. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

imprensa para edificar seu legado. Além de se preocupar com as personalidades que eram lembradas ou esquecidas, Teófilo parecia se incomodar, sobretudo, com a forma como ele seria lembrado.

Mesmo depois da deposição de Accioli, alguns de seus antigos partidários continuaram publicando textos que colocavam em dúvida as ações de benemerência do farmacêutico, suspeitando, inclusive, de sua atuação no movimento abolicionista, evidenciando que os ressentimentos provocados pelas alterações políticas iniciadas no período de accioli ainda estavam presentes. As notas de J. Neto, publicadas em 21 e 27 de julho de 1923 no jornal *O Nordeste*, mostram que as discussões sobre a profissão de Francisco José do Nascimento têm relação direta com as batalhas políticas do presente. Mais uma vez, Rodolfo Teófilo vem a público defender os personagens que eram por ele considerados injustiçados. Ao fazê-lo, está construindo sua própria memória, pois, segundo ele: “Se o indivíduo tem valor intrínseco passará à posteridade.”¹³⁵

A participação ativa na campanha abolicionista era uma das ações reclamadas por Teófilo. É com base na autoridade de testemunha ocular que, em 04 de maio de 1930, ou seja, sete anos após a contenda travada em 1923, publica o artigo *Abolição no Ceará: um herói esquecido*. Dessa feita, o que move sua pena é o esquecimento, e não a lembrança. Segundo ele, era preciso e urgente que alguns participantes da abolição na província fossem homenageados, pois haviam sido esquecidos:

Entre as figuras esquecidas, vou ocupar-me do liberto José Napoleão. Escravo do norte do Estado pediu licença para vir trabalhar em Fortaleza e alforrear-se. A sua excelente conducta e capacidade de trabalho no ânimo do senhor concedendo-lhe o que pedia. Aqui chegando entrou como trabalhador da capatasia da casa inglesa então de propriedade de Singlihurts & C. O conheci desde sua chegada a esta capital. Era um homem de estatura mediana, musculoso, de côr escura, entre o cabloco e o preto, phisionomia agradável, calvo aos 30 annos pelo serviço de carregar para bordo das lanchas volumes pezados. Nesse tempo o embarque e desembarque de passageiros e mercadorias era ainda peor do que hoje. Os passageiros iam e viam de bordo em jangadas e os gêneros de esportação e importação embarcavam e desembarcavam na cabeça dos trabalhadores da praia.¹³⁶

O grande herói da greve dos jangadeiros, segundo Teófilo, foi o liberto José Napoleão. Interessante observar que, apesar de lutar pela lembrança de Napoleão, em vários escritos o farmacêutico diz estar escrevendo um trabalho sobre o Dragão do Mar. Além disso, apoia a ideia de construção de uma estátua homenageando Nascimento. Apesar de anunciar constantemente a escrita de uma memória sobre o elemento servil no Ceará, nem a memória

¹³⁵ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. Fortaleza, CE, 04/06/30.

¹³⁶ Ibid.

sobre a escravidão no Ceará, nem o trabalho sobre o Dragão do Mar foram publicados. O farmacêutico faleceu em 1932, antes das comemorações do cinquentenário em 1934.

Enquanto J. Neto defende a atuação do Dragão do Mar, apresentando dados precisos sobre as funções que o herói teria ocupado, Rodolfo Teófilo reforça o fato de José Napoleão ter sido um escravo e ter comprado sua própria alforria e a de seu irmão por meio do trabalho – o que valoriza sua atuação no movimento abolicionista. Contudo, Napoleão não embarca para a corte e não recebe nenhum título ou comenda, não se sabem suas datas de nascimento e morte, também não se dispõe de notícias de seu senhor.¹³⁷

Francisco José do Nascimento pode não ter sido um jangadeiro, mas entrou para a escrita da história como: *Dragão do Mar, o jangadeiro da abolição*, conforme o título da biografia do jornalista Edmar Morel, publicado em 1949. Seus feitos foram homenageados em todas as ocasiões em que a campanha abolicionista era rememorada. Assim, a jangada e o jangadeiro cearense passaram a ser sinônimo de coragem, força e liberdade.

As ocasiões em que Chico da Matilde era lembrado, porém, não se restringem às datas relacionadas à abolição, mas também se estendem às datas relacionadas com seu nascimento e morte. Em abril de 1939, os cearenses comemoraram o centenário de nascimento de Francisco José do Nascimento. A data exata é 15 de abril de 1939, dia em que o Dragão do Mar completaria 100 anos, caso estivesse vivo. Dois jornais locais publicaram notas de primeira página comentando a efeméride. O jornal *Unitário* e *O Estado* traziam, respectivamente, as seguintes manchetes: “O centenário do Dragão do Mar no dia de hoje” e “Hoje Centenário do Dragão do Mar: de obscuro jangadeiro a celebridade nacional”. Além da notícia, os dois periódicos estamparam a fotografia do jangadeiro:

Decorre, hoje, o 1º centenário do nascimento desse cearense humilde, que, por um gesto de elevado patriotismo e excelsa humanidade, se tornou figura de todo relevo no cenário histórico da nossa terra: Francisco José do Nascimento, cognominado DRAGÃO DO MAR. Nascido em Aracati, a 15 de abril de 1839, e falecido em Fortaleza em 5 de abril de 1914, foi ele, chefiando com o liberto Napoleão um núcleo de intrépidos homens do mar, quem, revoltado com o infamante tráfico da escravatura, ergueu o grito de santa rebeldia: “No porto de Fortaleza não se embarca mais escravos”.¹³⁸ (Grifo do autor).

Os dois periódicos reforçam a “origem humilde”¹³⁹ do jangadeiro Nascimento, não esquecendo de mostrar como um trabalhador conseguiu alcançar as homenagens que só aos

¹³⁷ Existe apenas uma rua na cidade de Fortaleza com o nome de José Napoleão. Ela está localizada no bairro do Meirelhes, próxima à Avenida Beira Mar.

¹³⁸ JORNAL O ESTADO. Fortaleza, CE, 15/04/39. p. 1.

¹³⁹ JORNAL O UNITÁRIO. Fortaleza, CE, 15/04/39. p. 1.

grandes heróis são reservadas. Além da pequena apresentação biográfica sobre Nascimento, os jornais, com o objetivo de mostrar a importância histórica das ações desempenhadas pelo Dragão do Mar, publicaram um fragmento da descrição da chegada de Chico da Matilde à corte imperial em 1884.

O documento divulgado nos jornais de 1939 foi retirado da edição de 23 de abril de 1884, do jornal *Libertador*. O trecho aborda as festividades organizadas para recepção, dizendo que, apesar de ser dia útil, as ruas estavam cheias, as casas decoradas. Por fim, o jornal *Unitário* conclui: “Francisco Nascimento não é, portanto, um herói feito de pé pra mão. É um verdadeiro herói. [...] A jangada de Nascimento atravessará serenamente o vasto mar da nossa história – como o inimersível símbolo da liberdade dos escravos do Ceará e no Brasil inteiro.”¹⁴⁰

De fato, as previsões do jornalista parecem ter se concretizado.

2.2. As narrativas sobre a História da Abolição do Ceará: Edmar Morel e o jangadeiro da abolição

Um HOMEM DA PLEBE, num país onde ninguém leva a sério o esforço próprio, não pode ter história. Ademais, o jangadeiro Francisco José do Nascimento era de cor e sem instrução. Mulato ignorante e pobre, o seu nome não mereceu sequer figurar nos índices biográficos. (MOREL, 1949, p. 15). (Grifo do autor).

Com essas palavras o jornalista cearense Edmar Morel inicia a primeira e única biografia sobre o Dragão do Mar. Não era a primeira experiência do escritor com biografias. Em 1941, Morel narrou a história do aviador Gago Coutinho, no livro *Gago Coutinho e sua vida aventureira*. Cinco anos mais tarde, contou a existência de um conterrâneo com a publicação, em 1946, de *Padre Cícero, o santo do Juazeiro*.

Como já foi dito anteriormente, o objetivo do presente estudo é perceber o processo de construção da memória sobre o herói Francisco José do Nascimento. Percebeu-se que, no cinquentenário da abolição em 1934, o jangadeiro é lembrado como o líder da paralisação do porto. Porém essa liderança só foi possível graças ao comando dos intelectuais da campanha abolicionista. As discussões sobre Chico da Matilde ocuparam ex-abolicionistas, professores, escritores já em 1923. Foi possível perceber, na demonstração cívica do cinquentenário, que dentre as várias personalidades lembradas como líderes da campanha

¹⁴⁰ JORNAL O UNITÁRIO. Fortaleza, CE, 15/04/39. p. 1

aboliconista no Ceará, o Dragão do Mar tem o seu lugar reservado como o jangadeiro que trancou o porto, evitando que os escravos fossem vendidos para as províncias do sul.

Para Edmar Morel, no entanto, era preciso mais. Não bastava reservar um lugar na história da abolição do Ceará ao jangadeiro. O trabalhador do mar merecia o lugar de maior herói da campanha aboliconista. É com o objetivo de propagar os feitos de um grande-homem, que classifica como um “homem da plebe”, que Morel narra a história de vida do Dragão do Mar desde o dia do seu nascimento, em 1839, até o dia de sua morte, em 1914. Chico da Matilde, na concepção do escritor, precisava entrar para o panteão dos heróis nacionais, já que nem mesmo os índices biográficos faziam jus a seus feitos gloriosos.¹⁴¹

O livro foi publicado em 1949 por uma editora do Rio de Janeiro (Edições O Povo Ltda.). Teve duas reimpressões, uma em 1967, pela editora Civilização Brasileira, e finalmente outra, em 1988, no centenário da Lei Áurea, pela Global Editora.

Edmar Morel iniciou a carreira nos jornais de Fortaleza e fixou residência na então capital carioca em 1932, onde estava à procura de boas oportunidades como repórter. Seu primeiro trabalho foi no *Jornal do Brasil*, mas, em pouco tempo, estava no jornal *O globo*, fundado pelo grupo do jornalista Roberto Marinho. Foi correspondente de vários jornais no Brasil e no exterior, como, por exemplo, *O povo* em Fortaleza. Começou com as reportagens policiais, fazendo plantão no Instituto Médico Legal (IML) e logo ganhou experiência. Algum tempo depois, já era responsável pelas matérias de primeira página.

Em 1938, é um jornalista reconhecido quando entra para o grupo de comunicação dos *Diários Associados*, comandado por Assis Chateaubriand¹⁴². As matérias produzidas de 1938 a 1947, quando escreve para os *Diários Associados*, fizeram com que Edmar Morel fosse respeitado como um dos melhores profissionais em todo o país. É a partir das reportagens produzidas nesse período, que o jornalista dá início à publicação de livros, narrando as histórias de suas aventuras como repórter.

Com o incentivo e financiamento de Chateaubriand e empresas privadas, Morel viajou o Brasil em busca de histórias que emocionassem os leitores. Foi assim com a reportagem sobre o local onde desembarcou pela primeira vez a esquadra de Pedro Álvares Cabral em 1500, o jornalista vai até Porto Seguro e pisa no Monte Pascoal. Na ocasião, estão

¹⁴¹ Edmar Morel faz referência ao dicionário biobibliográfico do Barão de Studart. Publicado em 1910 pela Tipografia Cearense, o livro é uma obra de fôlego de 3 volumes. Tem como objetivo principal destacar os principais vultos históricos cearenses. Não existe, na obra, nenhum verbete sobre o jangadeiro Francisco José do Nascimento.

¹⁴² Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968) foi dono da maior rede de comunicação no Brasil, de 1930 até o final da década de 1950. A empresa do magnata das comunicações chegou a contar com a contribuição de mais de 100 jornais, emissoras de rádio e de TV.

presentes autoridades religiosas, políticas, personalidades históricas, como Gago Coutinho, que, em 1922, realizou a travessia do Atlântico de avião vindo de Portugal à Bahia nas comemorações da independência do Brasil.

A partir do sucesso das matérias relacionadas à chegada de Cabral à Bahia e ao aviador Gago Coutinho, Edmar Morel, durante toda a sua longa carreira, não deixaria mais de tratar de temas da História do Brasil. Após a viagem a Porto Seguro, foi montada a Campanha Nacional pela Aviação, o meio de transporte que era novidade até então. A campanha serviu para que o repórter fizesse a “A volta ao Brasil em 12 dias”: “Uma viagem circundando as fronteiras do país, num total de quase vinte mil quilômetros: simbolicamente, a aviação iria descobrir o Brasil.” (MOREL, 1999, p. 90). E por que não dizer, o Brasil iria descobrir a aviação por meio das várias reportagens produzidas pelo *raid* aéreo, popularizando assim o meio de transporte.

O repórter contou também com os mesmos incentivos, quando acompanhou a viagem de Orson Welles a Fortaleza. O cineasta americano veio ao Brasil em 1942 para gravar dois episódios. O filme era uma produção sobre a América Latina e fazia parte da política da boa vizinhança organizada pelos EUA. Um desses episódios era sobre a viagem de quatro pescadores cearenses, a bordo de uma jangada, de Fortaleza até a capital da República em 1941. O objetivo da empreitada era requisitar os direitos trabalhistas dos pescadores cearenses e brasileiros ao presidente Getúlio Vargas.¹⁴³ O repórter fez parte da comitiva de Orson Wells, realizou pesquisas para servir de subsídio ao filme e estabeleceu contato com os pescadores. A viagem a Fortaleza e as pesquisas realizadas para a equipe do cineasta americano trouxeram à tona a lembrança de outro jangadeiro cearense, que, ainda no século XIX, participou do movimento abolicionista do Ceará. A ideia de escrever a biografia do Dragão do Mar teria partido do trabalho de pesquisa realizado em 1942.

Para tirar do esquecimento o herói jangadeiro, o jornalista enfrentou algumas dificuldades. Segundo o autor, o fato de Francisco José do Nascimento ter nascido no Ceará foi a maior delas, já que o arquivo do estado não teria guardado nenhum documento sobre os feitos do Dragão do Mar. Assim, Morel teve que recorrer a outros documentos. Apelou então para dois sobreviventes da campanha abolicionista, Elvira Pinho e Alfredo Salgado. Das entrevistas com os abolicionistas vivos, ele diz ter ouvido “[...] a narrativa dos fatos culminantes da luta contra o regime negreiro”. Além das testemunhas oculares, o jornalista

¹⁴³ Sobre o *raid* dos jangadeiros consultar: NEVES, Berenice Abreu de Castro. **O *raid* da jangada São Pedro**: pescadores, estado novo e a luta por direitos. 2007. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

contou com alguns historiadores locais, Hugo Vitor Guimarães e Luiz Brigido, que aponta como “dois ratos de arquivos”. O último era parente do Dragão do Mar e, segundo Edmar Morel, teria herdado um diário do jangadeiro. No momento oportuno, abordar-se-á o diário. Por hora, é importante entender porque para o escritor era importante que Chico da Matilde tivesse seu merecido reconhecimento como herói nacional:

Assim foi possível escrever esse trabalho incompleto, por certo, quando é sabido que um repórter anda sempre apressado em busca de novidades para o público. O que se fazia necessário, antes da mais nada, era tirar da obscuridade e do esquecimento um homem da ralé, que a golpes de audácia e com espírito voltado para o bem da Humanidade tornou-se ídolo do povo. [...] E, por isto, escrevi “Dragão do Mar” – O jangadeiro da Abolição – que é a história do herói esquecido numa epopéia que fez o orgulho do Brasil perante as nações do mundo civilizado.¹⁴⁴

O discurso do escritor está impregnado de palavras e significados diversos dos atribuídos à lembrança do jangadeiro em 1934. Em primeiro lugar, em nenhum momento, nos discursos dos intelectuais, testemunhas ou não, dos acontecimentos em 1884, houve uma necessidade de se tirar do esquecimento o Dragão do Mar. Assim, todos os participantes do movimento abolicionista tinham desempenhado suas determinadas funções. Por isso, deveriam e foram lembrados, ou seja, Chico da Matilde, naquela ocasião, não foi esquecido; pelo contrário, foi lembrado em várias situações. Mesmo antes do cinquentenário, nos instantes em que a abolição e seus personagens eram por quaisquer motivos lembrados, lá estava o responsável pela greve dos jangadeiros. Ainda que essa rememoração tenha provocado discussões sobre quem de fato deveria ser apontado como grande responsável pelo trancamento do porto, e fundamentando-se nessa alteração, é possível afirmar que o Dragão do Mar não foi um personagem esquecido da história da abolição no Ceará. Por que, então, Edmar Morel não se cansa de afirmar justamente o contrário?

Sabe-se que as lembranças estão intimamente ligadas ao presente de quem narra. Seguindo essa linha de raciocínio, é importante que a reflexão aqui desenvolvida seja orientada pelo espaço de experiência e horizonte de expectativa vivenciado pelo escritor.¹⁴⁵ Ou seja, interessa perceber em que medida as experiências vividas no presente influenciaram um determinado discurso sobre o passado e, ao mesmo tempo, perceber de que forma esse discurso está permeado por uma expectativa voltada para o futuro. Em outros termos, interessa entender de que maneira Edmar Morel constrói uma determinada memória sobre o

¹⁴⁴ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949.

¹⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

Dragão do Mar, organizando sua narrativa sobre o passado, utilizando como matéria prima suas experiências e, conseqüentemente, imprimido em seu texto seus temores e desejos.

Nesse sentido, a pergunta feita anteriormente não causa estranhamento quando se pensa na trajetória de vida do biógrafo em questão. Envolvido, desde cedo, com trabalhadores da indústria gráfica, Morel vivenciou, na década de 1930, as mudanças provocadas pela subida de Getúlio Vargas ao poder. Em 1932, já no Rio de Janeiro, acompanhou a censura aos meios de comunicação, o empastelamento de jornais, a prisão de opositores ao regime, ações do governo ditatorial. Como trabalhador, era sindicalizado e tinha ligação com as ideologias de esquerda que militavam no país naquele período. Em sua autobiografia, demonstra, em várias passagens, sua admiração pelo comunismo e, principalmente, pela figura de Luís Carlos Prestes.¹⁴⁶

Ora, naquele período se vivia um governo autoritário que fazia uso do passado histórico, elegendo seus heróis, consagrando os dias da pátria, edificando estátuas nas praças públicas, enfim construindo um discurso que assegurou, ideologicamente, o poder – afinal nenhuma administração se faz, exclusivamente, apenas pelo uso da força. Como já foi abordado no presente trabalho, o passado deveria atestar e dar exemplos às gerações presentes. Dessa forma, o período compreendido pelo governo Vargas deu grande atenção às glórias obtidas durante o período imperial no Brasil. Daí o empenho em glorificar figuras como D. Pedro II, Duque de Caxias, Princesa Isabel, ou seja, os heróis nacionais eram imperadores, militares, pessoas ligadas à elite, no geral. As datas mais importantes eram a independência, a abolição dos escravos ou a proclamação da Revolução de 1930.

Daí a necessidade de “tirar da obscuridade e do esquecimento” um homem que, por suas condições sociais, não fazia parte da memória oficial dos brasileiros. É com essa expectativa que *Dragão do Mar*, o jangadeiro da abolição, foi publicado em 1949. Exímio contador de histórias, aos moldes da figura do narrador em Walter Benjamin¹⁴⁷, Morel apesar das poucas fontes documentais, consegue edificar uma história perfeitamente concatenada do jangadeiro cearense. Com direito à origem pobre, milagre que o livra da morte na infância, convivência com os horrores da escravidão, caridade, religiosidade e, finalmente, esquecimento no momento da morte.

¹⁴⁶ MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁴⁷ Segundo Benjamin o narrador não prima necessariamente pela verdade dos fatos, mas prioriza, sobretudo o encadeamento lógico da narrativa. BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

Os primeiros anos de vida do praieiro na localidade de Canoa Quebrada¹⁴⁸ são narrados com base no tal diário herdado por Luis Brigido. O documento teria sido escrito pelo próprio Dragão do Mar e havia passado por correções pela família Brigido. Segundo conta Edmar Morel (1949), Francisco José do Nascimento aprendeu a ler com 20 anos de idade e, apesar de não ter muita prática com a escrita, apoiado nas anotações do diário íntimo de Chico da Matilde, Morel afirma que ele possuía noções de inglês e alemão.¹⁴⁹ Tal informação contesta a tão propagada pobreza do herói cearense, visto que, num período em que a esmagadora maioria da população não sabia ler e escrever, um jangadeiro do litoral cearense é alfabetizado e, além disso, tem noções de duas línguas estrangeiras.

“O diário de notas de Francisco José do Nascimento é cheio de episódios pitorescos e sente-se, a cada momento, uma certa originalidade na maneira de escrever do homem que aprendeu a ler com 20 anos de idade.”¹⁵⁰ Que boas histórias teriam guardado o diário do Dragão do Mar? Não se sabe. Entretanto, percebe-se, na narrativa do repórter, que esse documento preencheu as falhas documentais que dão conta da história do praieiro desde seu nascimento até sua participação no movimento abolicionista em 1884.

Aquele menino engasgado com uma espinha, batizado à hora da morte, é um moleque de rua. O seu avô e o seu pai, jangadeiros. O primeiro morre no mar e o último, na Amazônia, para onde vai atraído pela lenda fabulosa da região. [...] A sua mulher, de lá muito debruçada sobre uma tosca almofada de palhas de bananeira, fazendo renda, fica com dois filhos. Nestas ocasiões, acontece no norte coisa muito triste. A fome obriga a mãe a dar seus filhos, como se as crianças fossem gato ou cachorro. [...] E continuando a leitura do diário íntimo, leio: “– Minha mãe era alta, forte e muito morena sendo, porém, mais clara do que meu pai. O seu nome era Matilde Maria da Conceição e por isto fiquei conhecido para o resto da vida como “Chico da Matilde”.¹⁵¹

Francisco José do Nascimento tinha origem pobre, era filho de pescadores. Além do mais, tinha escapado da morte ainda criança, coisa difícil naqueles tempos de alta mortalidade infantil, parecia predestinado. Sua mãe, ao exemplo das mulheres de pescador, fabricava rendas e, diante das dificuldades em que se encontrava com a morte do marido, decide então entregar o filho a um comendador local, protetor que teria condições para

¹⁴⁸ Hoje local turístico no Ceará. Em Canoa Quebrada, existem algumas referências a Francisco José do Nascimento, como o beco batizado de Chico da Matilde e um quadro, na praça central, que explica a história do filho ilustre.

¹⁴⁹ Apesar de o autor fazer essa afirmação no livro, não foi encontrada nenhuma outra fonte que fizesse referência ao fato de o Dragão do Mar possuir noções de inglês e alemão. Por esse motivo, acredita-se que o jornalista tenha tirado essa informação do diário pessoal do jangadeiro. Importante esclarecer também que nenhuma outra fonte consultada faz menção a esse documento. Procuraram-se informações sobre o diário no arquivo Edmar Morel na Biblioteca Nacional, com o neto do escritor, Marco Morel, e com os parentes de João Brígido, em nenhum dos casos se encontrou uma citação, nota ou partes do diário.

¹⁵⁰ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 37.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 36.

encaminhar o pequeno Chico para um futuro mais promissor do que suas rendas prometiam. Dona Matilde, sabendo que o comendador tinha uma amante, e não aprovando o comportamento deste, conseguiu emprego para Francisco num veleiro que transportava mercadorias entre os portos de Natal, Recife e Fortaleza.

Estava explicada a origem pobre do jangadeiro. Importante salientar que a prática da adoção, nas condições de privações econômicas como nos relata Edmar Morel, se distanciava muito da descrição que o autor apresenta “como se fossem gato ou cachorro”. Em vários casos, entregar os filhos a um parente ou amigo próximo era uma forma de apadrinhamento consentido e permitido pela sociedade. Naquele período, principalmente em casos de orfandade de pai ou mãe, a criança prestava serviços na casa do padrinho que tinha condições de fornecer subsídios para suas necessidades básicas. Em alguns casos, os padrinhos ajudavam na educação da criança, conseguindo empregos por meio de sua influência. Isso não significava perder o contato com os pais caso algum deles ainda estivesse vivo. Tal fato significava, muitas vezes, uma condição de prestação de serviços àquele padrinho em troca de favores ou da própria subsistência.¹⁵²

Faltava ainda outra explicação: Como teria surgido no Dragão do Mar a consciência antiescravista? Teria sido no momento em que os líderes do movimento abolicionista pediram ajuda aos jangadeiros para que o porto fosse trancado? Essa seria uma explicação muito simplista para um herói marcado pelo destino. Na história de Edmar Morel, outra narrativa perpassa a trajetória de vida de Francisco José do Nascimento, fazendo com que muito antes de 1881, data da greve dos jangadeiros, nascesse no praieiro a revolta contra os males do cativo. É o episódio da barca Laura Segunda.

Em 1839, coincidentemente o ano que Chico da Matilde nasceu, a barca Laura passava pelo litoral cearense. Em sua tripulação, composta por negros cativos, existiam apenas alguns brancos, que assumiram as posições de capitão, contramestre, prático, dois marinheiros e um passageiro. Em razão dos maus tratos recebidos pelos trabalhadores negros, o cozinheiro Constantino reclamou da falta de água e pão preto para os cativos. Por conta dessa queixa, o preto Constantino foi severamente punido, sendo surrado na frente do restante da tripulação. Os escravos decidem se rebelar. Ao deixarem o porto de Fortaleza, mataram todos os brancos a bordo, menos um que lhes serviu de senhor na fuga. Atracaram a

¹⁵² Como exemplo desse tipo de prática, Rodolfo Teófilo (1853-1932) narrou sua experiência no livro *O caixeiro*. Órfão de pai e mãe, passou a viver como empregado na casa de um parente em Fortaleza. Essa experiência deu ensejo para que o escritor estudasse e conseguisse prestar o concurso para o curso de Farmácia, na Bahia. (THEOPHILO, Rodolpho; GONÇALVES, Adelaide; FUNES, Eurípedes Antônio. **O caixeiro**: (reminiscências). Edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.).

embarcação e empreenderam fuga por terra. A empreitada, no entanto, não durou muito tempo. A caminho de Aracati, os escravos foram capturados pela polícia, dando início ao processo. Dos 16 escravos, seis são condenados à morte; os outros, a galés perpétuas.

O episódio da barca “Laura”, relatado por um dos seus próprios personagens – Luis Aracati – exerce notável influência na vida do moço do cutter “Tubarão”, em cujas viagens, entre o Maranhão e Pernambuco, Francisco José do Nascimento testemunha cenas de verdadeiro barbarismo. [...] Da sua longa permanência no mar em contato com marinheiros de terras onde o cativo de há muito fôra banido, fortalece no seu cérebro, a idéia da redenção. [...] Homem do povo, filho de praiheiros, apenas com a instrução primária ministrada quando tem 20 anos, sente, porém, a chama da liberdade, como um instinto natural.¹⁵³

Desse contato com Luis Aracati, quando ainda trabalhava nos navios que faziam o transporte de mercadorias entre Fortaleza, Maranhão e Pernambuco, o Dragão do Mar, testemunhando o tratamento dado aos escravos a bordo e conversando com o preto Luis Aracati, adquiriu a “chama da liberdade”, conforme as afirmações de Edmar Morel. Novamente está-se diante de um detalhe da vida de Francisco José do Nascimento que se encontra apenas na biografia do herói. O jornalista, apoiado nas suas pesquisas, explica o sentimento antiescravista do Dragão do Mar, como um “instinto natural”. Ou seja, em 1881, quando ele aderiu à campanha abolicionista, já possuía uma experiência que possibilitou sua ação como grande chefe da greve dos jangadeiros.

Além da origem pobre e do destino que ajudou a construir uma consciência libertária no herói, outro episódio, muito recorrente no Ceará, fez com que a bondade de Chico da Matilde fosse posta à prova, afinal todo grande-homem deveria ser caridoso. Dessa forma, a seca de 1877 entra na história de Nascimento. Naquele ano, Chico da Matilde já tinha fixado residência na cidade de Fortaleza e exercia a função de 2º Prático do porto desde 1874. Conforme se percebe em várias outras fontes, seu trabalho era o de acompanhar os navios de forma que não sofressem nenhuma avaria ao ancorar no porto de Fortaleza. Tarefa que, provavelmente, aprendeu em seus anos de tripulante das embarcações mercantes. Mesmo assim, o Dragão do Mar passou para a história como jangadeiro. O pescador, conhecido como jangadeiro, é um tipo cearense, sendo um exemplar muito comum nos 573 km de praias. Assim, o herói da greve dos jangadeiros não podia ser um prático, e sim um humilde pescador, que representava o cearense típico. Segundo Morel (1949, Pág.47), é nesse período que “[...] o prático compra duas jangadas para auxiliar o sustento da pequena família, constituída por mulher e uma filha.” O que complica mais ainda a narrativa, criando uma contradição, pois se ele possuía duas jangadas, pelo menos uma dessas deveria ser alugada, ou

¹⁵³ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 40.

para pesca, ou para o transporte das mercadorias entre o navio e a praia, o que coloca Nascimento na posição de dono da embarcação.¹⁵⁴

Nessas condições, encontra-se Francisco José do Nascimento, quando a província é assolada por mais uma grande seca. Em todas as narrativas sobre a história da abolição do Ceará, encontram-se menções sobre a seca de 1877. O motivo principal para tal associação vem do fato de que, durante os anos de 1877 a 1880, embarcaram nos portos do Ceará, rumo ao sul, aproximadamente oito mil escravos.¹⁵⁵ Com a história de Edmar Morel, portanto, não seria diferente, a não ser por um detalhe importante. Aqui é privilegiada a ação do jangadeiro durante a seca.

Em 1877, João Cordeiro, outro conhecido líder abolicionista, que será, em 1880, eleito presidente da Sociedade Cearense Libertadora, é nomeado pelo presidente da província diretor dos socorros públicos em Fortaleza. Morel diz que é nessa fase que Francisco José do Nascimento conhece João Cordeiro e passa a auxiliar nos serviços prestados aos milhares de retirantes que migraram para Fortaleza durante a longa estiagem.

Nascimento, levado pelos seus sentimentos religiosos, auxilia o serviço de socorro às vítimas das secas de 77 a 79, a maior calamidade do Ceará e que mata de fome e peste mais de um quarto de sua população. [...] Nesta pungente tragédia coletiva, João Cordeiro desempenha o papel de Comissário Geral de Socorros Públicos e o seu melhor amigo, entre os pescadores, é Francisco José do Nascimento.¹⁵⁶

O Dragão do Mar, na narrativa de Edmar Morel, ganha um lugar destacado na atuação contra os efeitos da seca de 1877. Interessante notar que, nos *Apontamentos biográficos* de João Cordeiro, escrito por ele próprio, texto publicado na revista do Instituto Histórico de 1945, o líder da campanha abolicionista relata seu trabalho como diretor dos socorros públicos. Em nenhum momento, lembra-se do auxílio de “seu melhor amigo” durante os serviços prestados naquele período. Nem mesmo quando fala de seu papel no movimento abolicionista, cita a contribuição do Dragão do Mar.¹⁵⁷ Mais um detalhe acrescentado à história de vida do jangadeiro que não se encontra em nenhum outro

¹⁵⁴ Uma das reivindicações dos jangadeiros que viajaram ao Rio de Janeiro em 1941 era, justamente, contra a figura do dono da embarcação para quem os pescadores deveriam ceder metade de tudo que pescavam: “Uma das principais causas das precárias condições de vida dos jangadeiros é, sem dúvida, a obrigação de dar ao proprietário da embarcação a metade do pescado, dividindo a outra entre quatro homens, geralmente casados e cheios de filhos. [...] Como 90% dos jangadeiros não possuem embarcações próprias, não é de estranhar o estado de extremo pauperismo a que eles ficam reduzidos a maior parte do ano.” (MOREL, 1949, p. 91). Segundo o jornalista, o Dragão do Mar possuía duas, bem diferente da condição social dos 90% apontada pelo mesmo autor.

¹⁵⁵ FUNES, Euripedes. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

¹⁵⁶ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 48.

¹⁵⁷ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO CEARÁ, Fortaleza, ano LIX, p. 270, 1945.

documento – e que ajuda o jornalista a exaltar as qualidades e explicar o caráter que vai justificar as ações heróicas do líder da paralisação do porto.

Levando em consideração que o livro de Edmar Morel aborda a história de vida de Francisco José do Nascimento, como não podia deixar de ser, o escritor descreve, com riqueza de detalhes, o acontecimento que justificou a glória do herói cearense. Dessa forma, a narrativa sobre a greve dos jangadeiros merece destaque central na obra. Rememorar o trancamento do porto significava esclarecer os pormenores que garantiriam os adjetivos atribuídos ao “humilde” Chico da Matilde.

A greve dos jangadeiros é contada pelo jornalista como uma aventura sem precedentes na História do Ceará. As ações dos libertadores apoiados pelos jangadeiros contaram com milhares de pessoas na praia, repressão policial, resgates de negros já embarcados e, para emocionar ainda mais seus leitores, Morel termina narrando o roubo de duas escravas que seriam embarcadas na última tentativa de tráfico interprovincial pelo porto do Ceará.

Importante lembrar, novamente, que o objetivo deste estudo não inclui desvelar a verdade sobre esses fatos. Busca-se, sim, entender a forma como os fatos são utilizados posteriormente, criando uma narrativa e, principalmente, uma memória sobre os acontecimentos. O que se pretende analisar, mais do que fatos passados, é a maneira pela qual a memória é organizada de forma a garantir uma narrativa que procura responder a necessidades ligadas ao presente de quem narra. Nesse caso específico, reflete-se sobre um repórter ligado aos grupos de esquerda, principalmente ao Partido Comunista, em pleno governo Vargas. Assim, adjetivos como herói da ralé ou homem do povo estão relacionados à maneira pela qual o autor pretende descrever o jangadeiro, de forma que a história do Dragão do Mar fosse identificada pela maioria dos trabalhadores naquele período. “O passado nos compromete, nos prende através de uma dívida a saldar, uma ação a reparar, ou uma lição a conservar.”¹⁵⁸ Edmar Morel, sem dúvida, organiza sua narrativa primeiro para “saldar uma dívida”, a do esquecimento, depois para tentar transformar o presente, que, segundo o autor, só se ocupa de heróis militares, governantes, os heróis da história oficial, e, finalmente, para desempenhar uma função pedagógica implícita de que é possível modificar as leis, ir contra o poder instituído, sublevar a ordem estabelecida, portanto uma lição para o futuro.

Em 27 de janeiro de 1881, seria enviado para os portos do sul um grupo de 14 escravos. Na noite anterior ao embarque, os membros da Sociedade Cearense Libertadora

¹⁵⁸ LUCETTE, Valensi. **Fábulas da memória**: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 258.

decidem procurar os jangadeiros para que não aceitassem fazer o transporte dos cativos até os navios. Na manhã do dia 27, como combinado, os jangadeiros se negam a transportar os escravos. Segundo Edmar Morel, os traficantes, contando com um descuido dos revoltosos que se encontravam na praia, ainda conseguiram conduzir um grupo de nove negros a bordo. Um dos escravos embarcados, contudo, possuía garantias legais e por uma petição jurídica da Sociedade Cearense Libertadora foi trazido novamente até a praia. “Em nome da própria lei, a preta velha foi arrancada de bordo a mandado da autoridade competente e foi trazida a terra, debaixo da bandeira brasileira, ao som da música, ao ribombar dos foguetes e no meio de aclamações da multidão.”¹⁵⁹

No dia 30, novamente, deveria ser traficado para as províncias do sul um grupo de 30 cativos. Os negreiros exigem as jangadas, da praia para o navio, o que novamente é negado:

Os praieiros, à frente o preto Antonio Napoleão, – que havia comprado a carta de alforria de sua mãe com as suas próprias economias – surge nas praias como um titã. Chama os seus companheiros do mar e faz um apelo no sentido de nenhuma jangada conduzir escravos, mesmo com a ameaça de baionetas. E o brado da greve ecoa pelo litoral sem fim, num grito de liberdade e de redenção de um povo que dá ao Brasil uma demonstração de sua vitalidade: “No porto do Ceará não se embarcam mais escravos.”¹⁶⁰

Pela primeira e última vez, o nome de Antonio Napoleão é citado no livro. Contudo, se o responsável pela greve foi o Dragão do Mar, o biografado, por que Antonio Napoleão aparece na narrativa de Edmar Morel liderando a paralisação? Ao contrário de Isaac Amaral, que, na entrevista publicada no jornal *O povo*, na ocasião do cinquentenário em 1934, afirmando com toda a clareza que o Dragão do Mar não participou da greve dos jangadeiros, o biógrafo do herói apresenta um novo pormenor da história.

Um homem, quase preto, com 42 anos, a bordo de um paquete inglês, com um óculo de alcance, assiste ao motim. É Francisco José do Nascimento, segundo prático do porto. Por circunstâncias estranhas e talvez por uma simples rivalidade, pois Nascimento já é uma figura das mais prestigiosas do movimento, não o chamam para dirigir a greve, muito embora as suas embarcações estivessem na praia, formando a parede.¹⁶¹

Para o autor, mesmo que Nascimento não tivesse sido o responsável pela primeira paralisação, estava na praia e participava da greve cedendo as embarcações que possuía. As “circunstâncias estranhas”, bem como a “simples rivalidade”, não são explicadas pelo autor.

¹⁵⁹ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 74

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibid., p. 75.

Não era possível deixar de citar o negro liberto Napoleão. No entanto, o escritor dá pouca importância à sua atuação, citando seu nome apenas uma vez. Não oferece aos leitores informações sobre sua profissão, idade, condição social ou descrição física, afinal o lembrado aqui é o Dragão do Mar, a história do jangadeiro deveria seguir o percurso para que sua memória não sofresse com dúvidas ou contestações.

No dia 31, o navio ainda espera pelo embarque dos cativos. Nesse meio tempo, os negreiros recolhem alguns escravos em um armazém. Durante a noite, os sócios da Libertadora Cearense conseguem entrar no recinto em que se encontravam os negros. Combinam a simulação de um incêndio. Com algumas palhas, ateiaram fogo em um canto do depósito. Algum tempo depois, o alarme soa. Quando a multidão já avulta no local e finalmente é aberto o galpão, os escravos já haviam fugido acompanhados de seus protetores.

A última tentativa de embarque no porto ocorre no dia 30 de agosto de 1881. Os jornais locais anunciam publicamente a iniciativa, provocando a reação do movimento abolicionista. Edmar Morel narra essa empreitada com mais detalhes e dramaticidade do que descreve a primeira paralisação. Segundo o autor, o presidente da província na época, Leão Vellozo¹⁶², teria afirmado que os escravos embarcariam de qualquer forma. Para isso disse ao Major Carmerino, dono dos cativos, que iria garantir a necessária proteção policial para que o transporte das suas duas escravas fosse efetuado, nem que fosse necessário o derramamento de sangue para tal intento. Os abolicionistas, por sua vez, trataram de publicar um panfleto intitulado *Pois corra sangue*. Segundo Morel (1949, p. 79), estão presentes na praia dois mil soldados armados:

Acintosamente, o navio apita e a tropa ergue vivas ao Imperador e ao seu preposto no Ceará, que é também comandante de Armas. Reunidos num subúrbio, os libertadores, já com o apoio de Francisco José do Nascimento, resolvem aceitar a porfia e impedir o embarque das duas caravanas, por qualquer preço. Os jangadeiros deixam as suas palhoças e vem à praia.¹⁶³

Assim a participação do Dragão do Mar é reafirmada, e em uma situação que demandava muito mais coragem, pois para esse embarque estava sendo prometido um embate com os jangadeiros, caso fosse preciso. Morel diz ainda que para o embarque o Major Camerino contava com um bote da polícia marítima, porém não havia quem tripulasse a embarcação. As horas passavam e as negras que deveriam ser transportadas para o Pará não apareciam. Segundo o autor, até o dono das cativas já estava a bordo do paquete. É nesse

¹⁶² “[...] homem que se torna famoso por seu físico anormal, comilão e que com seus gestos lentos diante de um peru assado, relembra a figura grotesca de D. João VI.” MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 73.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 79.

ínterim que uma carruagem de luxo chega ao cais levando as escravas. Membros da Sociedade Cearense Libertadora reconheceram o embuste e desconfiaram que, dentro do veículo, estivessem as mucamas do Major. Comparando o rapto das presas com o roubo das Sabinas em Roma, Edmar Morel conta que João Carlos Jatahy e Candido Maia “[...] sofreram as rédeas das mãos do boleiro, e em grande disparada fazem volver o carro para dentro da cidade, e ahi, em lugar seguro, deixam as duas pretas de sua audácia”.¹⁶⁴ Uma cena digna do faroeste americano.

A polícia nada fez para impedir que o roubo acontecesse, apesar de estar presente na ocasião. Ainda segundo o relato do jornalista, o povo via o chefe de polícia Torquato Viana, que estava na praia e tentava, junto com outros policiais, garantir o embarque. No momento antes do roubo, o policial pediu ajuda do 11^a Batalhão do Exército, mandando um recado por um intendente, requisitando algumas praças. Segundo Morel, o comandante responde que “De forma alguma, porém, empregaria os seus comandados na pega de escravos, nem os faria perturbar uma greve justa.”¹⁶⁵

O fato é que, novamente, o movimento abolicionista impediu que negros escravos fossem transportados de Fortaleza para outros portos do Império. A frase “No porto do Ceará não se embarcam mais escravos” foi repedida mais uma vez e seria empregada ainda muitas outras vezes em todos os momentos em que a abolição da escravidão no Ceará fosse lembrada. O enunciado “No porto do Ceará não se embarcam mais escravos” soa como uma senha, uma oração para ser eternamente repetida, e sempre que for proferida trará à memória os grandes feitos protagonizados pelos jangadeiros, ou seja, a paralisação do porto e seus responsáveis.¹⁶⁶

Em consequência da greve, o governo, em represália à atitude dos jangadeiros, ordenou a exoneração do Promotor Público da Província, Frederico Borges, membro da Sociedade Cearense Libertadora; o Administrador da Recebedoria, Antonio Bezerra, membro da mesma sociedade; o Prático da barra, Francisco José do Nascimento; dois intendentes e, finalmente, puniu com o degredo para a província do Pará todo o 11^a Batalhão do Exército, por ter negado ajuda no momento em que o Major Carmerino tentava embarcar com as escravas.

Edmar Morel transcreve na íntegra o relatório do chefe de polícia datado de 31 de agosto de 1881. Alguns pontos abordados por Torquato Viana não coincidem com a narrativa

¹⁶⁴ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 80.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶ “A frase histórica é como um lembrete, uma senha para ser repetida.” LUCETTE, Valensi. **Fábulas da memória**: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

do jornalista. O policial esclarece que, na tentativa de garantir a ordem e proteger o embarque dos escravos, enviou ao porto algumas praças, com a recomendação de que fosse avisado caso houvesse algum impedimento para que a ordem fosse cumprida. Ele conta ainda que, após ser avisado de que o Major Carmerino havia tentado embarcar, não obtendo sucesso, esteve na praia. No momento em que as escravas foram raptadas, o Major estava na praia, porém nem ele nem os praças puderam evitar o roubo, pois, quando perceberam o ocorrido, as escravas já estavam longe.

As narrativas diferem em dois pontos. O primeiro refere-se ao número de policiais: para Edmar Morel foram dois mil devidamente armados. O segundo relaciona-se ao fato de o escritor afirmar que o dono das escravas já estava no navio quando o rapto das mucamas aconteceu. Introduzindo essas duas particularidades na sua narrativa, o autor provoca um engrandecimento da ação, já que enfrentar dois mil homens armados significava um atestado de coragem e força. Além disso, o fato de o dono das escravas estar dentro do pacote, esperando que sua mercadoria chegasse para que o navio pudesse partir, demonstrava a covardia do inimigo.

A história contada por Edmar Morel está de acordo com a função das memórias despertadas naquele momento específico, ou seja, enfrentar policiais armados impondo respeito ao inimigo poderoso no passado transmite a mensagem de que, no presente, é possível e necessária a livre manifestação popular contra as regras impostas pela lei. As palavras povo e popular são constantemente usadas pelo escritor. A indispensável vinculação do Dragão do Mar e dos jangadeiros a uma classe social que não inclui os ricos, os poderosos, os políticos, enfim os membros da elite, foi percebida durante toda a leitura de *Dragão do Mar, o jangadeiro da abolição*. O autor defende essa ideia procurando, inclusive, provar que não só os jangadeiros eram do “povo”, mas também todo o movimento abolicionista poderia ser classificado como popular. Mesmo que a primeira reunião da Sociedade Cearense Libertadora, a mais expressiva associação abolicionista, tenha tido seu primeiro concurso nos prédios da assembleia provincial e que seu grupo contasse com membros de destacado prestígio social, como o próprio presidente, que era comerciante, sabia ler e escrever e já havia estado na Europa, Edmar Morel insiste em classificar o movimento como popular.

Por isso, o escritor privilegiou biografar o Dragão do Mar e dar maior destaque à greve dos jangadeiros. Dessa maneira, o autor acaba não questionando outros autores que afirmaram, por exemplo, que os jangadeiros foram pagos pelos abolicionistas para fazer o transporte dos cativos. Esse fato simplesmente é esquecido pelo autor. Com relação à figura do Dragão do Mar, Morel, além de não refletir sobre o fato de Francisco José do Nascimento

não ser um jangadeiro, e sim um prático do porto, como outros autores antes dele afirmaram, faz uma ligação direta entre a mobilização do porto e a problemática do trabalho dos jangadeiros em plena década de 1930.

O perfil de Chico da Matilde é inspirado na descrição do abolicionista Isaac Amaral em sua já citada entrevista para o jornal *O Nordeste* em 1934, acrescido de alguns dados:

Homem modesto, mas de aspecto agradável, lembrando aqueles velhos comandantes de barcos holandeses, Nascimento pouco fala. Da sua convivência com os tripulantes de navios estrangeiros, aprende noções de inglês, alemão e perde aquela timidez que o caracterizava até os 30 anos. Traja-se com certo aprumo e é visto com bons ternos de casimira, sempre de cor escura. Usa, invariavelmente, camisa branca e traz consigo um guarda sol. O cabelo é cortado à escovinha e sabe tratar, com esmero, o seu cavanhaque, cujas pontas não são aparadas.¹⁶⁷

As semelhanças e as divergências entre a descrição de Issac Amaral e Edmar Morel são interessantes, na medida em que pequenos detalhes foram usados pelo biógrafo do Dragão do Mar para justificar seu perfil de herói abolicionista. Issac Amaral, contemporâneo de Chico da Matilde, também classifica o jangadeiro como “modesto”, comparando-o a um “bojudo barqueiro da Hollanda”, enaltece a sua condição física afirmando que era “robusto, muito musculoso”. Adverte, porém, que era “pouco vivaz na conversação”. Diz ainda que sua entrada para a Sociedade Libertadora Cearense proporcionou-lhe maior “prestígio” e que, mesmo sendo “modesto”, estava presente em todos os eventos sociais organizados pela Sociedade Cearense Libertadora (SCL). Por fim, ressalta os sentimentos religiosos de Francisco José do Nascimento, lembrando as novenas e o altar que mantinha em sua residência em homenagem à “Nossa Senhora de Nazareh”.¹⁶⁸

Na descrição de Issac Amaral, ao contrário da narrativa do jornalista, o prático do porto parece nunca ter deixado de ser retraído, mesmo com o aumento da sua popularidade e após ter se tornado membro da SCL. Morel, contudo, dá a entender que o tempo em que trabalhou nos navios, tendo inclusive aprendido noções de inglês e alemão – dado que não está presente no depoimento do abolicionista –, teria feito com que o jangadeiro perdesse a timidez. Outro ponto interessante é a respeito da devoção religiosa. A santa de adoração do Dragão do Mar, segundo Issac Amaral, era Nossa Senhora de Nazaré, mas, muito mais de acordo com a devoção de milhares de trabalhadores do mar, está Nossa Senhora dos Navegantes. Por isso, Edmar Morel não teve dúvidas, o jangadeiro rendia orações à santa dos pescadores.

¹⁶⁷ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 97.

¹⁶⁸ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 24/03/34.

Mais uma vez o escritor aproxima a figura do Dragão do Mar aos jangadeiros. A glória do herói, contudo, seria determinada por sua viagem à Corte em 1884. É com o título de jangadeiro que trancou os portos do Ceará em 1881 que Francisco José do Nascimento desembarca no Rio de Janeiro em 24 de março de 1884. Edmar Morel reserva um capítulo de seu livro para tratar da passagem de Chico da Matilde na capital do Império. O jangadeiro havia sido convidado pela Sociedade Abolicionista Cearense, agremiação carioca, para participar das festas em comemoração à libertação no Ceará, que ocorreriam no Rio de Janeiro em 25 de março de 1884. Francisco José do Nascimento segue, então, para a capital do Império no navio Espírito Santo, o mesmo que, em 1881, levaria cativos para a Corte, acompanhado de outros dois pescadores e da jangada Liberdade.

A importância dessa viagem no relato do jornalista é evidente. Edmar Morel aproveita as descrições dos festejos na Corte, para demonstrar ao seu leitor a dimensão da repercussão dos feitos de Chico da Matilde. A capital do Império – de onde partiam as ideias abolicionistas; lugar que abrigava personalidades, como José do Patrocínio ou Joaquim Nabuco; onde eram publicados os livros e os mais respeitáveis jornais do período; local que abrigava as decisões mais importantes da política e da economia nacional – foi palco de agitadas comemorações homenageando a abolição em uma província do Império. Convidou para as festas um representante que recebeu todas as congratulações em nome dos participantes da campanha do Ceará. O convocado era um trabalhador do mar, um homem do povo, simples e humilde, tinha conseguido, porém, o que o Rio de Janeiro, mesmo abrigando os maiores intelectuais no período, ainda estava discutindo incansavelmente. Esse discurso foi promovido pelos abolicionistas por meio dos jornais da época, e reforçado pela narrativa de Edmar Morel (1949, p. 151):¹⁶⁹

E com nota de destaque nas festas populares na Corte, em regozijo à primeira alforria em massa feita em terras brasileiras, a população é avisada de que o jangadeiro Francisco José do Nascimento, com dois companheiros, é ali esperado e desfilará ao longo da rua do Ouvidor, reduto negreiro resistindo ao desafio do chamado “Quarteirão Livre”, compreendido entre as ruas Gonçalves Dias e Uruguaiana.¹⁷⁰

Ainda que os festejos tivessem sido organizados por toda a elite intelectual do movimento abolicionista carioca, principalmente pelos cearenses que haviam fixado residência no Rio de Janeiro, e que pertenciam às famílias mais abastadas do Ceará, pois

¹⁶⁹ SANTIAGO, Ana Maria de Almeida. **Repensando a campanha abolicionista**: elite política e cultura política (1881-1889). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1997.

¹⁷⁰ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 151.

podiam manter seus filhos estudando na capital, Morel afirma que as comemorações foram populares, pois contaram com a participação maciça do povo.

Na chegada do navio, no dia 24, foi organizada uma passeata. Os jangadeiros desfilaram pelas ruas do centro da cidade visitando as sedes dos principais periódicos cariocas. O préstito foi acompanhado por uma multidão gritando vivas ao jangadeiro, jogando flores aos seus pés, recitando poemas, e por uma banda de música que alegrava os presentes. “As ruas tomaram aspecto de festa; o povo aglomerava-se e a curiosidade era grande para ver o jangadeiro Nascimento”.¹⁷¹

Alguns periódicos, além de noticiarem os acontecimentos, publicaram edições especiais. Assim fizeram a *Gazeta de notícias* e a *Gazeta suburbana*, que prepararam um folheto com o título *Vinte e cinco de março*; a *Revista ilustrada*, de Ângelo Agostini, também publicou edição especial com duas caricaturas do herói jangadeiro. Além disso, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que contava com alguns alunos cearenses, organizou o folheto intitulado *Acarape* – isso para citar apenas alguns, pois vários outros folhetos, jornais, edições especiais foram produzidos, especialmente, para a ocasião. O artigo *A Terra da Redenção*, conforme o relato de Edmar Morel, foi o texto que glorificou o herói. O escrito trazia em suas páginas uma foto de Francisco José do Nascimento em cada exemplar “[...] cópias fotográficas feitas por Brito e Filho, com oficinas à rua do Hospício, 93”¹⁷² Essa, provavelmente, foi a única fotografia tirada pelo jangadeiro.

Apesar de o livro *Dragão do Mar, o jangadeiro da abolição* não trazer nenhuma imagem do herói produzida em 1884, o volume contém ilustrações antes de cada capítulo. A primeira delas é muito parecida com a fotografia que, provavelmente, serviu como modelo para outros desenhos, tendo sido copiada em muitas outras ocasiões, inclusive no cinquentenário da abolição em 1934, no jornal *O Nordeste*, de onde foi retirada a imagem impressa neste trabalho.

As alegorias feitas por Ângelo Agostini, criadas por ocasião da visita do Dragão do Mar à capital do Império, foram utilizadas em muitas ocasiões em que a memória de Francisco José do Nascimento emergiu. O jornalista aborda o assunto ressaltando alguns traços da biografia de Agostini, destacando a fama de libertador convicto e dizendo que o dono da *Revista ilustrada* “deve figurar no Panteão do Abolicionismo”¹⁷³. O autor afirma

¹⁷¹ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 151.

¹⁷² Ibid., p. 155.

¹⁷³ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 157.

também que o pintor publicou duas edições do periódico sobre o assunto, “[...] fixando-o em duas magníficas alegorias, uma na capa do magazine [...]”¹⁷⁴



*Pintura da capa da Revista Ilustrada nº 376 de 12 de Abril de 1884.
(Acervo de obras raras da Biblioteca Nacional)*

Esses documentos e imagens, produzidos na época, tornaram a abolição do Ceará e o Dragão do Mar, fato e personagem conhecidos nacionalmente. Além disso, foram utilizados como propaganda do movimento abolicionista carioca.¹⁷⁵ Assim, um perfil e uma memória do jangadeiro foram forjados pelos escritos produzidos com o objetivo de glorificar as ações

¹⁷⁴ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 157.

¹⁷⁵ Sobre as caricaturas de Angelo Agostini consultar: KUKLINSK, Washington. O traço e a pena a campanha abolicionista de Angelo Agostini na Revista Ilustrada (1884-1888). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – no prelo.

cearenses, elevando à categoria de herói um simples jangadeiro. “Evidentemente, a popularidade do ‘Dragão do Mar’ serve de pretexto para intensificar a campanha abolicionista [...]”¹⁷⁶ Esses periódicos foram consultados pelo jornalista, para tratar da notoriedade do jangadeiro nas comemorações da libertação dos escravos do Ceará na capital do Império. Descrever a forma como o Dragão do Mar havia sido homenageado pelas principais personalidades ligadas ao abolicionismo na época era lembrar aos leitores a importância de suas ações e a manutenção da memória em torno de uma figura que representava a força e a coragem de um pobre trabalhador.

Seguindo as exposições dos jornais cariocas, Edmar Morel narra a chegada de Francisco José do Nascimento, com toda a pompa. Informa ainda sobre todos os eventos nos quais o Dragão do Mar esteve presente, as visitas feitas a personalidades ilustres, os prêmios recebidos, as passeatas realizadas no período de sua estada na corte, de 24 de março até o dia 20 de abril de 1884.

Na versão do jornalista, não se encontram referências ao fato de Francisco José do Nascimento ter conduzido a jangada depois de ancorado o navio. Conforme narra o escritor, os três jangadeiros foram transportados até o cais por uma lancha, acompanhados de membros da Sociedade Abolicionista Cearense, que, em comissão, foram recepcionar os pescadores. Edmar Morel, transcrevendo um trecho do *Jornal do comércio*, cita os nomes dos outros dois acompanhantes do Dragão do Mar: eram Francisco José Alcantara e José Felix Pereira Barbosa. Além dos nomes, não existem outras informações sobre os companheiros do jangadeiro em nenhuma outra fonte consultada para este trabalho. A escrita da História do Ceará, com exceção do livro de Edmar Morel (1949), não cita os nomes dos outros dois personagens. Com relação à visita de Chico da Matilde à Corte, o escritor conclui:

As recepções se sucedem, as solenidades entram pela madrugada e um homem perde seu nome, quase que de maneira definitiva. Deixa de existir o Francisco José do Nascimento para aparecer o “Dragão do Mar”. No Politeama Fluminense, são realizadas outras festas em sua homenagem, com representações teatrais, cânticos ao ar livre, quermesses e concertos por bandas marciais.¹⁷⁷

Sem dúvida, a viagem ao Rio de Janeiro proporcionou a fama do jangadeiro e, muito provavelmente, o codinome Dragão do Mar foi criado durante sua estada na corte: “Dragão do Mar – é o nome pelo qual Chico da Matilde vê-se aclamado na corte”.¹⁷⁸ Edmar Morel dá a entender que a alcunha foi inventada durante a viagem. Não se encontram outras

¹⁷⁶ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 158.

¹⁷⁷ Ibid., p. 156.

¹⁷⁸ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 156.

fontes que indicassem se o nome havia sido atribuído antes ou depois da viagem. O fato é que desde a passagem pela Corte, Francisco José do Nascimento foi chamado pelo apelido Dragão do Mar.

Para o escritor não era suficiente, simplesmente, descrever os lugares e situações pelas quais o jangadeiro passou durante aquela viagem. Era importante, também, expor os sentimentos vivenciados pelo herói. Dessa forma, Edmar Morel (1949, p. 155) diz que uma das primeiras providências que o jangadeiro tomou ao desembarcar foi escrever um telegrama à sua esposa: “O seu velho está tonto com as festas e com os cumprimentos de tanta gente importante. Como vai a nossa filha? Diga aos companheiros Isaac Amaral e José Marrocos que a festança foi de arromba e o nome da nossa querida sociedade foi muito vivado [...]”.¹⁷⁹ A linguagem coloquial empregada pelo escritor diverge completamente de um telegrama enviado em 25 de março de 1884, assinado por Francisco Nascimento e publicado no dia 1º de abril de 1884, no jornal *Libertador*.¹⁸⁰

Percebe-se, na narrativa memorialística publicada em 1949, a tentativa de humanizar o grande homem da abolição. Dessa forma, o jornalista, em vez de seguir o tom informativo, dado pelo telegrama publicado no *Libertador* em 1884, diz que a maior preocupação do praieiro era com sua família. Além disso, com essa passagem, Morel dá voz ao personagem, ao contrário das fontes oficiais, ou mesmo do tom impessoal da mensagem publicada no *Libertador*. Era o próprio Chico da Matilde que, de uma maneira simples, se comunicava com os seus. Mesmo que tenha existido mais de uma correspondência, e que o líder dos jangadeiros tivesse de fato se comunicado com a esposa e também com seus companheiros de campanha, o telegrama escolhido pelo jornalista revela a intenção do escritor ao privilegiar uma mensagem em detrimento da outra.

Fica claro, no relato de Edmar Morel, uma constante tentativa de classificar a greve como um ato revolucionário, sem qualquer ligação ou aprovação do governo instituído. Entretanto o dia escolhido para a libertação dos escravos foi o dia 25 de março, mesmo dia em que, em 1824, foi proclamada a Constituição Política do Império. Levando em consideração que essa escolha não foi inocente e que, com ela, os participantes do movimento abolicionista pretendiam esclarecer que, apesar de serem libertadores, não se opunham ao poder instituído.

¹⁷⁹ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 155.

¹⁸⁰ “Recepção em delyrio, praças e ruas juncadas de povo, flores bandeiras, discursos, poesias, vivas. Saúde perfeita. Todos os jornaes recepção brilhante. Hoje sessão solemne no Congresso Gymnastico Portuguez a uma hora representação ao Imperador no cortejo por uma comissão dos Drs. Moura Brazil, Álvaro Oliveira e José Avelino Penna de Aguiar, medalha de ouro Rio de Janeiro alegre, festivo, entusiasta Abolicionista Cearense grandemente correspondida pela população da Corte. Francisco José do Nascimento”. JORNAL LIBERTADOR. Fortaleza, CE, 01/03/1884.

A preferência pelo dia 25 de março ligava a data que estava sendo instituída em 1884 à principal data comemorativa que legitimava o Império. Ou seja, por mais que o escritor tente afastar os partidários da libertação dos escravos, dos governantes, no momento em que a campanha abolicionista era divulgada, houve por parte desses partidários uma aproximação com o Império, buscando-se, assim, legitimar o movimento. Desse modo, a Sociedade Abolicionista Cearense aproveitou as comemorações do aniversário da Constituição Política do Império, para propagar as festas da abolição no Ceará:

Findo o cortejo cívico em regozijo pela passagem do 69º aniversário da Constituição Política do Império. S. M. o Imperador recebeu a comissão da Sociedade Abolicionista Cearense, composta dos drs. José Avelino, Moura Brasil e Alvaro de Oliveira, a qual entregou ao mesmo Augusto Senhor uma pena de águia, uma medalha de ouro comemorativa e um exemplar da lenda cearense “Iracema”, de José de Alencar.

Sua Majestade e a Princesa Imperial partiram às 3 horas da tarde, para Petrópolis, sendo que, duas horas antes, tinham início no Congresso Ginástico Português os festejos oficiais, onde a chegada do “Dragão do Mar” constitui verdadeira apoteose. D. Pedro II não vê, sequer, o jangadeiro.¹⁸¹

Segundo o relato de Edmar Morel, o imperador teria recebido a comissão da Sociedade Abolicionista Cearense, aceitando os presentes ofertados: pena de águia, medalha de ouro e um exemplar do livro *Iracema*. A solenidade organizada no Congresso Ginástico Português é descrita como uma das mais importantes pelo escritor, que não se esquece de chamar atenção para a presença “[...] de damas da alta sociedade, gente nobre, senadores e deputados [...]”¹⁸² Além da medalha entregue ao imperador, foram entregues outras cinco medalhas: a Dragão do Mar, a João Cordeiro, a José Correia do Amaral, ao jornal *Gazeta da tarde* e a José do Patrocínio. A medalha, além de conferir um prêmio, símbolo de uma conquista, sendo de ouro, pode significar o valor do ato realizado, pois é feita de um material que suporta a ação dos anos. A condecoração de ouro garante a preservação da memória. As medalhas cunhadas para aquela ocasião foram criadas para lembrar os acontecimentos, bem como os responsáveis pelo fato digno da comenda recebida.

Com relação ao fato de Francisco José do Nascimento não ter sido recebido pelo imperador, encontra-se outra divergência consultando o jornal *Libertador* de 23 de abril de 1884:

O nosso amigo Francisco José do Nascimento hontem (7 do corrente) foi ao Paço de São Cristovão comprimentar S.M. o Imperador e o Grande brasileiro prestou-lhe

¹⁸¹ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 163.

¹⁸² Ibidem.

muita atenção conversando com o rústico homem do povo por mais de 20 minutos sobre o assunto que lhe pende à todos nós; isto é, sobre a abolição do Ceará. Foi importante essa conferência: parabéns a nossa Libertadora Cearense.¹⁸³

Esse desacordo entre as narrativas pode parecer apenas um detalhe sem importância. Porém, refletindo sobre as diferenças entre os contextos históricos, a visita ou não de um homem do povo ao chefe mais importante da nação pode explicar como as lembranças são utilizadas na construção de um discurso que serve ao presente. Ou seja, em 1884 era significativo que o Dragão do Mar tivesse sido recebido pelo imperador. Esse fato reforçava a campanha abolicionista, mostrando que até mesmo o Poder Moderador já mostrava certa abertura para o problema da libertação dos escravos. Além disso, a visita do jangadeiro ao soberano conferia respeito e notoriedade ao pescador cearense.

Por outro lado, o fato de Edmar Morel atestar que Chico da Matilde não esteve com o imperador está de acordo com outros trechos do livro em que o jornalista dá a entender que a ação dos libertadores foi revolucionária e que, não só o poder instituído não ajudava, como não havia nenhuma simpatia por parte do mesmo governo para com os abolicionistas cearenses. Para Morel os participantes do movimento abolicionista não lutavam somente contra a escravidão, mas se opunham também ao Império. Ainda que o escritor estivesse se referindo apenas ao dia 25 de março, e não aos outros dias que Chico da Matilde passou no Rio de Janeiro, não existe nenhuma indicação na biografia do Dragão do Mar afirmando que ele esteve com D. Pedro II. Insistindo no caráter sedicioso da abolição cearense, e relembando os feitos passados, Morel parece indicar que, no presente em que vive, atos e pensamentos revolucionários podem produzir o mesmo efeito alcançado pelo Ceará em 1884.

As solenidades que contavam com a presença do jangadeiro não pararam. Foram jantares, saraus, apresentações, visitas e passeatas que encheram de compromissos os dias de Nascimento na capital carioca. Em um desses desfiles, a “Marche aux flambeaux”, acompanhado por bandas de músicas e levando à frente o Dragão do Mar, foram percorridas as ruas centrais da cidade com o povo aos gritos, chamando o nome do pescador. Nessa ocasião, foi oferecida uma subscrição pública ao praieiro, ou seja, foi ofertada uma quantia em dinheiro em benefício de Chico da Matilde. Em atitude digna de um herói, Nascimento se negou a receber, respondendo, segundo seu biógrafo: “Muito obrigado! Sou um homem pobre e não vim à Corte por causa de dinheiro. Por que não comprem a carta de liberdade de dois ou três escravos com esta importância.”¹⁸⁴ Com a recusa, Edmar Morel reforça a ideia de que, mesmo recebendo tantas homenagens, convivendo com pessoas acima de sua condição social,

¹⁸³ JORNAL LIBERTADOR. Fortaleza, CE, 23/03/1884.

¹⁸⁴ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 165.

sendo condecorado com a medalha de ouro, Chico da Matilde não tinha perdido sua honestidade, era um homem humilde e modesto. Além de não aceitar, ele ainda sugeriu que fosse comprada a alforria de escravos com aquele dinheiro. Esse episódio garante idoneidade ao personagem biografado, corroborando para que fosse lembrado como honesto e caridoso.

Um último acontecimento narrado pelo jornalista, programado para alguns dias antes da partida de Francisco Nascimento e que seria realizado depois de mais um desfile cívico, chama atenção. A jangada Liberdade, que havia sido transportada pelo vapor Espírito Santo, iria ser entregue ao Museu Nacional. Para abrilhantar a ocasião, foi organizada uma marcha que teve início na Rua da Quitanda às 18 horas e que contou com o acompanhamento de “senhoritas conduzindo pétalas de rosas”¹⁸⁵. Os objetos, quando passam a fazer parte de um acervo museológico, ganham um novo significado. Assim, a embarcação simbolizava não apenas um meio de trabalho para os pescadores do norte, mas, sobretudo, lembrava a greve dos jangadeiros e a vitoriosa campanha abolicionista no Ceará. No discurso do diretor do Museu Nacional, Landislau Neto, os argumentos para receber o exemplar demonstram o sentido daquela doação naquele momento:

Esta jangada é mais do que um espécime valioso às coleções etnológicas, porque não lembra simplesmente o papel arrojado em que os primeiros filhos da terra do Norte aventuraram-se destemidos ao oceano, até perderem de vista as costas da Pátria. Esta modesta jangada vem perpetuar também e sobretudo aos olhos da população da Capital Federal, o primeiro golpe vibrado ao monstro da escravidão, por um descendente dos heróicos e indomáveis Tupinambás.¹⁸⁶

Por esse motivo, a jangada merecia estar sob a guarda de um museu. Contudo, conforme relata Morel, a embarcação desaparece no momento em que seria entregue. Esse fato ocasionou um incidente entre o diretor do Museu Nacional e o conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Agricultura, que pede explicações a Landislau por ter aceitado receber a jangada em um estabelecimento público e por simpatizar com a causa abolicionista. Ainda segundo o biógrafo do Dragão do Mar, a embarcação é levada para o depósito da marinha, de onde desapareceu. O autor não perde tempo e acusa a monarquia:

O Imperador com a sua tão propalada magnanimidade, com uma medalha de ouro abolicionista ao peito, cruza os braços diante da agitação causada pelos seus portavozes no Parlamento. A monarquia sente-se desprestigiada pelo gesto de um funcionário em receber a “Jangada Libertadora”.¹⁸⁷

¹⁸⁵ MOREL, Edmar. **Dragão do mar: o jangadeiro da abolição**. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 166.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 167.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 170.

O fato é que houve uma tentativa frustrada em conservar da ação do tempo um objeto importante para a memória do processo abolicionista no Brasil. Naquele momento, essa certamente não era uma lembrança que merecia ser preservada na visão de alguns escravocratas que ocupavam cargos políticos, ou tinham seus defensores no parlamento. Na opinião de Edmar Morel, pelo contrário, a jangada Liberdade e o jangadeiro Dragão do Mar mereciam um lugar de honra na história da nação.

A história de vida de Francisco José do Nascimento contada pelo jornalista em 1949 não termina com os pormenores de sua viagem à Corte em 1884. Outros fatos pitorescos sobre Chico da Matilde são privilegiados pelo autor na tentativa de fornecer dados até então inéditos, ou pouco conhecidos, dos acontecimentos que marcaram a existência do jangadeiro ilustre. Um deles é a patente de Major-Ajudante de Ordens do secretário geral do Comando Superior da Guarda Nacional do Estado do Ceará, recebida pelo Dragão do Mar no dia 4 de dezembro de 1890.

A Guarda Nacional fora criada ainda no Império. Logo no início, desempenhou a função de manter as determinações da Constituição outorgada. Como em suas fileiras eram aceitos apenas cidadãos com uma renda mínima, a Guarda chegou a ser considerada tropa de elite. O escritor relata ainda que seu uniforme chamava atenção, com as “[...] cores azul e vermelho, dragonas, botões enfileirados e os punhos de festões... o próprio quepe, estilo Exército Francês, dá maior beleza ao uniforme.”¹⁸⁸ A Guarda Nacional esteve presente também na Guerra do Paraguai. O escritor relata, porém, que, com a distribuição de patentes “a granel”, a ordem foi desmoralizada no Império, sendo reformulada na República, quando o jangadeiro recebe sua patente.

O jornalista demonstra com esse relato que, mesmo após a mudança de governo, Chico da Matilde é reconhecido por seus feitos. “Francisco José do Nascimento, como Major, presta uma bela folha de serviços à Nação, dentro de suas possibilidades. Ei-lo pelas ruas de Fortaleza, envergando o bizarro uniforme, com luvas brancas e de espada presa ao braço, arma que o faz separar, nos dias de chuva, do seu guarda-chuva preto”¹⁸⁹ Os relevantes serviços prestados pelo Dragão do Mar, agora com a sua patente de major da Guarda Nacional, segundo o escritor, são os feitos realizados por Nascimento quando, em 1892, acontece a segunda Revolta da Armada na capital federal. Esse acontecimento agitou o cenário político na província cearense. Naquele momento, o jangadeiro luta pela manutenção

¹⁸⁸ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 194.

¹⁸⁹ Idem.

dos chefes políticos locais e contra os revoltosos. Por esse trabalho, Nascimento recebe uma carta de agradecimento do comandante da Guarnição Federal em Fortaleza, Tenente Coronel Henrique Augusto Eduardo Martins.

De abolicionista que liderou a greve dos jangadeiros em 1881, Edmar Morel transforma o praieiro em republicano convicto, que, movido por sentimentos patrióticos, teria trabalhado em prol da nação, pois nem mesmo o dinheiro do frete de suas embarcações, que ajudaram na segurança do porto, foi aceito por Francisco José do Nascimento. Conforme o relato do jornalista ele negou uma “[...] gratificação por trabalhos dispensados à ordem. No velho praieiro, de alma rústica e de sentimentos sempre voltados para a sua pátria, só há renúncia de espírito e de sacrifício.”¹⁹⁰ Qualidades inerentes a um verdadeiro herói, que não se perderam ao longo do tempo; pelo contrário, quanto mais velho, mais virtuoso e sábio, torna-se o grande homem.

Um último episódio marcaria a vida do “modesto” jangadeiro. Em janeiro de 1904, vários pescadores cearenses foram sorteados para servir ao Exército. Dentre eles, estavam pais de família. Os praieiros deveriam embarcar no dia 03 de janeiro. O edital de convocação havia sido publicado com 72 horas antes do embarque, porém, novamente seguindo as recomendações de Francisco José do Nascimento, o porto para:

“Dragão do Mar, sozinho, vai à praia e chama a turma de amotinados, composta de gente do mar, à frente os catraieiros.

- Ninguém embarca!”

A ordem de Nascimento ecoa como um grito de salvação e de alento, ao longo das palhoças da praia do Peixe. O seu protesto tem um sentido humano e nunca de insubordinação. Como separar um chefe de família, deixando os filhos e a mulher na miséria? Por que não embarcavam os moços solteiros?¹⁹¹

No dia reservado para o embarque dos alistados, Nascimento seguiu para o porto a fim de garantir uma nova paralisação das jangadas que levariam os catraieiros a bordo. A polícia se preparou para forçar o embarque, e os soldados da Escola de Aprendizes e Marinheiros foram armados com carabinas. Os trabalhadores teimaram em não embarcar, com pedras e paus nas mãos. Os marinheiros começaram então a atirar. Várias pessoas foram atingidas. Das 200 que estavam no cais, 90 ficaram feridas, e quase dez morreram durante o tiroteio. Edmar Morel narra o caso enfatizando a brutalidade dos algozes, dando destaque, sobretudo, às ações do Dragão do Mar diante dos acontecimentos. “Nascimento em pessoa socorre os feridos, ajudando a sua remoção para a Santa Casa. Outros são recolhidos em casa

¹⁹⁰ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 202.

¹⁹¹ Ibid., p. 209.

de família, sob a proteção das lojas maçônicas. Ao todo são 90, alguns com amputação de pernas e braços.”¹⁹²

Esse ato seria o último esforço de coragem pelo qual Francisco José do Nascimento deveria ser lembrado. Chega-se ao final do relato do jornalista, que procurou enaltecer a figura do Dragão do Mar privilegiando alguns feitos, modificando outros e esquecendo detalhes sobre a biografia do jangadeiro. Chega-se, também, ao final da vida do grande herói da abolição.

Na ocasião em que foi premiado com a patente de major, costumava usar seu uniforme de gala em dias especiais. Conforme a narrativa do jornalista, chegou a ser zombado por utilizar a vestimenta, segundo a transcrição do diário pessoal do Dragão do Mar: “Nunca pensei passar por uma vergonha como a de hoje. Fardado de oficial superior da gloriosa Guarda Nacional, ao passar pela Praça do Ferreira, um grupo de senhores mangou de mim.” Os sintomas do esquecimento pareciam atingir seus coprovincianos mesmo antes de sua morte. Depois de todos os serviços prestados à sua pátria: “[...] conhece o menosprezo, a ponto do Barão de Studart, que era história viva do Ceará, no seu famoso, Dicionário Bibliográfico, não tomar conhecimento da vida do praieiro [...]”¹⁹³ Quando o dicionário foi publicado em 1909, o jangadeiro ainda era vivo, mesmo assim o Barão não dedica nenhum verbete ao chefe da greve dos praieiros.

No dia 5 de março de 1914, Francisco José do Nascimento, o jangadeiro Chico da Matilde, que ficou conhecido como Dragão do Mar, morre em Fortaleza. No ano e mês em que falece o herói, a cidade estava passando por uma revolução. É nesse período que ocorre a derrubada do governo de Franco Rabelo. Uma tropa organizada pelas forças de Floro Bartolomeu e pelo Padre Cícero atinge a cidade na tarde do dia 5 de março:

O ancião arqueja com dificuldade. O reitor do Seminário, ajoelhado à sua cabeceira, confessa o moribundo. Às 20 horas, ao vozeirão das comadres que rezam um Bendito das Almas, Francisco José do Nascimento deixa a cabeça cair para um lado pela última vez. Está morto o herói da ralé.

Assim Edmar Morel (1949, p. 213) descreve os últimos suspiros do Dragão do Mar. Em virtude da agitação da cidade, a Santa Casa de Misericórdia negou-se a fornecer o coche e o padre. Segundo o autor, por covardia, não se compareceu ao enterro; apenas quatro pessoas seguraram o caixão:

É todo o acompanhamento do enterro do ídolo. Atrás dos quatro homens, com passos cadenciados, vem um pelotão do Exército e a tropa de Aprendizes e

¹⁹² MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 211.

¹⁹³ Ibid., p. 203.

Marinheiros, que prestam honras. Nenhum companheiro da “Libertadora” acompanha o ataúde, que atravessa ruas e praças desertas, ante um sibilar de balas. É o tiroteio que dura há 10 dias, na sua fase culminante.

Termina assim a vida de um homem da plebe que desfilou pelas ruas da Corte, numa apoteose que só os gênios conhecem. E como gratidão da sua terra, a decadente Aracati, apenas isto:

- Beco Chico da Matilde.¹⁹⁴

Para Edgar Morel, o Dragão do Mar morreu no esquecimento. Mesmo que o autor acreditasse que Francisco José do Nascimento não tenha sido lembrado, o mesmo não se pode dizer das histórias contadas por seu livro. Consultando o arquivo do jornalista na Biblioteca Nacional, verificou-se que o autor guardou cuidadosamente as várias críticas positivas à sua biografia. No jornal *O povo* de 1949, portanto no ano do lançamento do livro, foi publicada uma reportagem sobre a venda de livros em Fortaleza. Peri Augusto, autor da matéria intitulada *O ano morto não deixou saudades aos livreiros*, alerta para o baixo consumo do artigo entre os fortalezenses. Entretanto, em sua narrativa existem algumas exceções, entre elas está o livro sobre o jangadeiro Nascimento: “Nenhum desses livros, todavia superou em vendas o do repórter Edmar Morel, ‘Dragão do Mar, o jangadeiro da abolição’, que é indiscutivelmente excelente obra de reportagem, valendo como subsídio precioso para a história da abolição do cativo, uma das mais brilhantes da vida política cearense”.¹⁹⁵

O jornalista afirma, em sua autobiografia, que o livro publicado em 1949 não foi tão bem sucedido como demonstra a reportagem de Peri Augusto. “Pela má qualidade do papel e péssima distribuição, o livro redundou num fracasso de vendas. Entretanto, teve mais de cinquenta críticas favoráveis e, incrível como pareça, foi radiofonizado pela BBC de Londres em 1951”.¹⁹⁶

O fato é que mesmo não sendo um *best seller*, o livro foi revisado e reeditado pela editora Civilização Brasileira com o título *Vendaval da liberdade*, em 1967. Em 1988, com o mesmo título, foi publicado pela Global Editora. Essa 3ª edição foi impressa por ocasião dos cem anos da Lei Áurea. Além dessas duas edições posteriores, a história do pescador cearense foi usada como referência por vários estudiosos do tema. Os livros *História da abolição no Ceará* (1956), de Raimundo Girão, e *Um herói sem pedestal* (1959), de Roberto Átila do Amaral, por exemplo, fazem alusão ao volume. Citam-se as duas obras por pertencerem ao período da pesquisa e por terem sido utilizadas como fonte neste trabalho. Os escritos do jornalista, contudo, serviram de base para artigos e inúmeros textos sobre o Dragão do Mar, pois o opúsculo é a única biografia publicada sobre o herói.

¹⁹⁴ MOREL, Edmar. **Dragão do mar**: o jangadeiro da abolição. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949. p. 213.

¹⁹⁵ JORNAL O POVO. Fortaleza, CE, 07/01/50.

¹⁹⁶ MOREL, op. cit., p. 155.

O programa difundido pela rádio inglesa, no entanto, não foi o primeiro programa sobre Nascimento. No dia 13 de maio de 1949, a Ceará Rádio Clube, em comemoração à inauguração dos seus novos estúdios, apresentou um programa baseado no livro recém-lançado do jornalista Edmar Morel:

Trata-se de uma história radiofonizada em torno da vida heróica de Dragão do Mar, que foi escrita especialmente pelo jornalista Orlando Mota, que nos conta, num estilo agradável, os lances mais emocionantes da vida do jangadeiro José do Nascimento, herói da abolição dos escravos. O programa, que é baseado no último livro de Edmar Morel, se intitula “Dragão do Mar, jangadeiro da Abolição” e será apresentado às 21:10 hs., com a participação de todo o grande “cast” radioteatral da Ceará Rádio Club.¹⁹⁷

A dramatização da biografia de Chico da Matilde por meio das ondas da PRE-9, além de revelar a popularidade do tema, indica novamente o potencial das datas comemorativas em rememorar feitos passados. Como a data da inauguração aconteceu no mesmo dia em que se comemorava a Lei Áurea, nada mais apropriado que apresentar um programa que exaltava a participação cearense no processo abolicionista.

Edmar Morel não cita, em sua autobiografia, o programa da Ceará Radio Clube. Já a transmissão da BBC é lembrada pelo autor no momento em que narra sua viagem à Europa. Segundo o jornalista, os direitos autorais vendidos para a “maior *broadcasting* do mundo” renderam ao escritor quatrocentas libras esterlinas, quantia com a qual comprou uma televisão, uma geladeira e pagou as férias da família em São Lourenço. Morel afirma ainda que, depois da iniciativa da BBC, o Ministério da Educação e Saúde, provavelmente em 13 maio de 1951, decide radiofonizar seu livro, porém, ao contrário da rádio londrina, o Ministério nada pagou pelos direitos autorais do escritor. “Os direitos autorais em nosso país sempre foram burlados, inclusive pelo governo. Usar o texto dos escritores sem a devida autorização é coisa do cotidiano”.¹⁹⁸

No mesmo ano em que o programa da Ceará Rádio Clube foi ao ar, ou seja, em 1949, outra iniciativa, desta vez cinematográfica, teve como tema a história de Francisco José do Nascimento. O filme deveria ser terminado em 1949, mas já estava nos planos do cineasta Raul Roulien¹⁹⁹ desde 1947, portanto antes do lançamento do livro de Edmar Morel.

¹⁹⁷ Recortes de Jornal 13 de Maio de 1949 – Acervo Edmar Morel, Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Localização 25, 3, 3, nº 4.

¹⁹⁸ MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 180.

¹⁹⁹ Raul Pepe Alcoti Gil (Raul Roulien) nasceu no dia 08 de outubro de 1905 no Rio de Janeiro. Iniciou a carreira artística aos três anos, foi ator de teatro e cinema. Em 1931, chega à Nova York, no mesmo ano é contratado pela FOX Film. Atuou em vários filmes hollywoodianos. Em 1937, retorna ao Brasil com o intuito de organizar o cinema brasileiro, dirigiu e interpretou personagens até a década de 1950. Fonte: REVISTA RETROSPECTIVA. Cinemateca do Museu de Arte Moderna. Rio de Janeiro, 1970.

Jangada era o primeiro longa de uma série de seis que seriam produzidos no Brasil em português e espanhol. Os filmes deveriam conter histórias exclusivamente brasileiras: “O nosso primeiro filme será ‘Jangada’, um épico do jangadeiro, do qual muita coisa já foi realizada nos estúdios de Hollywood. Em ‘Jangada’ terminou Roulien, o ‘back ground’ musical será todo folclórico”.²⁰⁰

Firmino Holanda, historiador e estudioso do assunto, afirma, em reportagem ao jornal *O povo* em agosto de 1997, que o roteiro foi escrito pelo diretor Roulien, baseado em informações históricas fornecidas por Edmar Morel e Raimundo Magalhães Jr.²⁰¹ Segundo o mesmo pesquisador, os diálogos foram escritos por Raquel de Queiroz, mais uma cearense que contribuiu com o filme épico:

O filme trataria do histórico movimento libertador levado a efeito no Ceará, nos fins do século 19, quando um punhado de bravos, capitaneados pelo vulto legendário Dragão do Mar, se ergueu contra o tráfico de escravos, pronunciando a frase patriótica: no Ceará não se embarcam mais escravos. Haveria uma dupla romântica permeando o conflito histórico. Fada Santora faria a “mocinha”; e Orlando Guy, o “mocinho”, rebelde e valentão.²⁰²

O filme não chegou a ser terminado. Em 1949, quando estavam sendo filmadas as últimas cenas, um incêndio consumiu os rolos guardados num depósito no estúdio da Pan Filmes do Brasil. Apesar de se encontrarem poucas referências sobre o roteiro, já que o diretor, na época, tentava manter em segredo detalhes sobre a película, pode-se perceber, mediante reportagem publicada em 1997, e por alguns depoimentos divulgados pelo próprio diretor na época em que o filme estava sendo rodado, que o desejo de Roulien com o projeto era fomentar a indústria cinematográfica nacional e divulgar, no país e fora dele, costumes, lugares e tipos nacionais. Mesmo com poucos dados sobre o trabalho realizado pelo diretor, o que importa para a presente pesquisa é perceber como a história do jangadeiro que teria liderado a greve em 1884 ganha importância e divulgação nacional no final da década de 1940. Interessante observar que, para divulgar o país, Raul Roulien escolheu falar sobre o processo de libertação dos escravos no Ceará.

A escolha do tema não foi aleatória, o próprio Firmino Holanda dá indícios de que o diretor havia proposto executar o projeto como resposta à iniciativa de Orson Welles. O diretor americano veio ao país em 1942 filmar *It's all true*, que contava a história dos

²⁰⁰ Recortes de Jornal O Globo, de 15/04/47 – Acervo Edmar Morel, Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Localização 25, 3, 3, nº4.

²⁰¹ Raimundo Magalhães Jr. Nasceu em Ubajara (CE) em 12 de fevereiro de 1907 e faleceu no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1981. Jornalista, biógrafo e teatrólogo, ocupou a cadeira 34 na Academia Brasileira de Letras. Fonte: <http://www.academia.org.br>

²⁰² JORNAL O POVO. Fortaleza, CE, 03/08/97.

jangadeiros que viajaram de Fortaleza ao Rio de Janeiro. Em carta publicada no jornal *A noite* em 5 de outubro de 1942, o diretor fala sobre a possibilidade de terminar o filme começado por Wells naquele mesmo ano: “Filmar coisas do Brasil com a preocupação de um turista hábil, que procura novidades para um determinado público de concepção formada quanto à nossa realidade, é coisa que eu não faria.”²⁰³ Para Roulien, portanto, o diretor americano procurou mostrar fatos pitorescos, e não contemplou o cotidiano social dos jangadeiros.

Mostrar o dia a dia, os hábitos e os costumes dos pescadores cearenses era o objetivo do diretor com o filme *Jangada*. Ainda que o romance não tenha chegado às telas do Brasil, e principalmente do mundo, as memórias sobre o jangadeiro Chico da Matilde, mais uma vez, são retomadas com o objetivo de reforçar o sentimento nacional.

O livro do jornalista Edmar Morel propagou uma memória do Dragão do Mar diferente da lembrança do jangadeiro divulgada entre os anos 1920 e 1930. Talvez, por esse motivo, o escritor tenha afirmado, logo no início do seu trabalho, que Francisco José do Nascimento não havia sido devidamente rememorado por seus feitos. De fato, o herói do povo e ralé, como faz questão de reforçar o autor, não tinha sido reconhecido até então como o principal responsável pela paralisação do porto. Além disso, mesmo que para alguns cearenses o Dragão do Mar fosse considerado o grande herói da greve, a memória do jangadeiro estava restrita ao âmbito regional. Até então, não era respeitado e lembrado como um herói nacional. É desse esquecimento que Edmar Morel pretende livrar o Dragão do Mar.

O esquecimento de José Napoleão e a glorificação de Francisco José do Nascimento, por parte do autor, evidenciam de que maneira a biografia contribuiu para consolidação de Chico da Matilde como herói. Essa conclusão não significa que o lugar do Dragão do Mar deveria na verdade ser ocupado por José Napoleão. As discussões realizadas ao longo deste capítulo procuraram observar, os motivos que levaram a glorificação de José do Nascimento e o esquecimento de José Napoleão, desconstruindo o próprio significado de herói, e não substituindo um pelo outro.

²⁰³ Recortes de Jornal A Noite, de 05/10/42 – Acervo Edmar Morel, Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Localização 25, 3, 3, nº 4.

3 UM LUGAR NO MUSEU HISTÓRICO: MEMÓRIA DOS OBJETOS E DA ESCRITA DA HISTÓRIA

3.1 O Dragão do Mar no Museu Histórico do Ceará

A década de 1930 se mostrou fértil em iniciativas de incentivo a programas culturais que dessem atenção ao passado histórico da nação. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2007), o governo autoritário se apropriou de uma determinada interpretação dos fatos e personagens históricos, procurando justificar sua atuação no presente. Era importante, naquele momento, enfatizar os empreendimentos de centralização do país, procurando dar destaque aos principais responsáveis por tal iniciativa no passado.²⁰⁴

Mesmo que o projeto iniciado com o golpe de 1930 tenha apostado em um possível “espírito nacional”, ou seja, em uma característica que homogeneizava o brasileiro, não deixou de integrar propostas que tinham como intuito rememorar fatos e personagens passados de uma determinada região. O discurso regional, portanto, fazia parte da construção de uma identidade nacional naquele período. Cada espaço geográfico procurou afirmar seus vultos históricos, construindo seu panteão em torno dos fatos dignos de serem lembrados. Assim aconteceu com o bandeirante em São Paulo, com o gaúcho dos pampas, com o vaqueiro e o jangadeiro no Nordeste, dentre outros. Cada região elegeu seu tipo, bem como garantiu a rememoração de seus heróis. É nesse contexto histórico que, em 1932, é inaugurado o Museu Histórico do Estado do Ceará (MHC). Conforme aponta Cristina Holanda (2005, p. 23), o Museu colaborou para “[...] a consolidação de uma narrativa engrandecedora do Ceará, projetando o nome do estado e integrando-o à história do Brasil [...]”²⁰⁵

Ao abordar a implantação do MHC, dirigido em seus primeiros dez anos de existência por Eusébio de Sousa²⁰⁶, Holanda evidencia a obstinação do diretor em angariar

²⁰⁴ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-64.

²⁰⁵ HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu Histórico do Ceará**: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942). Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2005. p. 23.

²⁰⁶ Eusébio Neri Alves de Sousa nasceu em Recife em 14/08/1883. No ano de 1907, formou-se em Direito. Um ano depois, mudou para o Ceará, onde constituiu família e passou a viver desde então. Foi juiz de direito e trabalhou em várias comarcas no interior. Em 1927, fixa residência em Fortaleza trabalhando como advogado. Como jornalista, teve atuação destacada de redator-chefe do jornal Gazeta de Notícias. Em 1928, entra para o

doações para a nova instituição, de maneira que, nos primeiros anos de funcionamento do Museu, foi desenvolvida uma campanha de arrecadação de todo e qualquer objeto considerado importante para a memória da nação e do estado. O Museu do Ceará, como outras instituições congêneres naquele período, torna-se o altar de adoração de um passado grandioso e digno de consagração.

As iniciativas do então diretor foram ancoradas por investimentos públicos na área cultural. Essa política de incentivo ao patrimônio histórico e cultural está de acordo com uma tendência observada na década de 1930, quando estava sendo de fato consolidado o regime republicano e a identidade nacional.²⁰⁷ Em agosto de 1933, Eusébio de Sousa, no intuito de enriquecer as paredes do Museu, envia um ofício ao prefeito de Fortaleza, na época Raimundo Girão, requisitando um quadro histórico:

No propósito em que estou de, pelos meios ao meu alcance, trazer para as galerias do Museu Histórico toda a documentação histórica porventura ainda existente no Estado. Venho pedir a V. Excia. a transferência para o dito Museu do quadro comemorativo representando o ato da libertação dos escravos da capital, no memorável dia 24 de maio de 1883, pintado pelo artista conterrâneo José Irineu de Sousa, o qual presentemente se encontra nessa prefeitura.²⁰⁸

O quadro *Fortaleza Liberta*, que o prefeito Raimundo Girão, a pedido do diretor do Museu, envia para fazer parte do acervo, foi pintado no mesmo ano em que aconteceu a abolição dos escravos na capital cearense e inaugurado em pomposa solenidade em dezembro de 1883.

Vale salientar que o prefeito, mesmo tendo recebido o documento do administrador do Museu em agosto de 1933, autoriza o envio da obra somente no dia 19 de fevereiro de 1934, conforme atesta o ofício da mesma data.²⁰⁹ A proximidade das festas em comemoração ao cinquentenário, em 25 de março de 1934, muito provavelmente tornaram o envio da pintura urgente, de forma que, durante a efeméride, as galerias do recém-inaugurado Museu pudessem expor um artefato que lembrava a luta pela emancipação dos escravos na cidade de Fortaleza.

quadro de sócios do Instituto Histórico do Ceará. Finalmente, é nomeado diretor do Arquivo Público e do Museu Histórico em novembro de 1931. (HOLANDA, 2005).

²⁰⁷ “A fundação do Museu Histórico do Ceará aconteceu num período em que as vontades e as práticas de preservar a cultura material e espiritual acontecem no contexto político de consolidação de um Estadonacional.” (OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Secult, 2009. p. 30.).

²⁰⁸ Arquivo Público do Ceará, Fundo: Secretaria do Interior e da Justiça, Grupo: Arquivo Público e Museu do Ceará, Série: Ofícios Expedidos, Caixa: 2.

²⁰⁹ Arquivo Público do Ceará, Fundo: Secretaria do Interior e da Justiça, Grupo: Arquivo Público e Museu do Ceará, Série: Ofícios Expedidos, Caixa: 4.

O diretor do Museu inicia sua correspondência com Raimundo Girão explicitando seu esforço em tornar o acervo da nova instituição o principal depósito dos objetos que lembrassem os acontecimentos que engrandeciam a História do Ceará. Para que seu pedido fosse aceito, ele lembra ao prefeito que o quadro pertencia ao Estado, pois havia sido comprado na administração do governador Sátiro Dias, que enviou a tela ao Paço Municipal por “[...] não existir, àquele tempo, uma repartição apropriada para tão magno fim”. Eusébio chega a citar o valor do quadro, cinco contos de réis, fazendo referência, inclusive, à lei provincial que aprovara a aquisição. Por fim, o diretor conclui que: “Agora, porém, que existe o Museu Histórico, para o qual devem ser encaminhadas todas as nossas relíquias, num conjunto homogêneo satisfatório dos feitos gloriosos dos nossos maiores, é justo que se faça a transferência requisitada.”²¹⁰

Com a justificativa apresentada pelo administrador do Museu, o quadro é transferido no início de 1934. Em 1935, é publicado no Boletim do Museu Histórico do Ceará um estudo escrito por Eusébio de Sousa intitulado *Quadro histórico*. O trabalho esclarece questões sobre a produção da tela, descrevendo o tamanho e os personagens encontrados na obra. Por meio desses escritos é possível perceber os significados que a obra incorpora nas paredes da “casa de memória e poder”²¹¹. Mário Chagas, no artigo *Casas e portas da memória e do patrimônio*, utiliza esse termo como sinônimo de Museu. Segundo o mesmo autor as escolhas do que deve ou não ser considerado digno de preservação passa, necessariamente, por duas justificativas: a do perigo e a do valor. Para que o objeto seja conservado, deve estar em perigo eminente de desaparecer e também deve ter seu valor, seja ele estético, econômico, religioso etc. A atribuição desses valores aos materiais selecionados passam sempre por escolhas políticas e instâncias de poder. Nesse caso específico do quadro *Fortaleza Liberta*, foi atribuído o “inestimável” valor histórico da peça por autoridades que definiram que seu lugar deveria ser o Museu Histórico.

Eusébio, ao tratar do quadro, após sua transferência para o Museu Histórico, esclarece que a intenção do artista foi retratar a reunião realizada no dia 24 de maio de 1883, no salão de honra da Assembleia Legislativa, descrevendo a cena exatamente como teria acontecido: “Numa grande tela, formando um todo de 12 palmos de largura sobre 9,5 de altura, reproduziu o brilhante acontecimento que deu ao Brasil a primeira capital livre, à qual

²¹⁰ Arquivo Público do Ceará, Fundo: Secretaria do Interior e da Justiça, Grupo: Arquivo Público e Museu do Ceará, Série: Offícios Expedidos, Caixa: 2.

²¹¹ CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. p. 115-132.

tela denominou ‘Fortaleza Liberta’”.²¹² Ainda segundo o diretor do Museu, o quadro significava uma importante aquisição, pois: “[...] demonstrou o talento artístico de que era possuidor, não só pela fidelidade do facto histórico modelado, como pela semelhança na physionomia dos principaes personagens que figuraram na extraordinária sessão com que se comemorou a redempção da capital do Ceará.”²¹³



*Quadro Fortaleza Liberta, de José Irineu de Sousa
(Acervo do Museu do Ceará)*

Através do aludido estudo de Eusébio de Sousa, sabe-se ainda que o quadro não foi encomendado pelo governo do estado ou pela municipalidade. O pintor resolveu pintá-lo por conta própria. Depois de pronto, foi comprado pelo governo da antiga província por cinco contos de réis, permanecendo no paço municipal até o ano de 1934, quando foi transferido para o Museu do Ceará. A respeito desse pormenor, o autor comenta: “Do que se conclui: que o artista não fora absolutamente contratado para a feitura do ‘Fortaleza Liberta’, e, de vontade própria, idealizo-o, o que maior valor lhe dá pela espontaneidade que o ditou [...]”.²¹⁴

O fato é que, ainda que José Irineu não tenha pintado o quadro por encomenda, o artista elaborou uma obra que buscava conservar para a posteridade os rostos dos principais

²¹² Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará. Edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2006. p. 7. Os 12 palmos de largura e 9,5 de altura equivalem a 2,01 m e 1,36 m, respectivamente.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibid., p. 15.

responsáveis pela efeméride e que procurava representar alguns desses responsáveis em posição de destaque na tela. O diretor do Museu elogia o artista por sua iniciativa. O fato de o pintor não ter feito a obra por encomenda demonstrava seu civismo.²¹⁵ Além de preservar as imagens dos principais responsáveis pela abolição no Ceará, a tela rememorava o grande feito. Por isso, era considerada uma lição de história, que estava ao alcance até mesmo de quem não sabia ler.²¹⁶

Ao abrigar a pintura no Museu Histórico em 1934, Eusébio de Sousa acreditava nos valores didáticos do objeto. O artigo publicado sobre a obra no *Libertador* em 1883, e retomado pelo diretor em seu estudo, afirmava que o valor do quadro: “[...] tende a crescer em proporção do tempo que for se escoando no abysmo do passado, pois representará no futuro com a mesma fidelidade do presente, aquellas individualidades que tomaram parte no grande acontecimento de 24 de maio de 1883”.²¹⁷ Em 1934, o futuro, vislumbrado pelo crítico da obra em 1883, havia chegado. Isso significa que para o diretor do Museu o quadro era uma fonte que falava por si. O artefato era, por esse motivo, considerado “[...] sem dúvida o mais precioso de seus documentos alli guardados”.²¹⁸

Mesmo que a tela não tenha sido produzida para ser exposta em um Museu Histórico, “[...] foi a repartição que enfatizou sua condição de monumento histórico, através de seus diretores como Eusébio de Sousa e Raimundo Girão, que a percebiam no sentido cientificista de prova [...]”²¹⁹ Ao ser incorporado ao acervo do Museu, a tela ganha outros significados, passa a ser um objeto que encarna o passado glorioso da história da cidade e transmite às gerações futuras a imagem de seus principais heróis.²²⁰

²¹⁵ Cristina Holanda aborda o assunto e conclui: “Este detalhe, aparentemente pitoresco, vai se somando a outros para solidificar, na narrativa de Eusébio de Sousa, a autenticidade da obra e o patriotismo do artista. Além de sublinhar o altruísmo de José Irineu ao dedicar meses de trabalho sem remuneração certa [...] o intelectual ressalta o fato de o pintor ser ‘essencialmente cearense’ [...] e ter sido testemunha ocular do ato redentorista, o que permitia, no seu entendimento, documentá-lo ‘tal como aconteceu’”. (HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942)**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2005. p. 152.).

²¹⁶ Valéria Salgueiro no artigo *A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República*, apesar de abordar outro período, esclarece: “[...] amplas paredes vieram abrigar uma ação didática sobre a consciência coletiva no plano simbólico, visando a despertar o sentimento patriótico. Paredes e tetos de palácios de governos, assembléias, tribunais, bibliotecas e teatros forneceram, nesse sentido, suportes privilegiados para a proteção do discurso oficial numa linguagem visual captada imediatamente pelos sentidos, acessíveis mesmo aos não alfabetizados.” (SALGUEIRO, Valéria. *A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 5, 2002.).

²¹⁷ Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará. Edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2006. p. 13.

²¹⁸ Ibid., p. 8.

²¹⁹ HOLANDA, op. cit., p. 153.

²²⁰ “O que merecia ficar no Museu de feição mais tradicional era, em geral, o objeto de elite: a farda do general, o retrato do governante, a cadeira do político, a caneta do escritor, o anel de um bispo... Tudo isso compunha o

Observando, cuidadosamente, o cenário composto por Irineu de Sousa, e com a ajuda do trabalho publicado pelo diretor do Museu em 1935, é possível identificar as personalidades que foram contempladas pelo artista. Antes de abordar as figuras retratadas pelo pintor, é preciso advertir que o prédio da Assembleia Legislativa, onde aconteceu a libertação dos cativos de Fortaleza em 1883, atualmente abriga o Museu Histórico do Ceará e, conseqüentemente, o quadro *Fortaleza Liberta*, que pode ser visto na sala dedicada à escravidão e abolição.

Uma primeira ressalva importante é que, pelas dimensões da obra, pode-se afirmar que a tela foi feita para ser vista de longe. Seu tamanho estava de acordo com a importância dada ao evento que retratava. Dirigindo o olhar ao grande quadro, é-se logo levado a concentrar a visão no desenrolar principal da cena. Instintivamente, de acordo com o auditório, param-se os olhos na mesa onde está sendo proferida a alforria dos escravos de Fortaleza. Impossível não reparar no quadro do Imperador Dom Pedro II, que, segundo Eusébio de Sousa, ornamentava os salões da Assembleia Legislativa, desaparecendo anos mais tarde, não se sabe como. Na mesa central, estão localizados, da esquerda para a direita, os senhores: Antonio Teodorico da Costa, presidente da sessão e vice-presidente da província no período; Dr. José Viriato de Medeiros, político; Antonio Pinto Nogueira Acioli, político; Júlio Cesar da Fonseca Filho, major do exército; João Cordeiro, presidente da Sociedade Libertadora Cearense; Frederico Augusto Borges, político e abolicionista; Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, político.

Quem ocupa a mesa principal durante a sessão são figuras conhecidas do movimento abolicionista no período e políticos influentes na época. E o restante da assembleia?

Ao visualizar o quadro identificamos uma presença massiva de brancos na tela, que retratava a assembléia que deu fim à escravidão em Fortaleza. A maior parte do público retratada no quadro é formada por intelectuais e pessoas de destaque na sociedade cearense como Guilherme Studart, General Tibúrcio e outros. O único negro que ganha destaque no quadro e também nas exposições do Museu Histórico é Francisco José do Nascimento. Isso porque a figura do “Dragão do Mar” já havia sido incorporada à memória oficial.²²¹

“Negócio de brancos”, assim Ana Amélia Oliveira (2009) define a forma como uma determinada versão da história da abolição no Ceará vai sendo construída por meio da historiografia tradicional cearense. Como se pode observar, nas comemorações do

discurso figurativo de glorificação da história de heróis e indivíduos de destaque.” (RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó, SC: Argos, 2004. p. 19.).

²²¹ OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memórias e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009. p. 175.

cinquentenário da abolição em 1934, a elite cearense teria sido a grande responsável pela redenção da província.

Apenas um negro está presente na tela. O Dragão do Mar pode ser visto na última fileira ao lado do quadro do Imperador – é o segundo da esquerda para a direita. De fato, ele já havia sido incorporado à memória oficial como o jangadeiro responsável pelo trancamento do porto. Porém, além do herói protagonista da greve em 1881, o Dragão do Mar, na sessão em 24 de maio de 1883, exerce suas funções de diretor da Sociedade Libertadora Cearense, que, conforme afirmou Isaac Amaral em 1934, estava sempre bem trajado, e não faltava a nenhuma ocasião social organizada em prol da liberdade dos escravos do Ceará. Ou seja, mesmo sendo um “humilde” trabalhador negro, sabia como se portar nas requintadas solenidades abolicionistas. Talvez por isso mesmo seja o único negro retratado no quadro, pois era o único que costumava frequentar solenidades desse porte.

Por tudo que já foi estudado até o momento, percebe-se que na história da abolição no Ceará só existiu lugar para um negro, que por sinal não era escravo. Necessário lembrar que o quadro foi pintado antes da ida do Dragão do Mar ao Rio de Janeiro. Isso demonstra que, naquele período, Nascimento já era considerado um personagem importante para a campanha abolicionista na província. Importante notar também que, no quadro, falta a imagem de José Napoleão, que, ao contrário de Francisco José do Nascimento, era um negro liberto, e, portanto, havia vivenciado a condição de escravo. Não havia lugar para um ex-escravo nessa narrativa, daí o esquecimento de José Napoleão e a valorização do Dragão do Mar. Sem dúvida, essa seleção não foi aleatória e, com certeza, correspondia aos critérios de quem deveria ou não ser lembrado ou esquecido por seus feitos. Uma interpretação dos acontecimentos foi sendo elaborada ao longo dos anos e instituiu-se como a versão oficial dos fatos. Essa variante da história não pode deixar de ser pensada sem levar em conta o lugar dos sujeitos que escreveram essa narrativa. Isso significa que não se pode deixar de questionar a versão vencedora, ainda que a proposta deste trabalho não seja, necessariamente, a de construir uma interpretação definitiva sobre a história da abolição, e sim refletir sobre a maneira como alguns traços (escritos ou não) chegaram até hoje, enquanto muitos outros perderam-se ao longo dos anos.

O quadro *Fortaleza Liberta* é entendido aqui como uma representação oficial da história da abolição do Ceará, que prestou homenagem a alguns participantes da campanha libertadora. Nas paredes do Museu, a tela reforçou o caráter de heroísmo de personagens como o Dragão do Mar. O fato de seu rosto estar presente na obra é mais uma prova de que

seu mérito deveria ser reconhecido. Contudo, a imagem de Chico da Maltide no quadro pintado por José Irineu não é a única que foi parar no Museu.

Na falta de outros objetos que pudessem atestar a atuação do Dragão do Mar na greve dos jangadeiros em 1881, Eusébio de Sousa manda pintar um retrato em óleo de Francisco José do Nascimento. No boletim do Museu Histórico, o diretor dá notícias sobre a inauguração do quadro. No mesmo dia, seriam apresentadas ao público “três grandes telas”, sendo a primeira do Major Facundo de Castro Menezes, político influente da antiga província; outra do boticário Ferreira, farmacêutico e político que deu nome a uma das praças mais importantes da cidade; e, finalmente, o retrato de Francisco José do Nascimento, abolicionista e líder da paralisação do porto.

O Museu Histórico do Estado, localizado no edifício do Archivo Público, à Praça da Sé, inaugurará, hoje, na sua exposição regulamentar (8 às 11 horas), trez grandes telas, a óleo, recentemente adquiridas para a galeria dos vultos proeminentes de nossa terra, existentes nesse departamento público estadual. [...] A terceira grande tela (de dimensões 88x60), pertence a Francisco do Nascimento – “O Dragão do Mar”- um dos mais esforçados paladinos da causa da abolição, no Ceará, incontestavelmente a página mais bela e aurifulgente de nossa história.²²²

Eusébio de Sousa levou às últimas consequências o esforço de arrecadar objetos, chegando até mesmo a criá-los caso não existissem, como foi o caso dos quadros por ele encomendados. Conforme aponta Cristina Holanda (2005), os quadros foram pintados pelo artista J. Carvalho, contratado pelo Museu para fabricar as telas.²²³ Era importante que, no Museu Histórico, figurasse um retrato que lembrasse “[...] um dos mais esforçados paladinos da causa da abolição [...]”, o quadro deveria contemplar um personagem que, ao contrário de outros, não tinha objetos que testemunhassem sua ação no movimento libertador.

O retrato de Francisco José do Nascimento pintado por J. Carvalho pode ser encontrado ainda hoje na reserva técnica do Museu do Ceará. Essa obra, contudo, parece ter sofrido alterações ao longo do tempo. O boletim histórico do Museu, citado anteriormente, onde Eusébio transcreve a notícia de inauguração da tela e publica uma fotografia do quadro, comprova essa modificação.

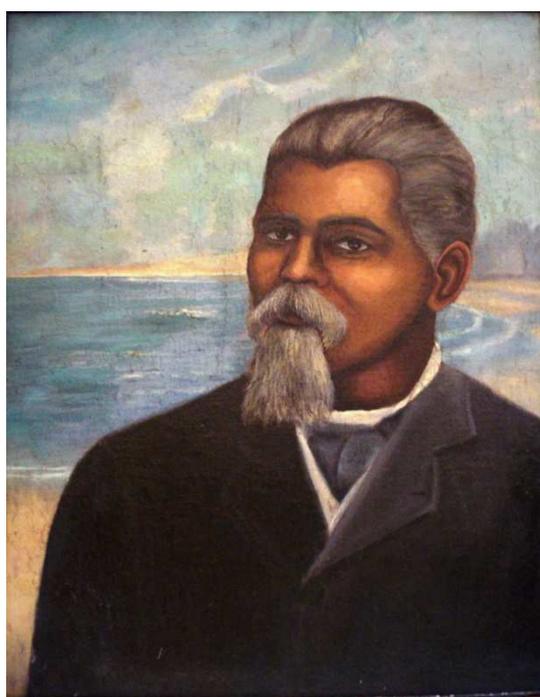
²²² Boletim do Museu Histórico do Ceará. Edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará. Secult, 2006. p. 44. O boletim não diz a data em que a inauguração ocorreu.

²²³ HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu Histórico do Ceará**: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942). Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2005.



Retrato de Francisco José do Nascimento — “O Dragão do Mar” — Quadro existente na pinacoteca do Museu Histórico do Estado do Ceará, de autoria do pintor cearense J. Carvalho

Foto retirada do Boletim do Museu Histórico do Ceará



*Quadro Dragão do Mar, de J. Carvalho
(Acervo do Museu do Ceará)*

É possível notar que o quadro foi nitidamente alterado. No original, veem-se dois negros pintados sobre o peito do herói, o da direita faz um movimento com os braços erguidos quebrando as correntes; o da esquerda mobiliza os braços para baixo, mas parece também se livrar de amarras. Ainda na primeira tela, mesmo com a má qualidade da fotografia, percebemos ao fundo do lado esquerdo do Dragão do Mar uma jangada e o mar; já do lado

direito de Nascimento, observa-se a praia e outra jangada sobre a areia. Interessante notar que o artista, ao retratar o herói jangadeiro, colocou no quadro alguns símbolos que poderiam identificar o propósito daquela imagem. Ou seja, ao desenhar os negros quebrando correntes e as jangadas ao fundo, J. Carvalho ligava aquele personagem à abolição dos escravos e ao episódio da paralisação do porto, de modo que o público do Museu Histórico, ao ver a tela, pudesse facilmente reconhecer quem era aquele negro bem trajado retratado no quadro.

Na tela modificada, nota-se uma diminuição da pintura. Os negros são retirados, assim como as jangadas. Olhando com cuidado para a obra alterada, percebe-se o contorno da jangada que ficava ao lado direito do herói. A peça parece ter passado por uma restauração, pois, em um dos livros de tombo organizados na administração de Osmírio Barreto²²⁴ em 1973, encontra-se o seguinte apontamento:

Retrato do Dragão do Mar – Pintura a óleo representando um quadro alusivo à figura do ilustre abolicionista cearense, Dragão do Mar. O trabalho não encerra nenhum mérito artístico, representando apenas de maneira primária os principais traços fisionômicos do personagem. Encontra-se em mau estado de conservação, com tinta despregando-se da tela (craquelê).²²⁵

Não se sabe qual era o estado real da pintura. Não se encontram maiores detalhes sobre a possível restauração, contudo percebe-se que justamente os ícones (negros e jangadas) que identificavam quem era a figura retratada pela tela foram retirados. Essa modificação, ao que tudo indica, parece ter ocorrido anos depois das administrações de Eusébio de Sousa e Raimundo Girão, fora, portanto, do recorte temporal deste trabalho.

Ainda sobre a imagem do Dragão do Mar nos quadros presentes no Museu Histórico, tanto no *Fortaleza Liberta*, pintado em 1883, quanto no seu retrato a óleo da década de 1930, Francisco José do Nascimento aparece com trajes formais, sempre de terno preto, camisa branca, com a barba e cabelo bem penteados. A pintura realizada por J. Carvalho é muito parecida com a fotografia do herói jangadeiro publicada nos jornais em 1934, nas comemorações do cinquentenário da abolição do Ceará. Essa imagem do praieiro foi a que prevaleceu, sendo diferenciada somente pelo traço de Ângelo Agostini, que, em 1884, na visita do Dragão do Mar à Corte, desenha o herói vestido apenas com uma simples

²²⁴ Osmírio de Oliveira Barreto nasceu em Jaguaruana-CE, em 27 de junho de 1923. Foi fundador e primeiro Diretor do Colégio Estadual Fernandes Távora; Diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará; fundador e primeiro Presidente da Associação dos Professores de Ensino Oficial do Ceará; Ex-Auditor da Secretaria de Educação do Estado. Professor de Geografia e História dos colégios Liceu do Ceará e Justiniano de Serpa. Colaborou no jornal *O estado*, mantendo a coluna *Curiosidades da história* (aos domingos). Publicou alguns livros, entre eles: *Pingos e respingos da história* (1982) e *História da história* (1986). GIRÃO, Raimundo. **Dicionário da literatura cearense**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1987.

²²⁵ Livro de tombo do Museu Histórico do Ceará. Sala da Abolição. Museu Histórico do Ceará. Livro nº 2.

camisa branca. A representação de Chico da Matilde feita pelo editor da *Revista ilustrada* demonstrava a necessidade, naquele momento, de vincular a figura do herói a um simples jangadeiro, trabalhador braçal, um homem do povo. Ao contrário, nos quadros do Museu, que foram feitos para permanecerem em repartições públicas e para lembrar personagens importantes do passado, o Dragão do Mar aparece com seu traje austero, digno de estar nas galerias do Museu Histórico.

Existem ainda outros dois objetos que evidenciam a presença de Francisco José no Nascimento no Museu Histórico do Ceará. Uma placa com o nome da Rua Dragão do Mar e um autógrafa de Francisco José do Nascimento. Como esses objetos foram parar no Museu?

A placa com o nome da Rua Dragão do Mar chegou ao Museu no ano de 1934 e, assim como o quadro *Fortaleza Liberta*, foi remetida pelo prefeito Raimundo Girão. Porém, ao contrário da tela, o prefeito doou o objeto espontaneamente. Em ofício datado de 26 de abril de 1934, comunica sua decisão ao diretor:

Para que sejam incorporadas ao patrimônio do Museu do Estado, passando a figurar nas suas galerias, envia esta Prefeitura a essa Diretoria as seguintes placas de nomenclatura retiradas das ruas desta cidade em virtude de novas denominações determinadas pelo Decreto nº 75, de 31 de Dezembro de 1932.²²⁶

A Rua Dragão do Mar foi criada por lei municipal nº 150, de 27 de junho 1925, segundo Hugo Victor no livro *Logradouros de Fortaleza e suas denominações*, publicado em 1944. O código determinou: “A atual rua da Alfândega passará a denominar-se Dragão do Mar”. A necessidade de batizar as ruas da cidade com os nomes que representam os grandes homens do passado é constante na história de todas as cidades brasileiras. Ter seu nome registrado nas vias da cidade é um importante indício de que determinado personagem ou está presente na memória de seus habitantes, ou faz parte de um projeto das instâncias de poder para que seja incorporado à memória de seus habitantes. Essa inscrição faz com que esse personagem seja reconhecido como grande herói da história de um determinado lugar. Nesse sentido, a escolha de batizar tal avenida ou rua com este ou aquele nome contribui para a monumentalização dos personagens e fatos que necessitam ser glorificados.

A definição dos nomes, contudo, não é um processo livre de disputas e passa por mudanças ao longo do tempo. Um bom exemplo disso são as placas de ruas com os nomes de personagens do Império (D. Pedro II, Conde D’Eu, Princesa Isabel) que, assim que a República é proclamada no Ceará, são substituídas por outros nomes, chegando até mesmo a

²²⁶ Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo: Secretaria do Interior e da Justiça, Grupo: Arquivo Público e Museu Histórico, Caixa: 4.

serem arrancadas pela fúria dos populares. “Hoje pela manhã, 10 horas pouco mais ou menos, foram arrancadas pelo povo, militares e paisanos, as placas da Rua Conde d’Eu, sendo escrito em letras vermelhas, nos logares por ellas occupados, o dístico – Rua Sena Madureira.”²²⁷ Mais tarde, essas mesmas ruas voltaram a nomear os passeios de Fortaleza, pois ainda hoje circulamos pela D. Pedro I, Conde D’Eu e Princesa Isabel.

A antiga Rua da Alfândega, denominação anterior a Dragão do Mar, tinha uma relação estreita com Nascimento. Lá era localizada sua residência. Chico da Matilde morava próximo ao porto e, em 1925, ou seja, onze anos após a data de sua morte, a rua onde morava é nomeada em homenagem ao jangadeiro. Em 1932, contudo, algumas nomenclaturas mudaram, o que não foi o caso da Rua Dragão do Mar, que permaneceu com a mesma denominação. O que provavelmente aconteceu nesse período foi a implantação por parte do Prefeito Raimundo Girão do Código Municipal, decretado em dezembro de 1932 e que previa entre outras modificações: “Art. 39. Os logradouros públicos terão o nome que lhes for dado pela Prefeitura, inscrito por meio de placas fixadas às paredes dos prédios, às esquinas, ou em outro local convincente.”²²⁸ Em virtude dessa nova obrigatoriedade, a antiga placa de bronze que indicava o nome da Rua Dragão do Mar foi substituída.

A peça, no entanto, não foi para o lixo, destino natural dos objetos usados, mas foi remetida ao Museu Histórico pelo prefeito da cidade. Importante salientar o interesse, bem como a contribuição do então prefeito Raimundo Girão, pela conservação das tradições da história da cidade e do Ceará. Mais tarde, em 1955, o Instituto Histórico do Ceará passará a ser o responsável pelo Arquivo e pelo Museu Histórico, Raimundo Girão, na qualidade de sócio daquela instituição, será designado como diretor do Museu, publicando, em 1956, o livro *A abolição no Ceará*. Adiante se abordarão os pormenores da administração de Raimundo Girão e de sua produção, dando ênfase à forma como o Dragão do Mar é rememorado por meio desses escritos. No momento, quer-se apenas destacar a relação de um homem público, que, na ânsia de preservar e contribuir com o patrimônio histórico, estava não apenas glorificando o passado, mas, sobretudo, garantindo para posteridade outras possibilidades de atuação e de reconhecimento próprio.

O último objeto remetido ao Museu Histórico em 1938 é um autógrafo de Francisco José do Nascimento. A assinatura chegou à repartição por doação do Sr. Juarez B.

²²⁷ JORNAL LIBERTADOR. Fortaleza, CE, 16/11/1889. Capa.

²²⁸ CÓDIGO MUNICIPAL. Decreto nº 70, de 13 de dezembro de 1932. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933. p. 11.

Cordeiro, filho do abolicionista João Cordeiro, que por intermédio de um portador, pois residia em São Paulo, enviou o documento ao Museu acompanhado da missiva:

Com a imensa satisfação devolvo ao Ceará, confiando à guarda de seu Museu, o autógrafo do intrépido “Dragão do Mar” – Francisco José do Nascimento. A comemoração do 50º aniversário de 13 de maio, que não representa para o Ceará senão a legalização de um estado “de fato” graças à intrepidez dos abolicionistas da Terra da Luz, associo-me com todo entusiasmo – São Paulo 15 de Abril de 1938. Juarez B. Cordeiro.²²⁹

Temos notícias do referido documento por intermédio da publicação no jornal *Gazeta de notícias* de maio de 1938. O autógrafo do Dragão do Mar não foi encontrado no acervo do Museu do Ceará. Provavelmente, o documento foi extraviado nas mudanças de sede pelas quais passou o Museu Histórico com o passar dos anos até ser instalado no antigo prédio da Assembleia Legislativa.

Mesmo não tendo acesso ao documento, a mensagem entregue ao diretor do Museu e a comunicação da doação no jornal podem revelar indícios a respeito do significado da aquisição para o Museu Histórico. Primeiro, é preciso destacar a guarda da assinatura por João Cordeiro e, em seguida, por seu filho, que, levando em conta a importância de Francisco José do Nascimento para a história da abolição do Ceará, trataram de conservar o documento. Em seguida, o fato de Juarez B. Cordeiro remeter o autógrafo do abolicionista a uma instituição que tinha como objetivo a preservação do passado histórico do Ceará pode indicar tanto o prestígio do personagem em questão, como a preocupação de entregar o pedaço de papel para uma instituição adequada em sua conservação. Ou ainda pode indicar também a necessidade de transferir aquele material de um arquivo privado para um local público, onde poderia ficar à disposição dos visitantes do Museu.

De fato, aquela assinatura não era apenas um simples nome escrito em uma folha, como ressalta Eusébio de Sousa, era um “vulto destacado” da história da libertação dos escravos no Ceará.²³⁰ Assim, o documento, ao fazer parte das coleções do Museu Histórico, encarnou uma aura carregada de simbolismo e emotividade, pois o autógrafo do Dragão do Mar era uma prova, um testemunho, de suas ações heróicas e, por isso, merecia ser guardado e exposto no Museu. Como afirmou Juarez Cordeiro, ele pertencia ao Ceará. Por meio dele eram reafirmadas as glórias da “Terra da Luz”, por intermédio daquele pedaço de papel o passado emergia carregado de símbolos da força, coragem e glórias ao estado que aboliu pela primeira vez os escravos em seu território – o documento é transfigurado em monumento.

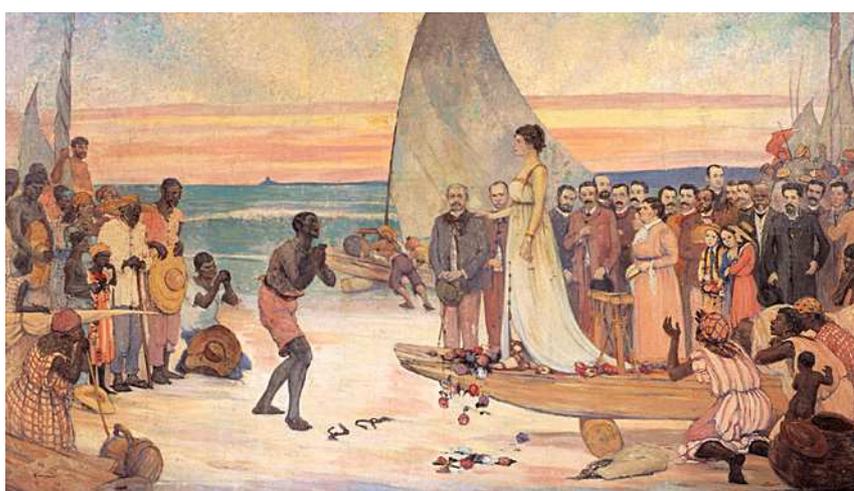
²²⁹ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. Fortaleza, CE, 07/05/38.

²³⁰ Ibid.

Por último, ainda com relação às imagens produzidas do *Dragão do Mar*, outro quadro pintado no ano de 1938, mesmo ano em que a assinatura de Nascimento é enviada ao Museu, foi criado por Raimundo Cela. O destino dessa tela, contudo, não foi o Museu Histórico. Entretanto, por ser um quadro histórico e estar dentro do período proposto pelo presente estudo, não se poderia deixar de fazer referência à obra.

O artista Raimundo Brandão Cela nasceu em 1890 em Sobral (CE). Ainda na infância, muda-se com a família para Camocim, cidade localizada no litoral oeste do estado. Lá inicia seus estudos. Com 16 anos de idade, mudou-se para Fortaleza, onde terminou o preparatório para curso superior. Em 1910, parte para o Rio de Janeiro a fim de frequentar a Escola Nacional de Belas Artes e o curso de Engenharia na Escola Politécnica. No Rio de Janeiro, alcançou destaque durante as aulas na Escola de Belas Artes, chegando a receber o prêmio de viagem com o quadro *O diálogo de Sócrates*.

Cela ficou na Europa de 1920 a 1923. Aí teve oportunidade de aperfeiçoar técnicas, conhecer muitos museus e galerias, e fazer diversos contatos com o mundo da arte. Segundo Estrigas, ao saber da premiação, o Governo do Estado do Ceará teve o interesse em adquirir o quadro. Contudo uma cláusula contratual impedia que o artista vendesse a tela.²³¹ Desse modo, Cela prometeu pintar outro quadro durante sua estada na França. Todavia o contrato com o Governo do Estado não pôde ser cumprido devido a problemas de saúde quando ainda estava em Paris. Assim, somente em 1938, depois da sua completa recuperação e 13 anos após o retorno ao Brasil, Raimundo Cela pinta o quadro *Abolição dos escravos*.²³²



Quadro Abolição dos escravos, de Raimundo Cela
(Acervo do MAUC – UFC)

²³¹ BOTELHO, Adir; TEIXEIRA, Cláudio Varela. **Raimundo Cela (1890-1954) – Estrigas (Nilo de Brito Firmesa)**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 2004.

²³² Quadro *Abolição dos escravos*, 1938. Óleo sobre tela, 222 X 390 cm. Atualmente se encontra no salão nobre da Academia Cearense de Letras.

O tema do quadro não poderia ser mais propício – a redenção dos escravos pintada por um artista cearense que tinha alcançado o prestígio na capital do país, sendo reconhecido até mesmo na Europa – demonstrava mais uma vez a capacidade heróica do povo cearense. A tela foi pintada em um ateliê especialmente montado para o artista no teatro José de Alencar. A confecção da obra foi vista pelo público, que poderia conferir o trabalho de Cela no teatro. Depois de pronto o quadro, foi encaminhado para o Palácio do Governo.

O quadro *Abolição dos escravos*, comparado com o *Fortaleza Liberta*, pintado em 1883, foi feito a partir de uma encomenda do Governo, ou seja, não foi iniciativa do artista. Além disso, Raimundo Cela optou por representar o momento da redenção dos escravos de maneira diferente do primeiro quadro, já que, em vez de uma solenidade num local público, o cenário escolhido por Cela foi a praia. O foco recai sobre a atuação dos jangadeiros na campanha abolicionista, pois, no centro da imagem, em primeiro plano, tem-se uma jangada. Dentro da jangada, apenas uma figura feminina, representando a Liberdade. Atrás da embarcação, estão, também em primeiro plano, os principais personagens do movimento redentorista no Ceará. Alguns rostos são os mesmos encontrados na tela do século XIX, João Cordeiro, Issac Amaral, Maria Tomásia, dentre outros, estão presentes no quadro.

Todas as figuras localizadas atrás da jangada foram adequadamente vestidas com trajes elegantes da época, sendo fácil perceber que a posição social desse grupo era diferente da dos outros personagens da cena. Ainda com relação ao público bem vestido que assiste ao episódio, percebe-se a presença de dois negros do lado direito do painel, que, por sinal, são os únicos negros no quadro que fazem parte do grupo estrategicamente desenhado em primeiro plano. José do Patrocínio e Dragão do Mar estão um ao lado do outro, representando a luta pela abolição no Ceará e no Brasil.

De modo geral, observa-se que, na tela de 1938, há uma presença significativa do negro, ao contrário da obra de José Irineu, na qual os negros ficaram praticamente ausentes, pois o único representante dessa etnia era o Dragão do Mar. Entretanto a forma como Cela dispôs os personagens no quadro demonstra que a escrita da história da abolição no Ceará, até aquele momento, foi vitoriosa ao dar ênfase à ação dessa elite intelectual sobre o processo de libertação dos escravos. Isso ocorreu não apenas no estado do Ceará como também no restante do país.

Os ex-escravos retratados pelo pintor estão em posição passiva, parecem estar recebendo uma dádiva. Nesse sentido, Cela não escapou de uma tendência que atingiu as representações da Lei Áurea, e que estava de acordo com os escritos históricos sobre o

assunto. Desde a proclamação dessa lei até a década de 1930, período em que o pintor cria a obra, a imagem que prevaleceu da abolição no Brasil foi a de um processo levado a cabo pelas elites, e não pela luta e resistência do cativo. No caso específico do Ceará, essa versão dos fatos pretéritos parece ser ainda mais generalizada, tendo em vista que a província redimiu seus cativos quatro anos antes do resto do país. Segundo essa visão dos fatos, isso só foi possível graças à atuação dos que se posicionavam no primeiro plano do quadro.

O historiador Robert Daibert Junior, em seu estudo sobre a Princesa Isabel, demonstra a forma como a versão que enfatizava a atuação das elites no encaminhamento das decisões abolicionistas foi imprimindo o tom de benevolência das elites imperiais. Para isso, utilizava-se, principalmente, da figura da princesa, que, dias depois da libertação, passou a ser conhecida por Isabel, a “redentora”.

[...] Embora a aprovação da lei tenha sido fruto de um conjunto maior de pressões como fugas, revoltas, insurreições escravas, o grupo de abolicionistas se autocelebrava como condutor do processo. Neste sentido, a lei que extinguiu a escravidão vinha coroar seus esforços expressos por anos de propaganda na imprensa, no Parlamento e nas ruas. Celebrar a princesa Isabel era exaltar a condução pacífica e providente pela qual a lei havia sido aprovada [...] ²³³

Essa interpretação, como foi visto nos capítulos anteriores, parece ter sido garantida pela escrita da história da abolição do Ceará com o passar dos anos. O quadro de Raimundo Cella é um indício de que os esforços de rememoração dessa elite, que fazia questão de receber as lãureas por terem sido os maiores responsáveis pela emancipação pacífica do Estado, não foram inúteis. Os escravos sem camisa, de pés descalços, maltrapilhos e em posição de humildade destoam do grupo que está de terno, sapatos, com cabelo e barba bem feitos e que observa a figura da mulher que apoia a mão direita no homem responsável pelos acontecimentos.

O Dragão do Mar, mesmo sendo apontado por alguns como “humilde” jangadeiro, é colocado junto ao grupo composto por comerciantes, funcionários públicos, escritores, poetas e políticos. Ou seja, mais uma vez Francisco José do Nascimento aparece junto da jangada, porém desvinculado dela. Percebe-se, novamente, a diferenciação com o desenho de Ângelo Agostini, que, provavelmente, é a única imagem em que Chico da Matilde é representado com roupas que não lembravam o costumeiro terno de casimira preta.

²³³ DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 138.

3.2 O Museu da Abolição do Ceará e a escrita da história da abolição

Com a saída de Eusébio de Sousa da diretoria do Museu Histórico do Ceará em 1942, a instituição passou por um período de abandono. Sem os investimentos necessários para a manutenção do equipamento, o Museu teve três diretores. “As evidências nos levam a crer que essa troca frequente durante um intervalo de quase dez anos e a falta de uma política por parte do Estado prejudicaram a continuidade do trabalho iniciado por Eusébio de Sousa ou a própria definição de um plano a ser implantado por outro diretor”.²³⁴

Em 1951, é firmado um convênio entre o governo do estado e o Instituto Histórico do Ceará, que passa a administrar a instituição até 1966, quando é criada a Secretaria de Cultura do Estado. Apesar de o contrato ser de 1951 o Museu reabre apenas em 1953, com a nova denominação de Museu Histórico e Antropológico do Ceará. Raimundo Girão²³⁵ foi o sócio designado para o cargo de diretor do Museu Histórico. No período em que esteve à frente da administração, procurou reorganizar o acervo e dividiu o Museu em salas temáticas.

Pretende-se analisar a atuação de Raimundo Girão no momento em que esteve no comando do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, percebendo, por meio de sua escrita como historiador e de suas ações como funcionário do Estado, qual era a sua interpretação sobre a história da abolição do Ceará. Destacar-se-á, sobretudo, o lugar do Dragão do Mar na escrita da história e no Museu Histórico e Antropológico do estado. Mais uma vez é preciso lembrar que essa reflexão não tem a pretensão de desvendar a verdade dos acontecimentos, mas sim perceber de que forma as polêmicas em torno dos fatos passados, na maioria das vezes, estão ligadas às necessidades do presente de quem lembra.

²³⁴ OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória da história do Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009. p. 43.

²³⁵ Raimundo Girão nasceu em Morada Nova (CE) em 03 de outubro de 1900. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1924, exerceu a profissão de promotor público até assumir o cargo de Secretário Geral da Prefeitura de Fortaleza em 1932. No ano seguinte, recebe nomeação como Prefeito de Fortaleza, função que exerceu entre abril de 1933 até setembro de 1934. Em 1935, é nomeado Ministro do Tribunal de Contas do Ceará. Em 1941, é eleito sócio efetivo do Instituto Histórico do Ceará. Em 1946, é nomeado professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado do Ceará. No ano de 1951, assume a diretoria do Museu Histórico e Antropológico do Ceará. Já de 1957 até 1958, presidiu a Academia Cearense de Letras, assumindo, em 1960, a função de Secretário Municipal de Urbanismo. Finalmente, em 1966, o cargo de primeiro Secretário da Secretaria de Cultura do Ceará. Raimundo Girão ainda teve tempo para publicar vários livros e artigos, destacando-se na produção ligada à História do Ceará. Dentre os principais trabalhos de Girão, destacam-se: *A abolição do Ceará*, 1956; *O Ceará*, 1939; *Geografia estética de Fortaleza*, 1959 e *História econômica do Ceará*, 1947.

O sentimento de guarda e reverência aos objetos ligados à história da abolição no Ceará existe desde as comemorações do cinquentenário da abolição em 1934. O Instituto Histórico do Ceará, em solenidade organizada especialmente para 25 de março daquele ano, além dos discursos e apresentações de trabalhos históricos sobre a efeméride, organizou uma pequena exposição de objetos que lembravam a redenção da província em 1884.

Terminada a sessão, que foi das mais importantes do Instituto, com a leitura e assignatura da acta, os presentes passaram às dependências do Museu Histórico, onde, ao centro do salão principal, em longa mesa se achavam expostas várias reminiscências do movimento emancipador.²³⁶

Não se sabe exatamente quais eram os objetos expostos naquela ocasião, porém percebe-se o caráter de prova que o material desempenhou naquele momento. Como foi organizada para a comemoração da data, a exposição possivelmente logo foi desmontada.

Somente em 1954, a Prefeitura Municipal de Fortaleza inaugurou o Museu da Abolição do Ceará. Têm-se notícias da abertura do Museu por meio dos escritos de Roberto Átila do Amaral Viera²³⁷, que afirma que, nos últimos dias do ano de 1954, o Museu foi aberto em uma sala do Grupo Escolar Duque de Caxias:

[...] numa atitude elogiável, criou, finalmente, o MUSEU HISTÓRICO DA ABOLIÇÃO, numa homenagem bem sentida e merecida àquele punhado de heróis que fez da causa da liberdade o seu sacerdócio. Inicialmente o MUSEU, em dependências precárias, foi instalado numa das salas do Grupo Escolar Duque de Caxias, estabelecimento da municipalidade. À sessão instaladora compareceu um elevado número de autoridades e intelectuais, discursando na ocasião o edil fortalezense, dr. Paulo Cabral de Araújo, o dr. Paulo Bonavides e a senhorinha Susana Barreira do Amaral, filha de ISSAC CORREIA DO AMARAL, agradecendo em nome das famílias abolicionistas. No ano de 1955, saindo de sob a égide municipal, o MUSEU DA ABOLIÇÃO incorporou-se ao Instituto do Ceará. Continua modesto, pobre, como pobre e modesto foi o movimento emancipador, porém pomposo, fulgurante e rico em glórias, em brilho, em significação histórica e em ensinamentos.²³⁸ (Grifo do autor).

Roberto Átila do Amaral não disponibiliza informações sobre os objetos que faziam parte do Museu Municipal. Não se encontraram outras informações nos jornais do período, dados sobre a inauguração da sala localizada no Grupo Escolar. Não obstante, a

²³⁶ JORNAL O NORDESTE. Fortaleza, CE, 03/04/34. p. 4.

²³⁷ Roberto Átila do Amaral Vieira nasceu em Fortaleza em 1940. É formado em Ciências Jurídicas pela UFC em 1964 e, no ano seguinte, em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Ceará. Em 1958, publicou o livro *Um herói sem pedestal*. Na ocasião, tinha apenas 18 anos e exercia a função de oficial de gabinete do governador do Estado. Atualmente é professor adjunto da PUC-RJ e professor titular da Faculdade Hélio Afonso.

²³⁸ VIEIRA, Roberto Atila do Amaral. **Um herói sem pedestal**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1958. p. 180.

iniciativa da Prefeitura de Fortaleza estava de acordo com as ações do Governo Estadual, que, desde o contrato firmado com o Instituto Histórico do Ceará em 1951, tentava reorganizar o Museu Histórico. Existe, portanto, nesse período, um incentivo por parte das políticas públicas no sentido de conservar as tradições do estado, especialmente os fatos que demonstravam a força, coragem e determinação dos antepassados.

O capítulo da História do Ceará que se refere à libertação dos escravos, sendo a primeira província do país a quebrar as correntes em 1884, parece assumir, desde o século XIX, lugar privilegiado nas ações públicas de conservação do patrimônio histórico cearense, pois, conforme se observou ao longo desta pesquisa, a rememoração desse acontecimento parece garantir uma ligação próspera entre passado, presente e futuro.

O trecho descrito acima revela ainda de que maneira esses objetos serviam para documentar o passado. O fato de organizá-los e disponibilizá-los à visitação pública era uma maneira de prestar homenagem aos participantes da campanha libertadora. Além disso, escolher um prédio escolar para abrigar os objetos era significativo com relação ao caráter pedagógico atribuído ao material que rememorava o acontecimento, considerado o mais importante da história cearense. Investir nas comemorações, conservação de museus, escrita da história, ou qualquer iniciativa que valorizasse a “Terra da Luz”, era, de certa maneira, reafirmar a própria administração. Garantindo a glorificação e respeito dos comerciantes, políticos, funcionários públicos e presidentes de província do passado, reverenciavam-se os que, no presente, assumiam postos equivalentes.

Mesmo com a “atitude elogiável” do Prefeito municipal, os apelos do novo Museu Histórico e Antropológico, enquanto única repartição adequada para a guarda dos objetos históricos, parece ter sido mais forte. De maneira que um ano depois, em 1955, o material passou para a responsabilidade dessa repartição, lá permanecendo até hoje. O pedido de transferência partiu do próprio Instituto Histórico do Ceará pela iniciativa de Raimundo Girão, que, em maio de 1955, envia um ofício à Prefeitura pedindo que a guarda dos objetos que faziam parte do Museu da Abolição fosse passada para o Museu Histórico e Antropológico do Ceará. Em ata do Instituto, do dia 04 de junho de 1955, foi lido o ofício da Secretaria da Educação Municipal, comunicando que o Prefeito de Fortaleza concordava em enviar o material que fazia parte do Museu da Abolição.²³⁹

Ainda que não se tenham encontrado outras pistas sobre quais eram os objetos preservados, ora pela municipalidade, ora pelo Museu Histórico e Antropológico, os escritos

²³⁹ Revista do Instituto Histórico – Atas das reuniões do Instituto Histórico do Ceará, Fortaleza, 1955.

de Raimundo Girão e Roberto Átila do Amaral podem ajudar a revelar as disputas políticas em torno da comemoração do passado naquele período. Ressaltando ou esquecendo heróis, valorizando ou apagando detalhes, esses dois autores apresentam suas versões sobre os fatos.

Em 1956, ou seja, um ano após a transferência dos objetos do Museu da Abolição para o Museu Histórico e Antropológico do Ceará, Raimundo Girão publica o livro *Abolição no Ceará*. Mesmo sendo um tema de importância crucial para a escrita da história do Ceará, até aquele momento ainda não havia sido publicado nenhum livro que contasse os acontecimentos ligados à libertação dos escravos. Os estudiosos do tema foram produzindo, ao longo do tempo, vários artigos e pequenos trabalhos sobre o assunto, porém não havia, até então, nenhuma pesquisa que se detivesse a analisar os pormenores dos fatos que culminaram com a redenção em 25 de março de 1884.²⁴⁰

Antes de levar a público seu estudo sobre a abolição, o diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará cuidou de resgatar os objetos que atestavam os dados e heróis destacados no livro. Em ata do Instituto do dia 20 de junho de 1955, ou seja, apenas alguns dias após a comunicação da autorização por parte da Prefeitura de Fortaleza, Raimundo Girão dá notícias sobre a organização das peças, “[...] continuidade, informou que já está organizada no Museu Histórico a secção antropológica ultimamente adquirida. Também já está instalada a secção constituída com o Museu da Abolição, ofertados pela Prefeitura de Fortaleza.”²⁴¹

A escrita de Raimundo Girão, portanto, parece ter caminhado junto com o trabalho de organização do Museu, pois, na reunião do Instituto de 20 de dezembro do mesmo ano, Girão faz a leitura de um dos capítulos do livro já pronto:

Passando-se a ordem do dia, falou o consórcio Girão, que leu um capítulo do seu livro já pronto para entrar no prelo, intitulado ABOLIÇÃO NO CEARÁ, capítulo denominado “No porto do Ceará não se embarca mais escravos”, frase atribuída ao Dragão do Mar, Francisco Nascimento, mas que teve origem diversa, conforme explica o referido capítulo.²⁴²

A exposição dos objetos ligados à libertação dos escravos e a escrita da história desse mesmo evento edificaram certa leitura sobre o passado, que acabou por perpetuar uma memória ligada a alguns personagens históricos. Conforme aponta Ana Amélia, o tema da

²⁴⁰ O livro teve outras três edições. A segunda edição, de 1969, foi iniciativa da Secretaria de Cultura do Ceará em comemoração à inauguração do Palácio da Abolição do Ceará. Coincidentemente, no período em que Raimundo Girão era secretário. A terceira edição, também pela Secretaria de Cultura e Desporto, foi impressa em 1984, em homenagem à comemoração dos 100 anos da abolição do Ceará. Por fim, a última edição, de 1988, foi publicada em comemoração ao centenário da Lei Áurea pela Prefeitura Municipal de Maracanaú (CE).

²⁴¹ Revista do Instituto Histórico – Atas do Instituto Histórico do Ceará, 20/06/55, Fortaleza, 1955.

²⁴² Revista do Instituto Histórico – Atas do Instituto Histórico do Ceará, 20/12/55, Fortaleza, 1955.

abolição foi um dos assuntos que obteve continuidade na forma como foram expostos pelos três diretores por ela estudados (Eusébio de Sousa, Raimundo Girão e Osmírio Barreto). “O que se percebe é que a história da Abolição no Ceará foi se constituindo a partir da memória sobre os abolicionistas, vistos como verdadeiros guias da nacionalidade”.²⁴³ Raimundo Girão reforçou essa disposição por meio do Museu e, principalmente, mediante seu livro, que acabou se tornando referência para os pesquisadores do tema, tendo sido reeditado três vezes em 1969, 1984 e 1988.

Antes de refletir sobre o livro, é preciso esclarecer que Raimundo Girão escreveu outros vários textos sobre o assunto. Porém, optou-se por trabalhar apenas com a obra *A abolição no Ceará*, por considerar que o livro foi escrito com o objetivo de tratar especificamente do tema. Além disso, o fato de o autor ter produzido o volume no momento em que era diretor do Museu Histórico e Antropológico pode ajudar na compreensão das relações entre seus escritos e a importância dada ao assunto no Museu.

Antecipando-se na libertação dos seus escravos, indiscutivelmente escreveu o Ceará página de ouro na História Brasileira. [...]
A extinção da escravatura no Ceará, tão eloqüentemente conquistada, não teve ainda o seu historiador, nem o sociólogo da sua interpretação.
Com este livro não nos aventuramos a ser nem uma coisa, nem a outra. Seria estultice pretendê-lo, nós que nos conhecemos.
Entretanto, guardamos a impressão de que a sua vinda à publicidade concorrerá para o melhor conhecimento do trabalho de aquecida fé e valentia de quantos se envolveram nas justas contra a escravidão.
Fizemos talvez mais exposição do que história, de caso pensado, no desejo de colocar os pingos dos ii e, por outro lado, perpetuar documentação que, de modo lastimável, está desaparecendo, roída por essa desgraçada e resistente fauna de traças e dos cupins, que devora os arquivos negligenciados, favorecida pela ação do tempo, ainda mais destruidora”.²⁴⁴

O trecho acima faz parte da introdução do livro *A abolição no Ceará*, de 1956. Nos primeiros parágrafos, Girão apresenta o tema, revelando ao leitor o significado da redenção dos escravos para a história do Ceará. A “página de ouro” escrita pela província cearense teve repercussão nacional, transformando o Ceará em “Terra da Luz”. Raimundo Girão reforça essa ideia no livro, relacionando o ato de libertação dos escravos a uma característica inata do cearense. Ao fazer referência ao deputado Pedro Pereira Guimarães,

²⁴³ OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória da história do Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009. p. 173.

²⁴⁴ A edição de 1969 não apresentou nenhuma mudança significativa no texto, a não ser pela ausência do termo “talvez” na introdução, que foi retirado pelo autor. Outra modificação com relação à segunda edição é que esta não apresenta as ilustrações contidas na impressão de 1956. Por isso, utilizou-se a primeira e a segunda edição como fonte neste trabalho. (GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956. Introdução.).

cearense que, em 1850, redigiu a primeira lei abolicionista, o autor afirma que “[...] desde cedo, mostrou-se o cearense paladino da luta contra a exploração do homem pelo homem”.²⁴⁵ Essa característica cearense era ainda mais valorizada, pois o ato realizado pela província havia dado um exemplo cívico ao restante da nação. Dessa forma, lembrar a história da abolição do Ceará era lembrar o exemplo que um pobre recanto do país havia dado aos que ainda mantinham escravos em seu território.

Ainda segundo Raimundo Girão, no texto introdutório, com a abolição prematura do Ceará logo houve uma reação dos escravagistas, que, impedidos de parar o caminho que levaria fatalmente libertação total dos escravos, acabaram por criar interpretações no sentido de desprestigiar a feito heróico do Ceará. “Quiseram denegrir e amesquinhar o feito épico da diminuta gente, porém mais forte que o despeito e o melindre dos contrariados é a limpeza das intenções e a desfantasiada realidade dos fatos.” Uma dessas versões que “denegriam” os fatos era a de que o Ceará só havia redimido seus cativos, pois não havia escravos na província, já que a grande maioria tinha sido vendida para as fazendas no sul. Ao escrever o livro, Girão pretendia assim estabelecer a verdade dos fatos, garantindo a glorificação dos acontecimentos e dos personagens responsáveis pelo desfecho em 25 de março de 1884.

Ao longo das páginas de *A abolição no Ceará*, o escritor acaba por construir uma narrativa que justifica o pequeno número de escravos na província em razão de suas condições econômicas. A pecuária, atividade que demandava pouca mão de obra, acabou por empurrar os escassos cativos para o trabalho doméstico. Além disso, a forte estiagem provocou o envio de muitas peças para os mercados do sul, o que contribuiu para que diminuíssem ainda mais os escravos da província.

É justamente o episódio do envio dos escravos para os portos do sul que vai criar um sentimento humanitário nos protagonistas dessa história. Os atores principais da redenção dos escravos no Ceará não são os próprios cativos. Para Raimundo Girão são os sócios das agremiações abolicionistas, portanto a elite intelectual da província, os grandes responsáveis pelos feitos da abolição. Sem esses personagens, o Ceará não teria abolido a escravidão quatro anos antes do Brasil. Esse fato, na concepção do autor, não denegria a história, mas, pelo contrário, servia para propagar a ideia de que o negro, sem a ajuda desses abolicionistas, não teria sido capaz de fazer a liberdade no Ceará.²⁴⁶

²⁴⁵ GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p. 53.

²⁴⁶ Sobre esse aspecto, Ana Amélia conclui: “A partir dessa perspectiva, se os negros não haviam tido participação no movimento emancipador, porque representavam um grupo social ‘humilde’ e ‘sem ânimo’, como diz Girão, caberia aos abolicionistas, em sua maioria membros da elite econômica da província, as

Como vangloriar-se da abolição dos escravos que só foi possível, porque, na província, não havia mais uma quantidade expressiva de cativos? A solução encontrada, não apenas por Raimundo Girão, mas por toda uma historiografia tradicional sobre a abolição do Ceará, foi enfatizar a ação desses abolicionistas durante o período que vai do fim de 1880 até o dia 25 de março de 1884. O fato de Girão, ao apresentar o livro aos seus colegas do Instituto Histórico, ter optado por ler justamente o capítulo sobre a greve dos jangadeiros não foi aleatório. A paralisação do porto, novamente, é rememorada para reafirmar a coragem e determinação dos jangadeiros sob o comando da Sociedade Cearense Libertadora. Assim, foi construída uma narrativa livre de contradições, esquecimentos, erros e polêmicas, privilegiando a memória dos personagens ligados às sociedades abolicionistas. Essa escolha do autor faz parte do próprio lugar social que ocupa no momento em que produz seu texto. Isso significa que, sendo um sócio do Instituto Histórico do Ceará, e fazendo parte dessa elite letrada, Raimundo Girão procura preservar as tradições ligadas a essas instituições de que fez ou fez parte ao longo de sua atuação como Prefeito Municipal, Diretor do Museu Histórico e sócio de várias instituições intelectuais.

Mesmo que o autor não tivesse a pretensão de redigir um estudo histórico ou sociológico sobre o tema, e que tenha afirmado ter “talvez” feito mais exposição do que história, seu livro ganhou, ao longo do tempo, credibilidade suficiente para ser considerado referência na área. Em trecho transcrito pelo autor na introdução, o parecer do Conselho Estadual de Educação fez o elogio à obra, afirmando que:

É sem dúvida um livro que faltava ao Ceará, à sua cultura, aos que amam as tradições de civismo e bravura da gente cearense, que libertando os escravos antes que o fizessem as outras províncias do Império, escreveu a página mais viva, mais humana, e mais sugestiva da sua própria história.²⁴⁷

Era, desse modo, um livro que deveria ser consultado por todos que desejassem conhecer melhor o assunto.

glórias pelo fim da escravidão.” (OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória da história do Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009. p. 180.).

Essa ideia também criou, na historiografia cearense quanto à presença do negro no Ceará, uma associação perversa entre a presença do negro no Ceará e o escravo, contribuído para o discurso de que, no estado, não há a presença do negro, pois este foi tomado como sinônimo de escravo. Sobre isso, consultar: FUNES, Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

²⁴⁷ GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956. Introdução.

De qualquer forma, entre as muitas homenagens recebidas por Raimundo Girão depois de sua morte, está a Rua Historiador Raimundo Girão. Essa importante via da cidade foi transformada em Historiador Raimundo Girão em 1991, pelo Prefeito de Fortaleza Juraci Magalhães. O monumento em homenagem ao autor, portanto, reconhece e cristaliza sua memória como historiador.

O papel ocupado pelas sociedades abolicionistas tanto no Museu Histórico (por intermédio de quadros dos principais vultos abolicionistas, objetos de seu uso pessoal, ou documentos variados) quanto na escrita de Raimundo Girão garantem a rememoração das duas principais sociedades libertadoras da época. O autor faz longos elogios à Sociedade Cearense Libertadora, dedicando o capítulo *Os doze apóstolos da Santa Causa* a essa agremiação. Nele narra uma pequena biografia de cada abolicionista. No entanto, o Centro Abolicionista, fundado pelo Barão de Studart, não é esquecido pelo autor e, apesar de concordar que essa associação era legalista, ou seja, desejava a abolição pelos meios legais, o autor não poupa elogios a seus membros.

Voltando à leitura do capítulo sobre a paralisação do porto, realizada na sessão do Instituto Histórico do dia 20 de dezembro de 1955, ou seja, alguns meses antes da publicação do volume, Raimundo Girão não deixa de citar a atuação de Francisco José do Nascimento, único herói negro da abolição dos escravos do Ceará. No capítulo intitulado *No porto do Ceará não se embarca mais escravos*, o escritor esclarece os pormenores da paralisação do porto. Começa afirmando que a ideia do trancamento deve ser creditada a Pedro Artur de Vasconcelos, que era funcionário de uma casa inglesa de exportação. Outros dois personagens, José Amaral e José Luis Napoleão²⁴⁸, tinham auxiliado nos preparativos para o grande dia. Apoiado na entrevista de Isaac Amaral, publicada no jornal *O Nordeste*, na ocasião dos cinquenta anos da abolição do Ceará, o autor faz uma pequena descrição de Luís Napoleão, afirma que ele havia comprado a própria alforria e a de quatro irmãs, e de outros escravos. Essa vocação para a liberdade teria feito com que o ex-cativo concordasse em convencer os jangadeiros a não transportar os escravos para os navios, no dia 27 de janeiro de 1881. Depois de esclarecer toda a organização do dia anterior, Girão nega a afirmativa de que os jangadeiros teriam recebido propina dos abolicionistas para estacionarem suas embarcações. Novamente baseado na reportagem com Isaac Amaral, ele diz que houve apenas uma compensação aos trabalhadores pelas horas que ficaram sem receber seu salário habitual.

Pedro Artur de Vasconcelos e José Napoleão alcançaram aquela vitória, mas a tradição lhes perdeu os nomes, que é preciso repor no lugar devido. Instalado por José do Amaral para dirigir a campanha no campo praieiro, escusou-se o liberto escondido na sua exagerada modéstia, com esta resposta: “Seu Zézinho, tem aqui um que serve para o que o senhor quer: - é o Chico da Matilde.”

²⁴⁸ Raimundo Girão esclarece, em nota, que Isaac Amaral havia dado por engano o nome de Antonio José Napoleão, mas, na verdade, o negro liberto chefe da capatazia do porto, já citado outras vezes neste trabalho, tinha o nome de José Luis Napoleão. Além de não se possuir outros dados sobre a vida de Luís Napoleão, como data de nascimento, nome dos pais, quem era o seu senhor, parece que nem mesmo o nome do ex-escravo foi preservado corretamente.

[...] Napoleão empurrava-o para a fama desde aquele momento, porque, consultado sobre a sua solidariedade à cruzada redentora, sem demora Nascimento a deu, embora com a reserva de que não poderia ir muito adiante, considerada a natureza de seu emprego. No entanto, pôs, ali mesmo, à disposição da causa, as duas jangadas que possuía.²⁴⁹

Assim, apoiado nas afirmações de Issac Amaral, Raimundo Girão propaga a ideia de que o Dragão do Mar não havia participado do trancamento do porto em 1881. No entanto, apesar de advogar que Pedro Artur Vasconcelos e Luís Napoleão não eram devidamente lembrados por seus feitos, o escritor concorda com a condição de herói de Francisco José do Nascimento. O autor chega inclusive a transcrever o trecho em que Issac Amaral diz que Chico da Matilde teria sido escolhido pela Sociedade Cearense Libertadora para participar da campanha abolicionista como representante dos trabalhadores do mar, o fragmento descreve também as atribuições físicas do Dragão do Mar.

Para glorificar Chico da Matilde, Raimundo Girão cita os escritos de Edmar Morel. Apoiado no livro *Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição*, ele explica que, apesar de não ter participado da greve, ele comparecia sempre a todas as reuniões, tendo prestado valiosos serviços à causa da libertação no Ceará. Por fim, conclui:

Conquanto muito sublimada pela necessidade mesma de vestir a campanha de roupagens vistosas e impregná-la de forças espirituais contagiadoras, indispensáveis aos grandes triunfos, realmente foi de muita eficácia a atuação de Nascimento – o Dragão do Mar, principalmente por ocasião e depois dos acontecimentos de 30 de Agosto.²⁵⁰

Apoiados em dois escritos sobre o Dragão do Mar, Girão perpetua as ideias já defendidas anteriormente, contribuindo, assim, para a memória do herói jangadeiro.

Novamente, percebe-se a valorização de Nascimento, principalmente após a segunda paralisação do porto. O episódio de 30 de agosto de 1881 é descrito pelo autor em um capítulo especial, no qual Raimundo Girão não se esquece de enfatizar a participação do Dragão do Mar. Ao relatar a truculência do chefe de polícia, que afirmara que os escravos embarcariam nem que fosse necessário o derramamento de sangue, Girão afirma que os abolicionistas não se acovardaram. No dia acordado, estavam todos na praia para impedir que os escravos embarcassem. Contudo o escritor, baseado em um livro de Antonio Bezerra, traz um novo dado sobre a atuação de Chico da Matilde: “[...] ficou assentado sob juramento que Francisco do Nascimento, que não tinha filhos, assassinaria o Chefe de Polícia; e ele

²⁴⁹ GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p. 94.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 95.

prometeu por sua honra.”²⁵¹ Esse novo detalhe conferia mais brilho e coragem a já elogiada atuação do Dragão do Mar. Além disso, era um detalhe pitoresco, pouco conhecido, o que valorizava a narrativa do escritor.

O fato é que, mesmo com a ameaça, os policiais não conseguiram evitar que as escravas do Capitão Carmerino não embarcassem. Apesar das punições posteriores, com a demissão de alguns funcionários, inclusive do Dragão do Mar, e o envio do 11º Batalhão para o Pará, as paralisações no porto de Fortaleza não produziram maiores consequências. Dessa forma, a versão de que no Ceará a abolição fora proclamada de modo pacífico pôde ser amplamente divulgada por uma historiografia que desejava afastar qualquer sentimento de revolução ou luta contra a ordem instituída: “As idéias triunfam mais que as armas – era sem armas bélicas, sem feridas de sangue que o cearense principiava a dar ao Brasil a expressiva mostra de sua decisão de acabar com o cativo, sem se incomodar com as censuras e os remoques de ninguém.”²⁵² Como o processo fora conduzido dentro de uma relativa legalidade, não deveria sofrer censuras – como não sofreu.

Raimundo Girão faz parte dessa historiografia tradicional, e tanto a data de 25 de março de 1884 quanto os personagens que criaram a efeméride deveriam ser incansavelmente lembrados. Até mesmo um ícone da envergadura de Joaquim Nabuco, em correspondência com a Sociedade Cearense Libertadora, sabia da importância daquela data. Em trecho transcrito por Girão, Nabuco afirmava: “Não há em nosso passado desde a independência uma data nacional igual a que a província do Ceará vai criar.”²⁵³ A citação da carta de Joaquim Nabuco tem o objetivo de chamar a atenção para o significado dos acontecimentos, mas também servia para indicar em nota de rodapé: “Esta carta acha-se exposta no Museu Histórico do Ceará, oferta do professor Dias da Rocha. O seu teor foi transcrito pelo Libertador, Ed. de 25 de março.”²⁵⁴ Com isso, o autor divulgava a exposição do Museu Histórico e o seu trabalho como diretor.

Por fim, Raimundo Girão fala sobre a viagem de Francisco José do Nascimento ao Rio de Janeiro. “A viagem do Dragão do Mar e sua igapeba à Corte, deslizando nas águas diferentes da baía formosa, após arriada de bordo do ‘Espírito Santo’, meteu em alvoroço os paladinos nacionais da libertação”.²⁵⁵ Evitando mal entendidos, o autor utiliza a palavra

²⁵¹ GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p. 115.

²⁵² *Ibid.*, p. 145.

²⁵³ *Ibid.*, p. 167.

²⁵⁴ GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p. 169.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 179.

“igapeba” para se referir a jangada. Afirma, com clareza, que a embarcação só foi dirigida por Nascimento depois de retirada do navio.

A excursão de Chico da Matilde à Corte, na narrativa de Raimundo Girão, desempenha duas importantes funções: uma de glorificação do próprio Dragão do Mar, que, com as homenagens recebidas e as publicações em jornais e revistas, ganha destaque nacional; outra desempenha a função de valorização das figuras imperiais. Ao contrário de Edmar Morel, Girão afirma que o Imperador recebeu Nascimento: “[...] falando-lhe animadamente durante vinte minutos, sobre assuntos da abolição”.²⁵⁶ O autor, portanto, não distancia D. Pedro II dos ideais da redenção dos escravos. Essa perspectiva está de acordo com a ideia de que, no Brasil, a abolição foi uma graça recebida pela monarquia. A afirmação encontra ressonância em toda a historiografia tradicional sobre o assunto. Raimundo Girão parece não apenas concordar com essas asseverações, mas, inclusive, propagar mediante seus escritos a noção de graça recebida. “No dia 13, às 15.15h a proposição era a Lei Áurea, com a assinatura da Princesa, a cujos pés se ajoelha José do Patrocínio, teatralizando no gesto a gratidão de sua raça libertada.”²⁵⁷ O livro *A abolição no Ceará*, assim, permitiu que uma determinada interpretação sobre a história da libertação dos escravos do Ceará, e sobre o Dragão do Mar, fosse propagada. Em 1958, no entanto, vê-se a publicação de outro livro que aborda o assunto em questão.

Um herói sem pedestal, de Roberto Átila do Amaral Vieira, veio a público apenas dois anos após a edição de *A abolição no Ceará*. Tratando dos objetivos do volume, Vieira (1958) deixa claro no prólogo:

Não venho falar de um escritor de torre de marfim.
 Não venho falar de um literato de gabinete.
 Falo do abolicionista, do jovem destemido e audaz, que fez da sua mocidade uma bandeira e de seus estudos o cinzel de uma campanha patriótica, que é um monumento, majestoso, de nossa história. [...]
 Venho falar da história de um grande cearense que não fez de seu idealismo escada para posições futuras, desprezando, como alguns outros, o pedestal da glória, para viver no anonimato, cercado, apenas, pela amizade de meia dúzia de amigos devotados, esquecido, em que pese aos seus feitos.²⁵⁸

O autor está se referindo ao seu tio avô, o abolicionista Isaac Amaral, irmão de José do Amaral, o presidente da Sociedade Cearense Libertadora. A intenção do jovem escritor, como se pode notar por meio do texto acima, foi de lembrar as ações de seu tio

²⁵⁶ GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p. 180.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 184.

²⁵⁸ VIEIRA, Roberto Átila do Amaral. *Um herói sem pedestal*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1958. Prólogo.

para restituir o lugar de honra de Isaac Amaral, como um dos principais responsáveis pelas ações que levaram à libertação dos cativos na província do Ceará. Interessante notar a maneira como o autor apresenta seu personagem. Ao dizer que não vem falar de um “escritor de torre de marfim” ou de um “literato de gabinete”, Amaral parece se contrapor a outras versões da história da abolição do Ceará. O livro de Raimundo Girão talvez não tenha dado a devida atenção ao “jovem destemido e audaz”, glorificado por Átila do Amaral.

Apesar de o livro *A abolição do Ceará* ter sido publicado dois anos antes, e tratar do mesmo tema proposto pelo autor de *O herói sem pedestal*, o escritor não faz nenhuma referência ao estudo de Girão. Além de não fazer menção ao trabalho, ainda afirma que, até aquele momento, a história da abolição do Ceará não havia sido “devidamente estudada”. Aproximando seu raciocínio com o de Raimundo Girão, ele diz que ainda não havia surgido o historiador ou sociólogo “para a sua correta interpretação” e conclui: “Porém ambos, sociólogos e historiadores, esqueceram-se injustificadamente, da campanha abolicionista, limitando-se à repetição, em termos diferentes, mais artísticos, de nomes e datas, sem qualquer apreciação convincente à raiz dessas realizações sociais”.²⁵⁹ Assim como Raimundo Girão, em seguida ele afirma que não é historiador nem sociólogo, mas que tem a pretensão de estimular os verdadeiros historiadores e sociólogos a “realizar essa difícil tarefa”.

Já o livro de Edmar Morel, *Dragão do Mar, o jangadeiro da abolição*, é várias vezes citado por Roberto do Amaral em diversas passagens do livro. Mesmo não concordando com a visão do jornalista a respeito do herói jangadeiro, Amaral utiliza o trabalho de Morel não apenas para negar as afirmações do autor a respeito de Chico da Matilde, mas usa o livro também nos momentos em que o jornalista faz elogios à figura de seu biografado.

Ao que parece, a disputa entre Edmar Morel, Raimundo Girão e Roberto Átila do Amaral, se aparentemente é sobre fatos passados, esconde uma alteração política sobre quem de fato estaria autorizado a emitir opiniões e vereditos sobre um assunto tão importante para a história do Ceará.

A ACADEMIA DOS NOVOS, juntamente com a ACADEMIA CENTRISTA DE LETRAS, tem sido um baluarte da campanha que os jovens estão empreendendo, para dizer aos “velhos” o que podem e estão fazendo, mesmo sem contar com ajuda que, no momento não deveria estar faltando. Não resta dúvidas de que, embora com bastante esforço, os “novos” cearenses, estão mostrando aos cartolas e aos grupos que, também, o sol raiou para eles.²⁶⁰ (Grifo do autor).

²⁵⁹ VIEIRA, Roberto Átila do Amaral. **Um herói sem pedestal**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1958. p. 47.

²⁶⁰ *Ibid.*, Prólogo.

No momento em que escreveu o livro, Amaral tinha 18 anos e fazia parte dessas novas associações letradas que não tinham o prestígio de um Instituto Histórico do Ceará ou da Academia Cearense de Letras. Raimundo Girão fazia parte dessas duas últimas agremiações. No entanto, o fato de Átila Amaral conseguir um lugar ao sol não parece estar ligado somente à sua participação nesses novos grupos letrados, mas sim ao fato de ser secretário do gabinete do Governador do Estado naquele período. De modo que o livro foi editado pela Imprensa Oficial do Estado do Ceará, e ao Governador do Estado não faltam agradecimentos por parte do autor. “É governador do estado, e isto justifica nossa confiança, um PAULO SARASATE, compreendedor das nossas dificuldades e lutas, bom amigo e obsequioso, e a quem muito deverão a mocidade estudiosa e todas as instituições literárias do Ceará”.²⁶¹ (Grifo do autor).

Os debates em torno das verdades sobre o passado da abolição do Ceará, conseqüentemente, podem ser entendidos como uma briga pelo espaço político no presente. Quem estaria mais preparado para emitir um parecer sobre os acontecimentos passados? Um sócio do Instituto Histórico, pesquisador, autor de outros livros de história, membro da Academia Cearense de Letras, ou um jovem estudante? Essa disputa, como se verá por meio do texto de Roberto Átila do Amaral, será realizada mediante contestação das versões apresentadas por Raimundo Girão e por Edmar Morel, ou seja, por intermédio dos fatos, dados e personagens do passado.

Mesmo discordando de alguns pontos, Roberto Átila, ao relatar a biografia de Isaac Amaral, dá continuidade à ideia de que a abolição do Ceará foi um movimento pacífico, sem grandes comoções, encaminhado por um grupo de abolicionistas, e não pelo negro cativo. Segundo sua narrativa, as peculiaridades econômicas e as condições climáticas foram as grandes impulsionadoras do dia 25 de março de 1884. No entanto, essas condições específicas não são suficientes para diminuir a importância do grande acontecimento:

Todavia, tais influências que, digamos de passagem, foram marcantes, não desmerecem a grande conquista. O mérito do nosso magnífico êxito a ninguém de bom senso é negado subtrair das páginas, floridas, da História Brasileira, para cujo esplendor muito contribuiu o inflexível e resolutivo patriotismo da nossa gente.²⁶²

As ações do movimento abolicionista como furtos de escravos, compra de alforrias e paralisação do porto são novamente descritas, agora com o objetivo de chamar a atenção

²⁶¹ VIEIRA, Roberto Átila do Amaral. **Um herói sem pedestal**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1958. p. 13.

²⁶² *Ibid.*, p. 47.

para a figura de Isaac Amaral. Os argumentos principais, portanto, não sofrem grandes modificações. O que muda de fato é o enfoque dado ao personagem biografado, que passa a ser responsável pela maioria dos atos de coragem e bravura.

O autor também é partidário da ideia de que o tratamento dado aos escravos na província era diferente das suas coirmãs do sul: “Aqui, com raríssimas exceções, se comprovou sempre que o tratamento dado aos cativos era muito humanitário, em muitos casos gozavam aqueles infelizes do carinho das famílias, quase não se distinguindo do trabalhador livre.”²⁶³ Esse sentimento “humanitário”, que fazia com que a atenção dispensada ao negro escravo fosse diferente no Ceará, foi o grande responsável, seguindo a lógica dessa historiografia tradicional pela abolição precoce do Ceará. Porém, a memória sobre os personagens e associações que tornaram o grande feito possível, desde o cinquentenário, como se pôde observar, não é homogênea.

As divergências a respeito das ações da Sociedade Cearense Libertadora e do Centro Abolicionista aparecem novamente nos escritos de Roberto Átila do Amaral. Mesmo que o autor mantenha a versão de que não houve derramamento de sangue, e que no Ceará o processo abolicionista foi conduzido seguindo os ditames legais, o autor procura dar as atividades realizadas pela SCL um caráter mais revolucionário:

Era assim a campanha abolicionista do Ceará, era assim que atuavam os abolicionistas, aqueles que fizeram o movimento, não por medo do julgamento da posteridade, contudo por convicção ideológica. Foi assim que tivemos o 25 de março, com luta, com bravura, com ação decisiva. Não nos esqueçamos que a abolição foi conseguida não a custa de discursos retóricos, nem de banquetes, nem de reuniões de homens de elite, dentro de quatro paredes. Fizeram a nossa abolição atitudes violentas, de desprendimento, persistência e firmeza. Era assim a nossa campanha, pautada de episódios tocantes, comovedores e grotescos, também.²⁶⁴

Desta forma, o escritor atribui à SCL a autoria de todas as atitudes que, de fato, teriam desembocado na libertação do Ceará (roubo de escravos, greve do porto, compra de alforrias etc.). Com relação à fundação do Centro Abolicionista, Átila do Amaral afirma que essa associação só teria surgido devido a discordâncias sobre a maneira como estava sendo conduzido o processo abolicionista pela SCL. Utilizando um artigo de Isaac Amaral publicado no *Jornal Unitário* em 23 de novembro de 1940, o autor explica que a agremiação, que tinha como diretor o Barão de Studart, e “altas figuras da nossa sociedade”²⁶⁵ haviam decidido criar

²⁶³ Ibid., p. 60.

²⁶⁴ Ibid., p. 100.

²⁶⁵ JORNAL UNITÁRIO. Fortaleza, CE, 23/11/40.

a nova associação por serem conservadoras e terem medo de conflitos com as autoridades da época.

Raimundo Girão não conduz sua narrativa da mesma maneira e credita ao Centro Abolicionista, fundado pelo Barão, uma contribuição significativa, mesmo que essa agremiação tenha sido fundada em dezembro de 1883, ou seja, um ano antes da libertação total dos cativos na província, e que seus principais sócios fossem abolicionistas de última hora. Na opinião de Roberto Átila do Amaral, a criação do Centro Abolicionista contribuiu apenas para gerar uma divisão entre os grupos abolicionistas da província. Esse debate sobre as associações no passado evidenciam as divergências vividas pelos autores no presente. Quando Átila do Amaral afirma que “[...] a abolição foi conseguida não a custa de discursos retóricos, nem de banquetes, nem de reuniões de homens de elite, dentro de quatro paredes”, parece estar se referindo não apenas ao passado, mas também à maneira como essas agremiações tradicionais (Instituto Histórico, Academia Cearense de Letras etc.) conduziram suas ações.

Seguindo a lógica de glorificação das ações da Sociedade Cearense Libertadora, para Átila do Amaral a greve dos jangadeiros tinha como líder principal um parente muito próximo de Isaac Amaral: “A idéia salvadora, a porta de saída, partiu do espírito privilegiado e inquebrantável, do campeão JOSÉ AMARAL – O trancamento do Porto, como medida inicial.”²⁶⁶ A ideia partiu do irmão de Isaac Amaral, e os pormenores desse acontecimento irão ocupar um espaço significativo na escrita de Roberto Amaral, no sentido de não deixar dúvidas sobre quem de fato merecia as glórias pelo trancamento do porto:

Os citados abolicionistas, com o auxílio de Antonio Cruz Saldanha e Antonio Dias Martins, ambos membros da Sociedade, após uma estafante conferência com o liberto Antonio Napoleão, UM DOS VERDADEIROS E GRANDES HERÓIS DO TRANCAMENTO, conseguem por intermédio do apoio emprestado por este a solidariedade de todos os jangadeiros. Na mesma noite José e Isaac Amaral, Antonio Napoleão e Arthur de Vasconcelos, empregado do Singlehum & Cia., conseguiram o juramento dos jangadeiros e das classes de capatazia para não mais transportarem em seus botes os escravos destinados ao embarque.²⁶⁷ (Grifo do autor)

Isso significa que para o autor o herói do povo que deveria ser lembrado pelo episódio da greve dos jangadeiros não era Dragão do Mar, e sim Antonio Napoleão²⁶⁸. Vale

²⁶⁶ VIEIRA, Roberto Átila do Amaral. **Um herói sem pedestal**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1958. p. 70.

²⁶⁷ Ibidem

²⁶⁸ Sobre a correção feita por Raimundo Girão a respeito do nome de Antonio Luís Napoleão, ou José Luís Napoleão, Roberto Átila do Amaral não faz nenhum comentário no livro e utiliza a mesmo nome que Isaac Amaral usa em seus artigos sobre o assunto.

lembrar que essa ação, mesmo tendo seu grande homem entre os praieiros, partiu da iniciativa dos abolicionistas, e não dos trabalhadores do mar. Com o objetivo de provar que estava certo a respeito da participação do negro liberto no trancamento do porto de Fortaleza em 1881, Amaral utiliza algumas fontes já analisadas anteriormente por este trabalho. Dentre elas, a polêmica de 1923 entre Alba Valdez e Rodolfo Teófilo. Porém, os textos mais utilizados para confirmar suas afirmações a respeito do Dragão do Mar são os artigos escritos por Isaac Amaral. Desses artigos, dois textos são citados literalmente no trabalho: a entrevista com Isaac Amaral, no cinquentenário da abolição em 1934; e outro artigo escrito pelo abolicionista, em 1942, com o título *O esquecido Antonio Napoleão*. Nesse texto, Isaac Amaral afirmou mais uma vez:

Francisco José do Nascimento, denominado “Dragão do Mar”, grande e benemérito cearense, que prestou os melhores serviços à abolição do Ceará e foi depois um dos diretores da “Libertadora Cearense”, não tomou parte na greve dos jangadeiros em 27 e 31 de janeiro de 1881, quando se fechou o porto de Fortaleza [...] ²⁶⁹

Esse último documento foi publicado no jornal *Correio do Ceará* no dia 02 março de 1942. Entretanto Roberto Átila do Amaral não menciona, em sua narrativa, que nessa mesma edição do jornal foi publicado outro texto sobre o Dragão do Mar.

O Dragão do Mar, escrito por Couto de Magalhães, publicado na mesma edição do jornal *Correio do Ceará*, em 02 de março de 1942, como o próprio título adianta, trata de Francisco José do Nascimento. Contudo, ao contrário de outros textos sobre Chico da Matilde, Couto de Magalhães conta uma narrativa sobre um encontro dele com o herói dos jangadeiros. Segundo o escritor, em abril de 1900, fazia uma viagem de navio quando a embarcação que passava por Fortaleza sofrera uma avaria, por isso precisou demorar mais tempo na cidade. Enquanto observava distraidamente o mar cearense, Couto Magalhães foi atraído por um pequeno pedaço de papel. Para matar o tempo, pegou a folha e começou a ler. Era uma folhinha de bloco do *Almanaque Laemmert* do dia 12 de abril. Automaticamente, Magalhães começou a ler todo o papel desde o santo do dia até a efeméride, que dizia: “O célebre jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento passeia, em triunfo, pelas ruas do Rio de Janeiro (1884)”. ²⁷⁰

Nesse momento, o autor começa a lembrar de sua infância na capital do Império, quando teria lido pela primeira vez, ainda com oito anos de idade, o nome de Francisco José de Nascimento nas páginas da edição de Ângelo Agostini: “Lembro-me desta gravura, como

²⁶⁹ VIEIRA, op. cit., p. 83.

²⁷⁰ JORNAL CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, CE, 02/03/42.

se fosse visto hoje: - uma grande jangada conduzindo, pelo mar alto muitos infelizes, e tendo ao leme o glorioso cearense, sem casaco, as calças arregaçadas, olhar no firmamento [...]”²⁷¹

O relato da visita à capital cearense não termina com a lembrança provocada pela folha do *Almanaque Laemmert*. Couto Magalhães conta ainda que entrou em uma hospedaria próxima ao porto, num horário de forte calor. Pediu uma cerveja, convidando um senhor que estava sentado em um banco próximo a ele, a acompanhá-lo. A conversa durou algum tempo. Ele descobriu que o homem era prático do porto, e o assunto girou em torno do problema do navio Álvares Cabral, no qual viajava Magalhães. Ficaram então em silêncio até que:

Não quis sair e tentei encetar de novo conversação com o velho mulato, - tão simpático ele se me afigurava, de bigodes e cavanhaque quase inteiramente brancos, e decentemente enfronhado num fito de casemira. - O Sr. (pergunte-lhe) conheceu, porventura, um célebre jangadeiro, de nome Francisco José do Nascimento? - Está falando com ele mesmo - respondeu, sorrindo, o prático-mor do porto. Um choque elétrico... - deixem passar esta tirada à Montepin - não me causaria efeito igual ao destas palavras, que ouvi de admiração e de entusiasmo.²⁷²

Assim encerra sua história. O testemunho do autor, portanto, não tem nenhuma pretensão de desvendar o passado, mas simplesmente de contar um episódio pitoresco da sua própria vida. A narrativa se aproxima muito de um conto, pois, no curto espaço do periódico, o autor prende a atenção do leitor com uma pequena história que tem começo, meio e fim, com direito a lances emocionantes. Não se sabe o que, na narrativa de Couto de Magalhães, é ou não verdade. O que interessa é como dois textos tão diferentes sobre o passado foram publicados na mesma edição do jornal. Teria Isaac Amaral escrito seu artigo em resposta ao de Couto Magalhães? Mas como teria tido acesso ao texto antes de ser publicado no jornal?

Não se conseguiu encontrar respostas para essas questões. Contudo o fato é que Issac Amaral termina seu artigo, que tem como objetivo principal lembrar Antonio Napoleão, com uma melancólica conclusão: “É assim o ritmo da história – Os que vencem são sempre os heróis e os vencidos, por muito favor, ganham grinaldas de mártires... Os paladinos da campanha abolicionista do Ceará, porém, já hoje esquecidos repousam no túmulo como Soldado Desconhecido”²⁷³. Ainda que não tivesse lido anteriormente o texto de Couto Magalhães, o abolicionista demonstrava sua revolta pelo esquecimento de Antonio Napoleão e talvez pelo seu próprio esquecimento, como um dos principais responsáveis pelos acontecimentos passados.

²⁷¹ JORNAL CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, CE, 02/03/42.

²⁷² Ibid.

²⁷³ JORNAL CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, CE, 02/03/42.

Roberto Átila do Amaral possivelmente leu o artigo de Couto de Magalhães, já que este foi publicado na mesma edição do jornal onde estava o texto de Isaac Amaral. Entretanto não faz referência alguma da narrativa em seu livro. O testemunho de Magalhães não servia para confirmar sua hipótese a respeito de Francisco José do Nascimento. Ademais, o artigo de Isaac Amaral era mais apropriado, pois, além de confirmar sua teoria, colocava o biografado no panteão de autoridades que deveriam ser respeitadas e homenageadas por seus feitos.

Até mesmo Edmar Morel, que havia publicado um livro sobre o assunto, e era, na época, um respeitado jornalista, é contestado pelo autor. Em nota, Átila do Amaral esclarece:

Infelizmente, este escritor está enganado com relação à participação de “Dragão do Mar”, no movimento que redundou no trancamento do Porto de Fortaleza. Francisco José do Nascimento, ou Chico da Matilde, ou ainda “Dragão do Mar”, não tomou parte ativa nos acontecimentos de 28 de janeiro de 1881.²⁷⁴

No tópico sobre o Dragão do Mar, o escritor transcreve trechos da correspondência de Rodolfo Teófilo com Alba Valdez e trechos do artigo de Isaac Amaral citado anteriormente para atestar o engano de Edmar Morel.

Após esclarecer os erros cometidos por “historiadores da abolição”, Amaral defende a interpretação de que Antonio Napoleão, depois de procurado por José Amaral para liderar os jangadeiros, recusa o convite dizendo que Francisco José do Nascimento poderia desempenhar melhor a função. Ou seja, Amaral propaga a “humildade”, como característica principal do verdadeiro herói da greve dos jangadeiros. Tendo esclarecido esse detalhe, que para o escritor era significativo, pois, em vários momentos do livro, toca no mesmo assunto, Átila do Amaral fala sobre a verdadeira ação do Dragão do Mar, sobre sua dedicação à Sociedade Cearense Libertadora e, finalmente, cita a viagem de Chico da Matilde à Corte e conclui: “Nascimento tornou-se muito devotado à campanha abolicionista, sendo uma verdadeira conquista para a ‘libertadora’. Por essa razão os abolicionistas, pilheriando, tiveram ocasião de dizer, com sobrada razão, que se não existisse o Chico da Matilde, era preciso inventá-lo”.²⁷⁵

Invenção ou não, o que se pôde perceber por meio dos objetos do museu e da escrita da história sobre o Dragão do Mar é que a rememoração do passado passa, necessariamente, pela problemática vivenciada no presente. Por conta dessa relação entre

²⁷⁴ VIEIRA, Roberto Átila do Amaral Vieira. **Um herói sem pedestal**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1958. p. 66.

²⁷⁵ Idem., p. 84.

passado, presente e expectativa de futuro, como nos lembra Koselleck (2006), as tradições estão passando por constantes mudanças. Desse modo, Francisco José do Nascimento, Chico da Matilde, ou ainda o Dragão do Mar, para alguns foi o grande jangadeiro que liderou seus pares na paralisação do porto em 1881. Para outros esse mesmo personagem era apenas um funcionário do porto, dono de duas jangadas, o qual foi empurrado para a fama por Antonio Napoleão, ou seria Luís Napoleão, esse sim o verdadeiro herói dessa história. O fato é que para os historiadores de hoje não é difícil perceber a interpretação vencedora. A memória que prevaleceu foi a do jangadeiro, não a do prático-mor. Dragão do Mar é o herói da abolição dos escravos do Ceará.

CONCLUSÃO

Se nos ritos funerários, se negoceia e se esconde a corrupção do tempo (e do corpo) com a finalidade das sociedades dos vivos poder gozar da proteção de seus antepassados, definitivamente pacificados, e de se reconstruir a ordem social que a morte pôs em causa, diferente não é o papel da historiografia: esta fala sobre o passado para o enterrar, ou melhor, para lhe dar um lugar e redistribuir o espaço, podendo mesmo afirmar-se que ela é, não obstante as suas pretensões cognitivas, prática simbólica necessária a confirmação da vitória dos vivos sobre a morte.²⁷⁶

Um lugar para o passado da abolição no Ceará, este, sem dúvida, foi o objetivo da escrita dos autores relidos durante os capítulos deste trabalho. Contudo, o olhar lançado para essas versões sobre o verdadeiro herói da greve dos jangadeiros foi um mirar mediado pelas questões postas pelo presente. Isso demonstra o caráter temporal em que foram inscritas as narrativas sobre o Dragão do Mar (durante a pesquisa se privilegiou a análise do período compreendido entre os cinquenta anos da abolição em 1934 e a publicação de *Um herói sem pedestal*, de Roberto Átila do Amaral Vieira, em 1958), mas, sobretudo, o caráter temporal do próprio trabalho. Com essa afirmação, reafirma-se a dinâmica da problemática histórica, que estará sempre em transformação. Nesse sentido, as conclusões aqui obtidas não são respostas definitivas a respeito da forma como foi construído um dos monumentos mais lembrados da abolição do Ceará, porém pretende-se com este trabalho apontar alguns caminhos possíveis e contribuir para futuras pesquisas, pois sem dúvida o tema não se esgota nestas últimas linhas.

No primeiro capítulo, percebeu-se como a data cívica instituída em 25 de março de 1890 garantiu o não esquecimento dos feitos e personagens ligados à abolição com o passar dos anos. As comemorações do cinquentenário em 1934 demonstraram o significado cívico e moral das festas, apontando também os principais personagens e a forma como estes foram rememorados ou apagados nas solenidades pelos diferentes grupos que participaram da organização dos festejos. Assim a imprensa, o Instituto Histórico e os sobreviventes da campanha abolicionista lembraram o prático da barra como um personagem muito importante para as ações do movimento. Já a Instrução Pública parece ter utilizado a lembrança do herói como uma forma de educar as novas gerações, pois parar o porto do Ceará era atitude digna de um Mané Xiquexique. A Legião Cearense do Trabalho, por sua vez, tratou de imprimir ao herói o título de operário da abolição, tomando o Dragão do Mar como um exemplo de trabalhador. Percebe-se, assim, como as instituições fizeram uso da memória

²⁷⁶ CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

de Francisco José do Nascimento, direcionando os olhares para o passado, partindo, contudo, da lógica estabelecida pelo presente vivenciado naquele período, onde o culto aos vultos passados, a história da pátria e das regiões, juntamente com seus tipos, foi reforçado pelas políticas culturais do governo Getúlio Vargas.

No segundo capítulo, acompanhou-se o acirrado debate nos jornais sobre quem deveria ser lembrado como o responsável pela greve dos jangadeiros. Francisco José do Nascimento e Antonio Napoleão ou Luís Napoleão são os personagens que ocupam as discussões de intelectuais já em 1923. Se, durante as solenidades dos cinquenta anos, estão resguardadas os lugares dos dois líderes, um responsável pela paralisação do porto, o outro na participação de várias ações da campanha abolicionista, com a publicação do livro *Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição*, só havia lugar apenas para um.

Edmar Morel, em 1949, publica a primeira e única narrativa sobre Chico da Matilde. Seu objetivo principal foi garantir a preservação do Dragão do Mar, não apenas por meio do reconhecimento local, mas, sobretudo, pela popularização do jangadeiro como herói nacional. Contudo, o Francisco José do Nascimento da história de Edmar Morel não era apenas o prático do porto que prestou bons serviços para a campanha abolicionista. O jangadeiro descrito pelo escritor era o herói do povo, da ralé, que não havia sido lembrado por seus feitos, e merecia agora entrar para os anais da história nacional. Essa iniciativa contribuiu para que outros trabalhos, inspirados no livro, fossem realizados. A partir da narrativa do jornalista, foi criado um programa de rádio e um filme. Os escritos de Edmar Morel tornaram-se referência obrigatória e única sobre a vida do praieiro.

No terceiro e último capítulo, ocupou-se em observar os objetos guardados no Museu Histórico do Ceará que lembram o Dragão do Mar. Fundada em 1932, a instituição teve como objetivo central preservar os objetos significativos para a tradição do Ceará. Partindo dessa consideração inicial, notou-se a presença de Francisco José do Nascimento em alguns objetos, bem como a ausência do negro libertado Antonio Napoleão no acervo do Museu. Chico da Matilde estava no quadro *Fortaleza Liberta*, na placa de rua, no autógrafo doado por um abolicionista – porém isso não foi o bastante. Em 1934, o diretor do Museu encomenda um retrato pintado a óleo com a imagem do Dragão do Mar. Mediante essas iniciativas, percebe-se quem, entre os trabalhadores do mar, foi lembrado por meio das paredes do Museu Histórico.

Em 1954, é criado o Museu da Abolição do Ceará, que, em 1955, passa para a administração do Museu Histórico, na época dirigido por Raimundo Girão, que, um ano depois, em 1956, publica o livro *A abolição no Ceará*. Dois anos depois, em 1958, Roberto

Átila do Amaral publica o livro *Um herói sem pedestal*. Quando se achava que o lugar do Dragão do Mar como o grande líder da greve dos jangadeiros estava definido, o jovem escritor abala novamente as estruturas memorialísticas, questionando a posição de líder de Francisco José do Nascimento, e negando seu ofício de jangadeiro.

Coincidência ou não, o fato é que, no momento em que este trabalho estava sendo elaborado, mais especificamente no dia 25 de novembro de 2009, foi inaugurada, no Centro Cultural de Arte e Cultura Dragão do Mar, uma estátua do herói jangadeiro, em homenagem ao dia da consciência negra. Interessante perceber como Francisco José do Nascimento volta a ser lembrado. O apelo agora não parece ser o herói do povo ou da ralé, mas o fato de ser um negro. Isso garante ao movimento negro uma participação na campanha abolicionista. Não se pode deixar de registrar uma ironia, já que, acompanhando a criação desse monumento (a personagem, não a escultura), percebeu-se o quanto a história da abolição no Ceará reservou suas vitórias e memórias aos intelectuais, mais especificamente à elite branca da campanha, que, ao que parece, manipulou inclusive os heróis negros do movimento. Ou seja, mesmo que tenham desempenhado um papel importante para o desfecho em 1884, agiram mediante orientações dessa elite branca e letrada.

A nomeação de um Centro Cultural na década de 1990 em Fortaleza e a recém-inaugurada estátua do Dragão do Mar no mesmo local são evidências da importância do jangadeiro, perpetuado como o grande responsável pela paralisação do porto para a memória coletiva do estado ainda hoje. Nesse sentido, refletir sobre as bases documentais que deram ensejo a essa glorificação, esmiuçando seus objetivos políticos e sociais, proporciona um olhar mais cuidadoso e menos apaixonado para os fenômenos memorialísticos observados atualmente com a apropriação por parte das políticas públicas culturais da propaganda histórica do estado do Ceará. Esta oferece, abundantemente, ao turista dados sobre a “Terra da Luz” e sobre o herói Dragão do Mar. Porém, esse é um assunto para outras pesquisas. Dessa forma, este não é um ponto final.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

AMARAL, Eduardo Lucio Guilherme. **Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

ARAÚJO, Nearco Barroso Guedes de. **Jangadas**. Fortaleza: BNB, 1985.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)**. São Paulo: Loyola, 1990.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLLEME, Genevieve. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOTELHO, Adir; TEIXEIRA, Cláudio Varela. **Raimundo Cela (1890-1954) – Estrigas (Nilo de Brito Firmesa)**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. Pág. 183-192.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2 v. Pág. 109.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

CASCUDO, Luis da Câmara. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação, 1957.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: _____. **História da história de Portugal**. Lisboa: Temas e Debates, 1998. v. 2. p. 221-361.

_____. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

_____. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. Fortaleza: NUDOC; Museu do Ceará, 2005.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **Olhar para além das efemérides: ser liberto no Ceará**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Ed. UNIRIO, 2005. Pág 115-132.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Seminários**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Trad. Maria Manuela Rocha. Oeiras, PT: Celta Editora, 1993.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. **Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2004.

D´ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. **História Oral** - Revista Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 4, n. 4, p.55-71, jun. 2001.

FEBVRE, Lucien Paul Victor. **Viver a história.** In: _____. Combates pela história. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990.

_____.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. "**Catirina minha nega, teu sinhô tá te querendo vender, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá**": o Ceará no tráfico interprovincial – 1850-1881. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História,** São Paulo, n. 17, p. 213-221, nov. 1998.

GIRÃO, Raimundo. **Dicionário da literatura cearense.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro. In: _____. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. O. Introdução. In: _____. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da história (1932-1942).** Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2005.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória.** 3. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. Pág. 419-476.

_____. Calendário. In: _____. **História e memória.** 3. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. Pág. 477-523.

_____. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. 3. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. Pág. 525-541.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus; Ed. UNICAMP, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 167-182.

LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

MIRANDA, Julia. **O poder e a fé: discurso e prática católicos**. Fortaleza: Ed. UFC, 1987.

MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Do mar ao museu: a saga da jangada São Pedro**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

_____. **O raid da jangada São Pedro: pescadores, Estado Novo e luta por direitos**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Almir Leal. **Saber e poder: o pensamento social cearense no final do século XIX**. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

_____. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar separar mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976)**. Fortaleza: Secult, 2009

OLIVEIRA, Lucia Lippi,; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. In: _____. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. v. 4. Pág. 172-189.

PANDOFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2 v. Pág. 13-38.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 203-212, nov. 1998.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó, SC: Argos, 2004.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim – a favor do Brasil: direita ou esquerda**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

RIOS, Audifax. **Dragão do Mar e seu tempo**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2001.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. Pág. 144-149.

SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 30, p. 3-22, 2002/2.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos operários no Ceará: instruindo, educando, orientando, moralizando (1915-1963)**. 1. ed. Fortaleza: Edições Nudoc, 2007.

SANTOS, Márcia Juliana. **It's all true e a construção das imagens do Brasil (1942-93)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998.

_____. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997.

SEMEÃO E SILVA, Jane de. Mulheres de Fortaleza nos anos 40: uma vivência da 2ª Guerra Mundial. RJ, 2000. P 166. Dissertação de Mestrado Interinstitucional em História Social da UFRJ/UFC (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ).

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da "negrada negada" à negritude fragmentada: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SOUZA, Moreira de. **Sistema educacional cearense**. Recife: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1961.

SOUZA, Simone. As interventorias no Ceará (1930-1935). In: _____. **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. Pág. 321-346.

VELLOSO, Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2 v. Pág. 145-179.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FONTES

Jornais

(Biblioteca Pública Menezes Pimentel – setores de Periódicos e Microfilmes, Instituto Histórico do Ceará e Seminário da Prainha)

Correio do Ceará, Fortaleza, CE, 1924.
 Diário do Ceará, Fortaleza, CE, 1924 e 1926.
 Gazeta de Notícias, Fortaleza, CE, 1929, 1930 e 1938.
 Libertador, Fortaleza, CE, 1884-1889.
 O Estado, Fortaleza, CE, 1939.
 O Nordeste, Fortaleza, CE, 1923, 1925 e 1934.
 O Povo, Fortaleza, CE, 1950 e 1997.
 Unitário, Fortaleza, CE, 1939.

Arquivo Público do Estado do Ceará

Fundo: Secretaria do Interior e da Justiça, Grupo: Arquivo Público e Museu Histórico, Caixa: 2 e 4.

Museu Histórico do Ceará

Livro de Tombo do Museu Histórico e Antropológico do Estado do Ceará, 1973. Sala da Abolição do Ceará. Livro nº 2.

Biblioteca Nacional

Arquivo Edmar Morel – Setor de Manuscritos. Loc. 25, 3, 3, nº 4.
 Revista Ilustrada, 1884 – Setor de Obras Raras. Loc. PR-SOR 00167 [1-7]

Leis e códigos

Código Municipal – Decreto nº 70 de 13 de Dezembro de 1932. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933 – Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.
 Coleção de Leis do Estado do Ceará – 1890, 1932, 1933. Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Publicações

ABREU, Julio. A epopéia do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1934.
 Almanaque do Estado do Ceará, ano 1926 – Setor de Obras Raras – Biblioteca Pública Menezes Pimentel.
 Boletim do Museu Histórico do Ceará. Edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2006.
 CRUZ FILHO, José. **História do Ceará**: resumo didático. São Paulo: Editora Proprietária Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1931.
 FONSECA FILHO, César. Em torno da abolição. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1924.

- FREYRE, Gilberto. Precisa-se do Ceará. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 9 set. 1944.
- GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956.
- MOREL, Edmar. **Dragão do mar: o jangadeiro da abolição**. Rio de Janeiro: Edições O Povo, 1949.
- MOTA, Leonardo. O Dia do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1934.
- MUSEU DO CEARÁ 75 ANOS. Fortaleza: Associação Amigos do Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2007.
- NOGUEIRA, Joaquim da (Org.). **Ceará intelectual: “anno escolar”**. Fortaleza: Typografia Escolar, 1910.
- PINTO, Sousa. A libertação no Ceará da população escrava. **Revista do Instituto do Ceará**, 1934.
- REVISTA DA SOCIEDADE CEARENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, Fortaleza, ano XLVIII, 1934.
- _____. Fortaleza, v. 1, 1938.
- _____. Fortaleza, ano LIX, 1945.
- SOUZA, Euzébio. O Ceará e a abolição. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1923.
- SOUZA, Moreira de. **Sistema educacional cearense**. Recife: Centro Regional de Pesquisas, 1961.
- VIEIRA, Roberto Átila do Amaral. **Um herói sem pedestal**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1958.